



**Pesquisa de fundos disponíveis para projetos
de promoção da saúde e prevenção de HIV/Aids
para HSH-MSM-LGBT**

**Relatório Final (atualizado)
São Paulo, Nov. 2012**

Consultora: Cristina Câmara

Agradecimentos

Para realizar esta “Pesquisa de fundos disponíveis para projetos de promoção da saúde e prevenção de HIV/Aids para HSH-MSM-LGBT” foi necessário contatar várias pessoas. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a atenção e a colaboração das contrapartes da *Schorer Foundation* no Brasil, nas pessoas de:

Camila Castro (GRAB)
Claudia Penalvo (SOMOS)
Cleber Vicente (GAI)
Francisco Pedrosa (GRAB)
Juan Carlos Raxach (ABIA)
Julio Moreira (GAI)
Marcelle Esteves (GAI)
Sandro Ka (SOMOS)
Vagner de Almeida (ABIA) e
Veriano Terto Jr. (ABIA).

O diálogo com pessoas envolvidas em diferentes instituições e, portanto, com percepções diferenciadas sobre os temas abordados, certamente foi um fator enriquecedor. Pela interlocução, gostaria de agradecer a:

Alexandre Menezes (IAVI)
Angela Donini (UNFPA Brasil)
Carlos Laudari (Pathfinder do Brasil)
Cláudio Pereira (GIV – MCP (Fundo Global) no Brasil)
Eric Stobbaerts (*Drugs for Neglected Diseases initiative – Latin America* (DNDi))
Ézio Távora (Rede TB – MCP no Brasil)
Gilvane Casimiro da Silva (DHRV/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais)
Jacqueline Cortes (UNAIDS Brasil)
Javier Angonoa (Consultor – Brasil)
Maria Rebeca Otero Gomes (UNESCO – Brasil)
Paulo Giacomini (RNP+ Brasil)
Pedro Chequer (UNAIDS Brasil)
Rafael de la Dehesa (Departamento de Sociologia/*The City University of New York* (CUNY))
Richard Parker (*Columbia University* e ABIA)
Sandra Regina Miguel (Coordenação de Sustentabilidade, Gestão e Cooperação (SGC), do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais)
Toni Reis (ABGLT)
Ximena Pamela Díaz Bermudez (OPS e UnB)

Por último, mas não menos importante, agradeço a Wilma den Uijl (*Schorer Foundation*) pela confiança, a colaboração e as sugestões para o documento.

Lista de siglas

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transgêneros
ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids
ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
AIDS – *Acquired Immunodeficiency Syndrome*
AJWS – *American Jewish World Service*
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARV – *Antiretroviral*
ASAP – *AIDS Strategy and Action Plan*
BISC – Benchmarking do Investimento Social Corporativo
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNL – Boletim Novidades Lotéricas
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAMS – Comissão de Articulação com Movimentos Sociais
CAPDA/CNS – Comissão Permanente para o Acompanhamento das Políticas de DST/Aids do Conselho Nacional de Saúde
CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução
CDC – *Centers for Disease Control and Prevention*
CEN Aids – Conselho Empresarial Nacional para a Prevenção ao HIV/Aids
CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CFDD – Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
CIBELAE – *Corporación Iberoamericana de Loterías y Apuestas de Estado*
CIDA – *Canadian International Development Agency*
CIT – Comissão Intergestores Tripartite
CLAGS – *The Center for Lesbian and Gay Studies*
CLAM – Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
CNAIDS – Comissão Nacional de DST e Aids
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COBRADI – Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional
CONASEMS – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONASS – Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde
CUNY – *The University of New York*
DAP – *Direct Aid Program*
DCNT – Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DFID – *Department for International Development*
DICYT – *Agencia de Noticias para la Difusión de la Ciencia y la Tecnología (Universidad de Salamanca)*
DNDi – *Drugs for Neglected Diseases initiative*
DN-DST/AIDS/HV – Departamento Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis, Aids e Hepatites Virais
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

EC 29 – Emenda Constitucional 29
EJAF – *Elton John AIDS Foundation*
FCIL – Fundo Canadá de Apoio a Iniciativas Locais
FECYT – *Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (Universidad de Salamanca)*
FGV/SP – Fundação Getúlio Vargas de São Paulo
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIC – Fundações e associações familiares, Independentes e Comunitárias
FLD – Fundação Luterana de Diaconia
GAI – Grupo Arco-Íris
GIAHI – Grupo Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional
GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GIV – Grupo de Incentivo à Vida
GRAB – Grupo de Resistência Asa Branca
GT – Grupo de Trabalho
GT UNAIDS – Grupo Temático do UNAIDS
HACT – *Harmonised Approach for Cash Transfer*
HIV – *Human Immunodeficiency Virus*
HSBC – *Hong Kong and Shanghai Banking Corporation*
HSH – Homens que fazem Sexo com Homens
IAF – *Inter-American Foundation*
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEDDH – Instrumento Europeu para a Promoção da Democracia e dos Direitos Humanos
IGLHRC – *International Gay and Lesbian Human Rights Commission*
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRN – *International Resource Network*
ISP – Investimento Social Privado
IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros
LOI – *Letters of Inquiry*
MCP – Mecanismo Coordenador do País
MCR – Mecanismo de Coordenação Regional
MEC – Ministério da Educação
MinC – Ministério da Cultura
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MS – Ministério da Saúde
MSM – Mulheres que fazem Sexo com Mulheres
MSM GF – *The Global Forum on MSM & HIV*
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NEPO – Núcleo de Estudos de População
NIH – *National Institutes for Health*
NOAS – Normas Operacionais de Assistência à Saúde
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas

OPS – Organização Pan-Americana de Saúde
OR – Organização Regional
OSC – Organização da Sociedade Civil
PAM – Planos de Ações e Metas
PEPFAR – *The US President's Emergency Plan for AIDS Relief*
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
PVHA – Pessoas Vivendo com HIV e/ou Aids
RENASE – Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde
RENAME – Relação Nacional de Medicamentos Essenciais
RFP – *Request For Proposal*
RP – Receptores Principais
SAF – *Staying Alive Foundation*
SAGAS – SOMOS, ABIA, GRAB, Arco-Íris e *Schorer*
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SDE – Secretaria de Direito Econômico
SDH – Secretaria de Direitos Humanos
SEBRAE/CE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Gestão
SIDA – *Swedish International Development Cooperation Agency*
SOGI – *Sexual Orientation and Gender Identity*
SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUS – Sistema Único de Saúde
TB – Tuberculose
TCU – Tribunal de Contas da União
UE – União Europeia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNAIDS – *Joint United Nations Programme on HIV/AIDS*
UNDP – *United Nations Development Programme*
UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
UNFPA – *United Nations Population Fund*
UNICEF – *United Nations Children's Fund*
UNIFEM – *United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women*
UNODC – *United Nations Office on Drugs and Crime*
UPA – Unidades de Pronto Atendimento
USAID – *United States Agency International Development*
WINGS – *Worldwide Initiatives for Grantmaker Support*

Sumário

Agradecimentos	2
Lista de siglas	3
Sumário	6
Introdução	7
1. O contexto da pesquisa	10
1.1.O Brasil no cenário global	10
1.2.Governo Federal: cenário político atual	15
1.3.Foco na Saúde	16
1.4.O cenário da Aids no Brasil e as possibilidades na promoção da saúde e prevenção de IST/HIV/Aids com LGBT	18
2. Recursos metodológicos e fontes de pesquisa	23
3. Levantamento sobre fundos disponíveis para HSH, MSM e LGBT	24
3.1. Fundos públicos	24
3.1.1. Doadores públicos – nacionais	25
3.1.2. Doadores multilaterais e bilaterais (públicos e público-privado – internacionais)	27
3.1.3. Doadores públicos – internacionais	30
a. Agências das Nações Unidas, Embaixadas e outros	30
3.2. Fundos privados	31
3.2.1. Agências de Cooperação Internacional, Fundações e ONG	31
3.2.2. Institutos, Fundações Empresariais e Empresas	33
3.3. Parcerias com Universidades	36
3.4. Um novo olhar sobre o ‘mercado de doações’	38
Quadro 1 – Doadores: Algumas possibilidades	40
Conclusões	67
Recomendações	71
Referências	74
Anexo I – Sugestões de links	84
Anexo II – Outras sugestões	88

Introdução

Este relatório resulta da “Pesquisa de fundos disponíveis para projetos de promoção da saúde e prevenção de HIV/Aids para HSH-MSM-LGBT”, elaborada para a *Schorer Foundation* no contexto de redução de financiamentos para as Organizações Não-Governamentais (ONG) que atuam com Homens que fazem Sexo com Homens (HSH), Mulheres que fazem Sexo com Mulheres (MSM) e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT).

A pesquisa está diretamente relacionada à Abordagem Schorer (2010), assentada sobre três pilares entendidos como sendo complementares, interligados e com o mesmo grau de importância. São eles:

- ❖ Promoção da saúde, que engloba:
 - Educação em saúde
 - Empoderamento de indivíduos e grupos
 - *Lobbying* e *advocacy*
 - Legislação e
 - Provisão adequada de serviços de saúde

- ❖ Trabalho intersetorial (*mainstreaming*, ou transversalizando a defesa de interesses de LGBT)
 - Interno à organização, por ex.: fortalecimento de políticas que protejam a equipe e os voluntários da vulnerabilidade à infecção e exclusão social, e apoiem aqueles que estão vivendo com HIV e seus efeitos
 - Externo à organização. Refere-se às intervenções dirigidas a outras organizações (conscientização de tomadores de decisão, *lobbying* dirigido à promoção da saúde de LGBT, incidência sobre a agenda política, etc.)

- ❖ Fortalecimento de capacidades
 - Organização interna. Pressupõe a capacidade de manter a organização funcionando (estratégia de fundos, política de voluntários, sistema de monitoramento e avaliação, capacidade de elaborar propostas e motivação da equipe)
 - Programa. Capacidade de desenvolver, implementar e avaliar, baseado em evidência, a prevenção planejada de HIV/Aids para HSH, MSM e Transgêneros
 - Relações externas. Capacidade de realizar ações de *lobbying*, *advocacy* e *mainstreaming*

O financiamento da Schorer para quatro países da América Latina refere-se a um programa elaborado para o período 2007-2011, com apoio financeiro do Ministério das Relações Exteriores da Holanda. Através desse programa foram construídas duas redes de atuação com as organizações parceiras: AYAHUMA e SAGAS. Nesse relatório, será priorizado o Projeto SAGAS, que reúne as seguintes organizações brasileiras:

Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA)
Grupo Arco-Íris (GAI)
Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB) e
SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade

Através desse projeto, a *Schorer Foundation* apoia técnica e financeiramente as organizações parceiras com base em três aspectos:

1. O financiamento de projetos de prevenção, promoção da saúde e direitos humanos para HSH-MSM-LGBT, baseado nos pilares da Fundação
2. O apoio técnico da Schorer, além de assessorias locais
3. O incentivo e a mediação de intercâmbios de conhecimentos e experiências entre as organizações parceiras

Tanto a contribuição com vistas à sustentabilidade dos projetos de prevenção e promoção da saúde para HSH-MSM-LGBT, quanto às parcerias com outros atores sociais, incluindo pesquisadores, são dimensões que integram as estratégias de trabalho da Schorer.

Para a maioria das organizações mencionadas, *Schorer Foundation* é seu maior doador. Esta informação reúne dimensões diferenciadas que vão desde a dificuldade de financiamento para as populações HSH-MSM-LGBT na região até o cenário internacional, sobre o qual se afirma que a América Latina está, cada vez mais, fora das prioridades dos doadores, públicos e privados, porque a maioria dos países é classificada como de renda média. No que se refere à epidemia de HIV/Aids, a prevalência e o fato de se caracterizar como uma epidemia concentrada, tem levado a África e alguns países da Ásia a serem mais observados e eleitos como prioritários no cenário global.

Além disso, ao longo da análise sobre os achados da pesquisa, também será importante notar a fragilidade técnica como um fator que pode vir a dificultar o acesso a novos fundos. Para além da concorrência nos processos seletivos, há barreiras que limitam a participação das organizações levando à não-submissão de propostas ou mesmo à recusa das mesmas¹.

O objetivo central dessa pesquisa foi analisar o cenário atual sobre fundos disponíveis para projetos de promoção da saúde para LGBT e prevenção de HIV/Aids/IST. Também foi realizado um levantamento de potenciais doadores, que não pretende ser exaustivo, mas apresentar algumas oportunidades de financiamento. Ao longo do processo de trabalho com o Projeto SAGAS, foram realizadas duas oficinas sobre sustentabilidade, com foco na captação e mobilização de recursos. A primeira com base na versão preliminar desse relatório (set. 2011), e a segunda, propiciando um debate sobre diferentes fontes de recursos e a necessidade de elaboração de planos de mobilização de recursos (mar. 2012)².

¹ Terabe (2009) menciona o pouco conhecimento de gestão operacional como sendo um desafio para as ONG.

² A primeira versão incluía informações das contrapartes da *Schorer Foundation* em Equador, Costa Rica e Honduras, entretanto, dado o cenário global, mudanças institucionais e no campo sem fins lucrativos, a atualização da pesquisa foi realizada com base no contexto brasileiro. Desde agosto de 2012, as interfaces com as contrapartes da América Latina estão a cargo do MSM Global Forum.

De modo geral, é possível afirmar que:

- ✓ O Fundo Global Contra Aids, Tuberculose e Malária (Fundo Global) é de fato o principal doador para América Latina
- ✓ No final de 2010, a divisão de trabalho entre as Agências que compõem o *Joint United Nations Programme on HIV/AIDS* (UNAIDS) deixa evidente sua prioridade e compromete as Agências com temáticas e populações específicas. Homens que fazem Sexo com Homens, Transgêneros e Profissionais do Sexo estão a cargo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)³, no âmbito dos países, e do Banco Mundial, no cenário global. Foco nos resultados.
- ✓ No caso de se eleger prioridades, especialmente os doadores públicos internacionais – bilaterais e multilaterais – têm priorizado fortalecer os sistemas de saúde dos países de baixa renda
- ✓ A atuação do setor privado tem sido direcionada para o mundo do trabalho e esta não é uma tendência restrita aos temas em questão. Foi observado um contraponto por parte da sociedade civil, no Brasil
- ✓ Intervenções intersetoriais estão em evidência, sendo valorizadas nos projetos para HIV/Aids
- ✓ Há uma atenção à contribuição dos projetos de HIV/Aids para as respostas aos desafios da saúde pública em geral
- ✓ A sustentabilidade futura da proposta tem sido uma preocupação dos doadores
- ✓ Resultados mensuráveis, forte capacidade de monitoramento e avaliação, e impacto do projeto (associando-se resultados a mudanças) têm sido exigências explícitas por parte de diferentes doadores, públicos e privados
- ✓ Apesar da percepção da valorização de projetos executados por várias organizações, em rede ou consórcio, nem sempre isso é ressaltado explicitamente

Em um segundo momento, espera-se que as contrapartes desenvolvam ações voltadas a sua sustentabilidade, principalmente financeira. Desse modo, estarão se preparando para enfrentar uma realidade com novos desafios e possibilidades advindas das prováveis mudanças de fontes de recursos, valores orçamentários e perfis de doadores.

Cada vez mais, as ações de *advocacy* sobre os tomadores de decisão são imprescindíveis para que as intenções não fiquem apenas no papel, ou as ações não sejam realizadas sem a participação daqueles diretamente interessados. O foco na destinação de recursos precisa ser objeto de *accountability*, do mesmo modo que a abordagem sobre o tema da sustentabilidade não pode se restringir ao aspecto financeiro. “É imprescindível focalizar o tema sustentabilidade como um continuum entre as dimensões sociopolítica, financeira e institucional.” (Câmara, 2001:8). Há várias instituições que podem jogar um papel importante indiretamente, a partir de suas interlocuções e influência no cenário político. Por tudo isso, a referência de base do trabalho das ONG é fundamental, assim como as alianças e parcerias estabelecidas, tanto entre as próprias ONG, quanto entre elas e instituições com outros perfis, como setores governamentais, empresas e universidades.

³ Na sigla em inglês: *United Nations Population Fund*.

1. O contexto da pesquisa

1.1.O Brasil no cenário global

O debate sobre a cooperação internacional no Brasil, no campo não-governamental, não é recente, mas os cenários mudaram dentro e fora do país. A cooperação internacional está atravessando um momento de profundas mudanças e o Brasil tem tido um papel de protagonista no cenário global. Desde que passou a ser considerado um país de renda média, seu status e as relações com a sociedade civil vêm mudando, com repercussões internas e externas.

Aspectos diferentes se entrelaçam no cenário atual do debate sobre fundos para organizações da sociedade civil (OSC), não podendo ser atribuídos somente à epidemia de HIV/Aids. Como a excepcionalidade de uma doença marcada pela crise, urgência e ausência de respostas médicas foi superada e se vislumbra a possibilidade de real controle da epidemia, as formas de diálogo com a sociedade civil mudam gradativamente e, de certo modo, deixam de ser prioritárias.

Alguns pontos merecem destaque sobre o lugar que o Brasil passou a ocupar no cenário global:

- Sexta maior economia do mundo (O Globo, 2012)
- Desde 2007, foi incluído no grupo de países com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), considerado de renda média pelo Banco Mundial e, portanto, fora da lista dos países prioritários para a ajuda internacional
- Em 2008, anunciou o fim da dívida externa brasileira
- Em 2009, participou de reunião do G20 e tem demonstrado interesse em maior projeção internacional. Na referida reunião, em Londres, o Presidente americano Barack Obama elogiou o presidente Lula publicamente, dizendo que o presidente brasileiro era “O cara” e “o político mais popular do mundo”
- Ampliou seu papel na ajuda humanitária internacional, especialmente para os países de língua portuguesa e em situações de conflito, como, p. ex., Timor Leste, Haiti, Porto Príncipe, Moçambique, entre outros (IPEA, 2010)⁴
- Na saúde, mais especificamente com HIV/Aids, vem trabalhando no apoio e na transferência de tecnologias para países da América Latina e da África, especialmente aqueles de língua portuguesa, tendo contribuído para a criação da primeira fábrica de medicamentos em Maputo (Brasil, 2011)
- Tem sido reconhecido no cenário global pelo compromisso em enfrentar as questões sociais, especialmente no combate à fome e à miséria (Santos, 2012)

Por estes e outros motivos, o Brasil vem sendo apontado na cooperação internacional como um país que tem desempenhado um papel importante e ascendente nessa esfera.

⁴ Em 2010, o governo brasileiro divulgou o primeiro balanço da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI), referente ao período 2005-2009. Cabe notar que, no final de 2007, o Itamaraty pôs no ar o website “Assistência Humanitária Internacional” para divulgar as atividades do Grupo Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GIAHI).

Desde o início dos anos 90, a cooperação internacional com as OSC vem mudando. Entretanto, não há indícios de que a cooperação esteja saindo do Brasil, mas mudando radicalmente sua atuação no país. No cenário atual, há Agências que estão até mesmo criando ou fortalecendo sua atuação.

Foram identificadas duas pesquisas sobre as mudanças no aporte de recursos para OSC no Brasil, ambas por iniciativa da Articulação D3 – Diálogo, Direitos e Democracia, uma delas ainda em andamento⁵.

A primeira pesquisa, de caráter exploratório, foi realizada em parceria com o Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social, cujos relatórios foram disponibilizados entre o segundo semestre de 2009 e 2010. A pesquisa apontou não somente a diminuição de recursos, mas, também, mudanças quanto a prioridades temáticas e de regiões. Das 41 organizações internacionais que responderam ao questionário da pesquisa, incluindo as chamadas Agências de Cooperação Internacional e Fundações, 15% (6) previram a retirada total de investimentos no Brasil até 2015⁶. Basicamente, os seguintes motivos foram mencionados (Vargas & Ferreira, 2010:18):

- ✓ A crise econômica 2008-2009
- ✓ A mudança de prioridade de regiões no globo
- ✓ Alto nível de desenvolvimento econômico social brasileiro
- ✓ Mudanças estratégicas na organização
- ✓ Maior potencial de captação interna e possibilidade crescente de autosustentabilidade no campo social brasileiro
- ✓ Alcance dos objetivos com melhoria da problemática trabalhada

Destacou-se que nas tentativas de saídas para superar a crise e vislumbrar alternativas futuras há

“(…) a busca por investimentos em aliança e o desejo de aprimorar mecanismos de gestão e avaliação que sejam capazes de fortalecer os projetos e garantir o impacto dessas intervenções. Muitas falas trouxeram palavras como *impacto, eficiência, efetividade, alianças estratégicas*, demonstrando fortes desejos organizacionais”. (Silva & Vargas, 2009:5).

De acordo com a pesquisa, no início de 2009, as organizações internacionais argumentaram utilizar duas práticas gerenciais: 1. O uso de princípios e ferramentas de gestão visando à redução de custos (estruturas organizacionais, remunerações, viagens, diárias, terceirização de serviços, etc.); e 2. O fortalecimento e/ou reinvenção de práticas de mobilização de recursos. O pano de fundo parece ser: “menos recursos com mais impacto” (Silva & Vargas, 2009:20).

⁵ A Articulação D3 atua a partir de um ‘grupo de referência’ composto por: ABONG; Fundação Avina; Fundação Kellogg; Fundo Baobá para a Equidade Racial; e, Instituto C&A.

⁶ Foram contatadas 111 organizações internacionais, sendo que 18 não atenderam aos critérios da pesquisa, 52 não quiseram/puderam responder e 41 responderam ao questionário. A maioria europeia (26), além de 14 organizações americanas e 1 canadense (Vargas & Ferreira, 2010:9).

Naquele momento, ainda que pouco explícito no Brasil, a redução de recursos já afetava as organizações internacionais. Entretanto, de certa forma, era como se não se acreditasse no impacto que a crise econômica causaria às ações no Brasil. Um dos entrevistados mencionou:

“a percepção da gente ainda é uma percepção de ‘achismo’, eu acho que o pessoal ainda não se tocou de que a coisa vai pegar no que diz respeito à cooperação internacional e mesmo no que diz respeito aos *grant makers* nacionais, porque vai haver uma retração sim, (...) o impacto será grande”. (apud Silva & Vargas, 2009:12).

Os autores também ressaltam ter sido apontado que essa crise econômica estaria relacionada a uma crise anterior na cooperação internacional, específica às organizações de cooperação atuando no Brasil. Mudanças de prioridades de áreas geográficas internacionais e dificuldades em manter o mesmo nível de recursos para o Brasil, apontado como um país de renda média foram aspectos mencionados. Além de ser visível a atenção do governo brasileiro com as questões sociais, especialmente a partir do governo Lula.

A avaliação de projetos ganha destaque, buscando-se mais indicadores que possam medir impactos dos projetos financiados (Silva & Vargas, 2009:21). A atenção à gestão financeira voltada mais à otimização de recursos do que propriamente com as atividades, passa a ser a tônica por parte das organizações internacionais.

No caso de HSH-MSM-LGBT, é importante destacar que nessa mudança no cenário da cooperação internacional, também é possível perceber a mudança de prioridade temática, mais voltada ao meio ambiente e aos direitos de crianças e adolescentes, assim como a prioridade nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (Vargas & Ferreira, 2010:5). O que não chega a ser uma novidade, mas torna-se explícito através dos discursos dos entrevistados pelo Instituto Fonte nesse momento de crise.

Por fim, além da diminuição de recursos via cooperação internacional com as OSC brasileiras, também esteve presente nas respostas à pesquisa o fato de algumas organizações internacionais poderem vir a se nacionalizar no país, levando à captação interna de recursos (cada vez menos recursos internacionais) e exigindo, possivelmente, uma reorganização interna, já que as organizações passarão a disputar por mais recursos internos (Vargas & Ferreira)⁷. Some-se a isso o fato de muitas dessas organizações possuírem *know-how* e capacidades para a captação, ainda não totalmente generalizadas na cultura organizacional brasileira. Além do fato dos recursos não serem totalmente investidos no país, no caso de organizações transnacionais, como Médicos Sem Fronteiras, corroborando esse novo papel do Brasil no cenário global.

A segunda pesquisa, em fase de finalização, está sendo realizada, também por iniciativa da D3, pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP). Intitulada “Arquitetura institucional de apoio às organizações da sociedade civil no Brasil”, a pesquisa visa identificar o processo de institucionalização do campo de financiamento de OSC no país, além de mapear as

⁷ Um exemplo visível, é a crescente busca por doadores individuais nas ruas, gerando até uma certa disputa por pontos estratégicos, como tem sido visto em torno das estações do metrô, no final da Avenida Paulista, em São Paulo. No caso, todas são organizações com escopo internacional, atuando com a mesma temática, direta ou indiretamente: Fundação Abrinq/*Save the Children*; Médicos Sem Fronteiras; e, *United Nations Children’s Fund* (UNICEF).

fontes de apoio financeiro atuais para essas organizações, especialmente as autodenominadas organizações de defesa de direitos⁸.

Além da pesquisa em si, a FGV/SP tem dialogado com outras instituições que vêm estudando temas correlatos, como por exemplo o IPEA, que está desenvolvendo uma pesquisa sobre a transferência de recursos federais para organizações sociais, com divulgação prevista para dezembro de 2012.

Outro estudo, realizado pela ABONG (2012), com cerca de 200 ONG associadas, aborda o acesso das organizações de defesa de direitos e bens comuns a fundos públicos federais. Além disso, paralelamente, foi lançado um Guia Eletrônico de Fundos Públicos, com editais federais e informações sobre fundos, além de dicas de preenchimento de formulários. Há, ainda, informações sobre o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Gestão (SICONV) e o debate sobre o marco regulatório para as OSC, reunindo documentos e informações sobre a Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as OSC. De acordo com o Informe ABONG, o objetivo é “(...) disponibilizar informações atualizadas sobre fundos públicos no Brasil, para promover um melhor acesso aos mecanismos de financiamento pelas organizações da sociedade civil”.

Outro estudo da ABONG, lançado também em 2012, é pertinente ao cenário atual e ao tema da sustentabilidade: “Estudo analítico sobre transparência e legitimidade das organizações da sociedade civil brasileira”. O objetivo é ampliar informações e conhecimento sobre o debate a respeito de prestações de contas entre OSC. A publicação oferece informações preciosas e várias sugestões de links⁹.

Se no cenário internacional identifica-se uma dupla crise que vem afetando as organizações internacionais atuando em parceria com as OSC brasileiras, no caso específico da epidemia de HIV/Aids também podem ser destacados aspectos ligados diretamente à mesma, como, por exemplo, o fato da epidemia ter se estabilizado, a possibilidade de melhor qualidade de vida e o fato de ser referida como uma epidemia sob controle. Apesar dos avanços das pesquisas médicas, a epidemia nunca esteve restrita a este aspecto e hoje as inúmeras dificuldades encontradas para garantir as respostas necessárias são visíveis, especialmente nos âmbitos estaduais e municipais da gestão, técnica e política, em saúde. As condições de desigualdades sociais e os limites dos serviços de saúde frente a uma doença cada vez mais considerada como mais uma doença crônica são evidentes.

Tanto devido à crise na cooperação internacional, quanto para as organizações que atuam frente ao HIV/Aids, o maior impacto tem sido sentido na estrutura organizacional. Especialmente, no caso das organizações que recebiam apoio financeiro externo e não se limitavam a projetos de intervenção e articulação política, priorizados pelo governo federal. Por sua vez, na atual conjuntura, os repasses governamentais ameaçam, inclusive, o apoio a projetos de intervenção.

De certa forma, poucas organizações atuando com HIV/Aids acompanhavam o debate sobre a cooperação internacional nos anos 90, e muitas à distância, até porque a maioria era

⁸ Apesar de ainda haver dificuldades na definição do que sejam organizações de defesa de direitos, esta tem respondido a um debate político da ABONG, que, inclusive, passou a assumir o subtítulo ‘Organizações em defesa dos direitos e bens comuns’. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) incluiu a nomenclatura no ano passado (Brasil, 2011).

⁹ Tanto a pesquisa do IPEA, quanto o debate sobre o marco regulatório, SICONV, entre outros, serão objetos de debates no IV Congresso ONG Brasil 2012, a ser realizado em dezembro, em São Paulo.

recém criada. É bom lembrar que as ONG/Aids, em geral, diferem-se das ONG mais tradicionais, identificadas com o perfil anos 90 (Fernandes & Carneiro, 1991; Câmara, 2001), hoje mais próximas das autodenominadas ONG de defesa de direitos. Ainda que, cada vez mais, suas agendas dialoguem, os focos e campos de atuação, as articulações, necessidades, prioridades e urgências são diferentes. Em sua especificidade, o campo da Aids se entrecruza com o cenário sem fins lucrativos, de forma mais ampla. De certo modo, passando por situações semelhantes ou até mesmo antecipando-as.

Entretanto, a despeito dos avanços nas respostas à Aids, a vulnerabilidade na exposição ao HIV continua presente, especialmente para determinados grupos sociais. O entrecruzamento entre aspectos estruturais, sociais e individuais complexificam as respostas e, principalmente, o entendimento do problema para quem se insere nesse contexto, seja por ser uma pessoa vivendo com HIV, seja um profissional, que certamente pode trazer o frescor de novas ideias, mas também pode incorrer no risco de reproduzir atitudes que pareciam superadas. Por exemplo, observações preconceituosas com relação a populações mais vulneráveis à epidemia, dificuldades no entendimento e na interação entre governo e sociedade civil – o que não significa, necessariamente, a terceirização de serviços, mas pressupõe um projeto, não só de sociedade, mas de sociabilidade e solidariedade social –, ou mesmo para perceber o diferencial do histórico dessa epidemia.

Evidentemente, esses exemplos também ilustram a renovação de pessoas nas ONG/Aids. O fato de chegarem a partir de uma motivação individual não é novidade. O engajamento individual a partir da experiência com a doença sempre esteve presente, desde o início da epidemia. Entretanto, os perfis econômico, sociocultural e político mudaram, o número de PVHA aumentou, as dimensões técnicas e médicas tornaram-se hegemônicas, de novo, além do acúmulo do conhecimento produzido e, de certa forma, isso tudo aparece dissociado de um projeto coletivo e carece de uma base de solidariedade social, tão primordial às respostas sociais à Aids (Parker et al., 1999). Junte-se a isso o fato da imagem das ONG ter mudado consideravelmente, desde o início dos anos 90 até o momento atual, nem sempre sendo vistas como legítimas e contando com amplo reconhecimento social, o que inegavelmente é imprescindível para sua sustentabilidade institucional (Armani, 2008). Por tudo isso, a questão da sustentabilidade não é própria ao campo da Aids, mas possui especificidades e há cenários mais ou menos propícios à aproximação entre atores cujas missões são extremamente diversas, quando não antagônicas (Câmara, 2001).

De lá para cá, a cooperação internacional tem sido observada como um ponto crítico por organizações que dependiam em muito de fontes de doadores externos. Paralelamente a essas mudanças, o perfil da epidemia também é outro ponto de inflexão para os apoios financeiros internacionais e desde meados dos anos 90 já se ouvia que as prioridades na atenção internacional em resposta à pandemia, dado seu caráter epidemiológico e sociocultural, estavam sendo dirigidas ao continente africano.

De modo geral, ainda que o cenário global evidencie que a América Latina não é mais uma prioridade para HIV/Aids – uma das principais referências de doadores para as populações LGBT –, é importante notar que, especialmente HSH, está no centro das atenções. Há várias publicações recentes, listadas ao final deste relatório, que ressaltam a atenção prioritária para HSH. Publicações elaboradas por organizações relevantes, como por exemplo: Banco Mundial;

PEPFAR; OPS; AmfAR; e, MSM GF. Além de, há alguns anos, o debate já estar presente nas rodadas do Fundo Global.

1.2.Governo Federal: cenário político atual

Desde o governo Lula, há uma clara atenção aos projetos sociais, em especial àqueles dirigidos à população de baixa renda, associados à criação de infraestruturas básicas que melhorem às condições de vida da população. Isso tem implicado em investimentos significativos, especialmente nas áreas da educação e da assistência social. Também há uma gradativa preocupação dos últimos presidentes brasileiros com questões que envolvem o tema dos direitos humanos, desde a gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), quando foi lançado o I Programa Nacional de Direitos Humanos. Apesar das críticas quanto à atenção dirigida a este e outros planos de governo voltados a grupos sociais minoritários, inegavelmente a visibilidade dos debates em torno dos mesmos vem gerando mudanças para melhor. Além disso, no governo Lula, houve a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e ampliou-se enormemente o debate sobre a política de cotas raciais¹⁰; as Secretarias de Políticas para as Mulheres (SPM) e de Direitos Humanos (SDH) adquiriram status de Ministério; e, foi criado o Comitê Nacional de Combate à Discriminação no âmbito da SDH. Também cresceu a visibilidade e o diálogo do movimento LGBT com todas estas instâncias, além de outras já existentes, inclusive no âmbito ministerial, além da visibilidade do próprio movimento através da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT). Além do combate à fome e à miséria, estes fatores têm contribuído para que o Brasil seja visto como um país que pode gerir suas questões sociais por conta própria.

Entretanto, questões que remetem a valores morais têm sido pontos polêmicos desde o período de campanha da Presidenta Dilma Rousseff, especialmente com a atenção a grupos cristãos, principalmente evangélicos. Depois de eleita, o programa “Rede Cegonha” foi criticado por grupos feministas por reificar a referência à maternidade ao invés da saúde e dos direitos reprodutivos. Com a população LGBT, as maiores polêmicas dizem respeito à censura do popularmente conhecido ‘Kit gay’, material que vinha sendo debatido com o Ministério da Educação, e o vídeo para a Campanha de Carnaval 2012. Estes episódios foram associados ao fato de não se querer desagradar a grupos evangélicos aliados ao governo federal.

Outra agenda que tem gerado polêmica, não por questões morais, mas que põem em evidência as articulações entre governo e sociedade civil, é a do meio ambiente. Ambientalistas e diversos grupos sociais têm criticado as posições da Presidenta Dilma, o que culminou em manifestações na Rio+20. O debate público mais polêmico foi em torno do novo código florestal brasileiro.

¹⁰ Desde o governo FHC, a política de cotas começou a ser implantada em alguns Ministérios. Entretanto, aplicá-la para o ingresso nas universidades públicas, as mais conceituadas do país, sempre foi a grande polêmica. O projeto de lei sobre a matéria foi aprovado recentemente, em agosto de 2012, no Congresso Nacional (Jungmann, 2012).

1.3.Foco na saúde

No âmbito da saúde, além da continuidade a políticas e programas do governo anterior, também estão sendo firmadas novas políticas e programas que já vinham sendo debatidos, como a atenção a Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e a redução de acidentes de trânsito. Ressalte-se que, para a projeção internacional do Brasil, o setor Saúde tem-se mostrado exemplar. Desde o histórico do Sistema Único de Saúde (SUS), passando pela prioridade no acesso à saúde, em sintonia com a OMS, até o fortalecimento da cooperação Sul-Sul, incluindo a transferência de tecnologias, entre outros aspectos.

De modo geral, o foco da atual gestão do Ministério da Saúde é a ampliação e a qualificação do acesso aos serviços de saúde. O que levou à alteração do Programa Farmácia Popular do Brasil (assistência farmacêutica) e à criação da Rede Cegonha (saúde materna e da criança recém-nascida). Em 2011, foi lançado o Saúde Não Tem Preço, um novo programa em complementação ao Farmácia Popular¹¹.

Também foram criadas a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASE) e a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), com periodicidade e mecanismos a serem utilizados na aquisição de novos medicamentos e novas tecnologias de tratamento no rol de serviços e assistência farmacêutica do SUS.

Desde o Pacto pela Saúde (2006), há crescido a atenção à necessidade de fortalecimento da gestão do SUS, incluindo a avaliação do sistema. Há uma preocupação em mostrar resultados e aprimorar a gestão do sistema de saúde, portanto a transferência de recursos passa a ser condicionada ao alcance de metas e mais monitoramento e avaliação de resultados do SUS.

Do ponto de vista estrutural, destaca-se a importância da regulamentação de dispositivos da Lei Orgânica da Saúde 8.080/1990, assim como da incorporação de tecnologias no SUS. Sobre a Lei Orgânica da Saúde, as novidades foram o pacto interfederativo e os debates em torno dos conceitos de integralidade da atenção e do acesso universal e igualitário. Também, considera-se como avanços na organização do SUS, os conceitos de regionalização (para definir território e população) e de redes de atenção, além do fortalecimento da gestão compartilhada através de colegiados intergestores. A regionalização e a necessidade de hierarquizar os serviços, de forma universal, igualitária e ordenada, não são novas, mas pouco implementadas amplamente no país (Duarte, 2011; Ugá et al., 2010).

São definidas como portas de entrada nos serviços de saúde: atenção básica, atenção de urgências e emergências e serviços especiais de acesso aberto¹². Há também uma preocupação com a infraestrutura dos serviços e o atendimento dos usuários com transtornos mentais.

¹¹ Este Programa tem sido questionado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no que se refere ao copagamento “Aqui tem farmácia popular”, através do qual o Ministério da Saúde repassa recursos para farmácias e drogarias privadas da rede conveniada (a maioria no Sul e Sudeste, em municípios com mais de 150 mil hab.). De acordo com auditoria do TCU (2011), os valores repassados pelo Ministério da Saúde são muito maiores se comparados aos medicamentos adquiridos por licitação, apesar de ressaltar-se a existência de outros gastos no programa, que, entretanto, não foram justificados quanto a seu custo-efetividade. Além desse programa contar com um controle interno frágil.

¹² A atenção básica é considerada primordial com base em estudos que demonstram que as ações em atenção básica de saúde impactam na redução da mortalidade infantil, por diarreias e doenças respiratórias agudas, sobre as hospitalizações e internações evitáveis, entre outros (IPEA, 2012:10). Sabe-se que o maior sucesso depende de melhor infraestrutura nos serviços de saúde e de recursos humanos. As Unidades Básicas de Saúde estão em

Em 2003, foi lançada uma nova Política Nacional de Atenção às Urgências, que ficou popularizada através do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Em 2009, esta política foi reforçada e foram criadas as Unidades de Pronto Atendimento (UPA), para funcionarem como uma atenção pré-hospitalar intermediária. De acordo com críticas endereçadas ao Ministério da Saúde, essa política tem sido dificultada pela insuficiência de médicos especialistas e a mera substituição de serviços já oferecidos em prontos-socorros e hospitais. O que fez com que o Ministério da Saúde passasse a trabalhar a formação de uma rede de atenção de urgências e formas de rever os serviços das UPA.

Todo o exposto perpassou os debates em torno da regulamentação da Emenda Constitucional 29 (EC 29), que vincula recursos para custeio de ações e serviços de saúde e define percentuais orçamentários a serem investidos por cada esfera de governo, entre outros aspectos. A EC 29 foi editada em 2000 e somente agora sancionada pela presidenta Dilma, no dia 16 de janeiro de 2012 (Brasil, 2012).

Houve um reforço das comissões intergestores, consideradas como primordiais nas pactuações técnico-políticas do SUS. Além de referendarem a Comissão Intergestores Regional, fundamental na regionalização. No âmbito da gestão, a maior novidade é o “contrato organizativo de ação pública de saúde”, que diferente do compromisso do Pacto pela Saúde (2006), pressupõe um contrato multilateral com valor jurídico.

De acordo com a publicação do IPEA (2012) – Políticas sociais: acompanhamento e análise, n.20¹³ – os desafios enfrentados pelo Ministério da Saúde na atuação gestão do governo federal têm sido:

1. Dengue fora de controle. Em 2010 ocorreu a maior epidemia de dengue registrada no Brasil, especialmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Devido a tipos diferentes, não se descartam novos surtos¹⁴.
2. DCNT. Em 2007, 72% dos óbitos no país decorreram de doenças crônicas não transmissíveis (acidente vascular cerebral, infarto, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas). Além da forte política antitabagista, vêm sendo desenvolvidos programas com atenção à obesidade¹⁵.
3. Doenças associadas a violências e acidentes, consideradas de caráter epidêmico. Em 2007, foram mais de 38 mil óbitos relacionados ao trânsito no Brasil¹⁶.
4. Ações judiciais. Com a Lei No. 12.401, de abril de 2011, que altera a Lei Orgânica da Saúde (8.080), “Ficam vedados a dispensação e o pagamento de medicamentos em fase experimental, de uso não autorizado ou sem registro pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).” (IPEA, 2012:101). O objetivo é tentar limitar as ações judiciais

processo de requalificação, além de incentivos para o aprimoramento da carreira e, conseqüentemente, para fixação de profissionais na Estratégia da Saúde da Família, especialmente médicos.

¹³ Ver: Capítulo 3 – Saúde.

¹⁴ No dia 25 de julho, o laboratório francês Sanofi SA anunciou a primeira vacina produzida para dengue, no mundo. A previsão de lançamento oficial é para 2015.

¹⁵ De acordo com pesquisa do Ministério da Saúde, realizada em 2010, foi constatada 48% de prevalência de sobrepeso e 15% de obesidade na população brasileira. Em 2011, foi lançado o “Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil, 2011-2022”, em sintonia com o debate internacional, e o Programa Academia da Saúde, entre outros.

¹⁶ Em 2001, foi criado o Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes no Trânsito – Pacto pela Vida. Uma parceria entre os Ministérios da Saúde e das Cidades.

para o fornecimento de medicamentos, argumentando-se que os gastos do Ministério da Saúde aumentaram quase 97%, entre 2005 e 2010.

5. Debate em torno da EC 29. Por um lado, estados e municípios devem aplicar, respectivamente, 12% e 15% de suas receitas vinculadas, por outro, o governo federal deve aplicar o equivalente à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) dos dois anos anteriores sobre o valor empenhado no ano anterior.
6. Recursos humanos. Especialmente na atenção básica: ausência de profissionais especializados, formação inadequada e alta rotatividade.

Vistos estes pontos, é evidente que as IST/HIV/Aids não são as principais preocupações no momento. De fato, o tema das IST/HIV/Aids se rotinizou no âmbito do SUS, o que era esperado. Entretanto, se historicamente a resposta brasileira à epidemia tem radicalizado às possibilidades do SUS, do mesmo modo, também vem sendo rotinizada com todas as mazelas decorrentes dos problemas estruturais do sistema.

1.4. O cenário da Aids no Brasil e as possibilidades na promoção da saúde e prevenção de IST/HIV/Aids com LGBT

A abordagem sobre o tema da disponibilidade de fundos para grupos que atuam com a população LGBT pressupõe dois pontos de atenção interligados: o entendimento sobre sua posição no espaço social e sua inserção no contexto da epidemia de HIV/Aids.

Antes mesmo do surgimento da epidemia, inclusive de forma mais invisível, essa população já era alvo de preconceitos e de discriminações devido a normas sociais e à associação entre as relações homoafetivas e os referenciais de crime, pecado ou doença. Com o surgimento da epidemia, esse imaginário foi reafirmado, não sem resistência e organização crescente dos referidos grupos, dialogando, direta ou indiretamente, com a presença de pessoas vivendo com HIV/Aids (PVHA) (Câmara, 2002; MacRae, 1987 e 1990). Inúmeros estudos nacionais e internacionais, inclusive elaborados para o UNAIDS, evidenciam que o imaginário social e os contextos sociais nos quais essas populações estão inseridas são fatores de vulnerabilidade para o HIV (Mancheno et al., 2008; ONUSIDA, 2002; OPS, 2009; Parker & Aggleton, 2002).

É sabido que a criminalização da homossexualidade é um fator de vulnerabilidade. A criminalização e a homofobia limitam o acesso à prevenção, tratamento e assistência. Essas situações de restrições sociais e/ou legais com que se depara a população LGBT, mais especificamente HSH, têm levado à exclusão, ou até mesmo à autoexclusão com relação à atenção à saúde sexual. Fatores que associados às desigualdades sociais dificultam o fortalecimento da autoestima e, conseqüentemente, o engajamento em ações coletivas. São os grupos que trabalham com a população LGBT que fazem emergir a dinâmica de um contexto de desigualdades sociais reificadas pelo estigma e a homofobia¹⁷.

Do ponto de vista epidemiológico, a América Latina vivencia uma epidemia concentrada, ou seja, de acordo com UNAIDS, uma epidemia com a prevalência do HIV acima de 5% ao

¹⁷ No último dia 10 de outubro de 2012, o GT UNAIDS divulgou um documento em defesa da criminalização da violência contra LGBT, solicitando ao Congresso Nacional a atenção ao PL n.122/2006, além de outras demandas dirigidas ao Executivo e ao Judiciário.

menos em um subgrupo populacional, mas abaixo de 1% entre mulheres grávidas nas áreas urbanas. A prevalência do HIV na região é baixa, entre 0.2% e 0.9%. No entanto, a epidemia aparece sempre concentrada em HSH, com prevalência acima de 10% em 12 dos 14 países da região da América Latina e Caribe (Baral et al., 2007). No caso do Brasil, a prevalência é de 14,4%¹⁸.

A prevalência do HIV entre Transgêneros é assumida como alta, apesar de não haver estudos de larga escala realizados com esta população.

Apesar da alta prevalência do HIV entre HSH, as medidas preventivas não estão disponíveis para todos e os cuidados para os que vivem com HIV nem sempre consideram suas necessidades específicas. Em 2008, 0.02% das despesas com prevenção para HIV foram gastos com HSH, Profissionais do Sexo e Usuários de Drogas Injetáveis (UNAIDS, 2010).

As iniciativas da sociedade civil têm oferecido serviços e intervenções dirigidas à população LGBT, inclusive suprimindo lacunas nas respostas governamentais. Entretanto, a sustentabilidade dessas ações é incerta, devido à recorrente descontinuidade de fundos para as organizações que trabalham com LGBT.

A disponibilidade de fundos para a população LGBT é muito reduzida na América Latina, em geral. Apesar de aparecer no escopo de financiamento de alguns doadores, no cenário global, ao longo dos anos a dinâmica mudou e a concorrência também.

No caso da América Central especificamente, as doações mais expressivas têm sido através da Cooperação Americana (PEPFAR, USAID e CDC¹⁹), por meio de acordos bilaterais com os governos dos países, e do Fundo Global. De modo geral, através da cooperação bilateral não há apoios para projetos LGBT de forma constante. Tal apoio depende da disponibilidade de recursos financeiros e dos interesses em jogo.

Para a América do Sul, a Comissão Europeia foi destacada por alguns dos informantes como uma fonte importante. Inclusive, foi mencionada uma nova linha de financiamento para direitos humanos como sendo uma possibilidade de apoio para as organizações que atuam com LGBT. A dificuldade para as contrapartes seria conseguir o co-financiamento que a Comissão Europeia exige como pré-requisito.

Apesar dos limites, é fato que há uma atenção, especialmente para HSH, presente nas agendas de Agências como OPS, UNAIDS, PNUD, UNESCO e UNFPA na América Latina. Entretanto, se essa atenção não se traduzir em ações que contribuam não somente com o apoio pontual a projetos, mas também fortalecendo a capacidade organizacional e de gestão das ONG, a tendência é a perda de recursos humanos e a descontinuidade das respostas existentes. Cada vez mais, a exigência por respostas sustentáveis pressupõe o investimento em capacidades que possam garantir a sustentabilidade das organizações.

No caso do Brasil, o fato da população LGBT, especialmente HSH, ter ganho visibilidade no diálogo com o governo brasileiro a partir do Programa, hoje Departamento Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais (DN-DST/AIDS/HV), não garante ações sustentáveis. De modo geral, inegavelmente, a relação com o DN-DST/AIDS/HV fortaleceu a sustentabilidade política das ONG, porém o mesmo não ocorreu quanto a sua sustentabilidade financeira (Terabe, 2009;

¹⁸ Dados extraídos da apresentação do Dr. Pedro Chequer no Seminário “SAGAS na prevenção às DST e ao HIV/Aids em população LGBT”, Rio de Janeiro, 15 e 16 set 2011.

¹⁹ Respectivamente: *The US President's Emergency Plan for AIDS Relief* (PEPFAR); *United States Agency International Development* (USAID); e, *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC).

Câmara, 2012). Há muito as parcerias e apoios se diversificaram, paralelamente a mudanças devido à descentralização da política de DST/Aids. Além de uma trajetória própria ao movimento LGBT no país (reivindicação por direitos, denúncias de crimes por homofobia, etc.), sua não restrição à agenda da saúde associada ao fato do apoio de instituições estrangeiras ter diminuído, direcionou a atenção desses grupos para outros setores do governo.

No âmbito nacional, o Ministério da Saúde tem financiado Projetos de promoção da saúde e prevenção de DST, Aids e Hepatites Virais, dentro do escopo de atividades de mobilização do Orgulho LGBT, e projetos de redes (nacionais ou regionais), conforme o quadro baixo. Além de projetos de eventos.

No primeiro semestre de 2011, foi iniciado um projeto em parceria com o CDC, que visa uma metodologia de intervenção com HSH e inclui a participação de ONG, sendo o GRAB um dos parceiros.

Ministério da Saúde		
Projetos de promoção da saúde e prevenção de DST, Aids e Hepatites Virais (Atividades de mobilização do Orgulho LGBT)		
Ano	Nº Proj.	Total
2002	16	150.066,00
2003	20	317.552,00
2004	34	524.834,60
2005	31	293.270,00
2006	56	780.615,20
2007	39	597.481,71
2008	51	814.108,50
2009	53	834.881,96
2010	56	1.014.540,48
2011	37	950.000,00
2012	43	1.500.000,00

Projetos de Redes voltados para a população LGBT encerrados em 2011 (um dos sete editais específicos de rede (2008) através da “modalidade de licitação”		
PACT Brasil (Travestis e Transexuais)	R\$	699.990,00
APPAD (Gays e HSH)	R\$	542.987,02
GAAC (Jovens Gays)	R\$	260.931,54

Em 2012, houve a divulgação de um edital público voltado às atividades e ações relacionadas ao Orgulho LGBT 2012, no montante de R\$ 1.500.000,00, acrescido de recursos pontuais – como passagens e diárias, possibilitando a participação de representantes LGBT em eventos governamentais, ou organizados por grupos da sociedade civil – que levou a um total de R\$ 1.700.000,00. O que demonstra um aumento de recursos com relação ao ano de 2011. Além disso, no mesmo ano, foi lançado outro edital (agosto/2012) priorizando as seguintes populações: LGBT, HSH, trabalhadores sexuais, PVHA e pessoas que utilizam álcool e outras drogas. Cada projeto poderia apresentar um orçamento de até R\$ 360.000,00. Foram aprovados 16 projetos, entre eles dois projetos para a população Trans e dois voltados à prevenção com homossexuais.

O DN também realizou uma seleção de projetos para assessorias jurídicas, cujo edital público foi de R\$ 2.000.000,00. Estes projetos também contemplam a população LGBT, ainda que não sejam específicos.

A despeito desses editais, as ONG vêm questionando o fato dos projetos financiarem a realização de atividades, mas não contemplarem aspectos relacionados à estrutura organizacional. Do mesmo modo, critica-se a inexistência de uma política voltada ao fortalecimento institucional das organizações que atuam no campo do HIV/Aids.

O cenário político atual é bastante preocupante. Há entraves burocráticos que dificultam as modalidades de financiamento. O marco regulatório para as OSC segue em debate e isto é importante, por exemplo, para que as ONG organizem sua contabilidade, isenção ou pagamento de impostos, entre outros aspectos, que devem ser observados com base na especificidade do setor sem fins lucrativos. O grupo de entidades que vem debatendo o assunto com o governo federal elaborou uma proposta de projeto de lei a ser submetida à apreciação da Presidenta Dilma (CESE, 2012). O que pode vir a contribuir no debate entre a ABGLT e a Secretaria Geral da Presidência da República, que vem argumentando que as organizações LGBT se caracterizam pela prestação de serviços, mas as mesmas não estão de acordo.

Outro aspecto importante, refere-se à descentralização da política de HIV/Aids. Desde o início dos anos 90, o então Programa Nacional financia projetos de OSC as quais, em geral, desenvolvem ações de prevenção com grupos vulneráveis para o HIV. Gradualmente, vem-se tentando institucionalizar no SUS as ações desenvolvidas no âmbito do HIV/Aids, que foram financiadas pelo Banco Mundial a partir dos acordos de empréstimo com o Brasil. O processo de descentralização das ações direcionadas à resposta ao HIV/Aids foi politicamente fortalecido com a criação da política de incentivo para HIV/Aids, após os acordos de empréstimo com o Banco Mundial que propiciaram a implementação de ações não previstas no SUS, por exemplo, as ações de prevenção e aquelas desenvolvidas pelas OSC. Esta política previu a distribuição de recursos do nível federal para estados e municípios, que deveriam desenvolver ações de prevenção e controle de DST, HIV/Aids, baseados em critérios epidemiológicos, capacidade instalada e de gestão das Secretarias de Saúde. Também se tem buscado a descentralização das ações com base nas Normas Operacionais de Assistência à Saúde (NOAS), as quais pactuam as competências de estados e municípios no processo de gestão²⁰.

Com base na descentralização do sistema de saúde, o planejamento das ações em HIV/Aids até então vinha sendo realizado através de Planos Estratégicos Estaduais plurianuais e dos Planos de Ações e Metas (PAM) anuais nos estados e nos municípios. Os recursos governamentais direcionados às OSC passaram à responsabilidade dos estados, estimulando-se a participação da sociedade civil na elaboração dos critérios para seleção, repasse de recursos financeiros e monitoramento dos mesmos no PAM. A partir dessa dinâmica, os recursos para a seleção pública de projetos, repasse e monitoramento deveriam estar previstos nos PAM. A participação da sociedade civil nem sempre é uma realidade no âmbito local, além de, em alguns casos, o diálogo e a parceria serem práticas difíceis de serem concretizadas.

Devido à descentralização as atividades das OSC foram dificultadas, por problemas operacionais e/ou políticos (Câmara, 2012). Para alguns estados e/ou municípios, a descentralização significa recursos restritos e, portanto, limites no alcance das ações realizadas.

²⁰ Sobre o papel das Normas Operacionais na descentralização da saúde, é ilustrativo o artigo de Ugá et al. (2008).

Nesse sentido, o processo de descentralização que já não vinha sendo efetivo quanto aos problemas apontados como prioritários pelo governo federal, gerando dificuldades para as respostas locais à epidemia, agora se torna inviável. Há recursos parados nos estados, que em sua maioria não têm lançado editais públicos para a seleção de projetos. Há muita burocracia, exigindo inclusive que em alguns estados o processo de transferência de recursos passe pela Coordenadoria do Estado. Alguns estados têm sinalizado não ter interesse em fazer editais para OSC e afirmam que grande maioria dessas organizações não atende às exigências de documentação (certidões negativas – INSS, Receita Federal). Por sua vez, alguns Conselhos de Saúde têm demonstrado discordância quanto à destinação de recursos governamentais às OSC.

O DN-DST/Aids/HV criou um GT Financiamento em janeiro/2012 visando enfrentar o problema. Uma possibilidade levantada seria re-centralizar os recursos, que voltariam a ser geridos pelo governo federal. Entretanto, essa proposta precisaria ser pactuada entre os gestores, na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que reúne representações das três esferas de governo, no âmbito da SUS.

Desde o início de 2011, inclusive no Seminário “SAGAS na prevenção às DST e ao HIV/Aids em população LGBT”, realizado no Rio de Janeiro (set./2011) isso foi mencionado, as ONG vinham denunciando a existência de recursos parados nos estados e municípios. O que, posteriormente, gerou protestos durante a XIX Conferência Internacional de Aids, em Washington D.C. (jul./2012), e levou à divulgação do manifesto “O que nos tira o sono” - <http://oquenostiraosono.tumblr.com/manifesto>²¹. Naquele momento, estimava-se um montante de R\$ 40 milhões inoperantes, entretanto, em outubro de 2012 foi divulgado que, de fato, trata-se de R\$ 161 milhões repassados pelo Ministério da Saúde a Programas de DST/HIV/Aids e HV que não foram utilizados. Desde o início da transferência fundo a fundo, em 2003, através da política de incentivo, foi transferido R\$ 1,03 bilhão a estados e municípios, entretanto 15,6% do montante não foram utilizados (Balza, 2012; Agência Aids, 2012).

Antes mesmo da divulgação dessa cifra, ativistas do Movimento Social de Aids estiveram em audiência pública com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em setembro, que garantiu mais esforços governamentais voltados à epidemia. Entretanto, pouco mais de um mês após a referida audiência, foi divulgada a extinção da Portaria no. 2.313 – que criou a política de incentivo para HIV/Aids, em dezembro de 2002 – por decisão da CIT (MS, CONASS e CONASEMS), surpreendendo ativistas, pesquisadores e gestores dos programas de DST/HIV/Aids-HV. O fato ganhou repercussão nas redes sociais e/ou através de parcerias com organizações de outros países. Foi organizada uma reunião emergencial da Comissão Nacional de DST e Aids (CNAIDS), reunindo membros da mesma, além da Comissão de Articulação com Movimentos Sociais (CAMS) e da Comissão Permanente para o Acompanhamento das Políticas de DST/Aids do Conselho Nacional de Saúde (CAPDA/CNS).

Por fim, em 11 de novembro de 2012, os jornais divulgaram a retirada da minuta de portaria que extinguiria a política de incentivo, do site do Ministério da Saúde e foi criado um GT com representantes de ONG e dos entes das três esferas de governo para fazer sugestões à

²¹ O manifesto “O que nos tira o sono” agregou vários ativistas e pesquisadores, gerou um website que tem posto em evidência aspectos como: o crescimento da epidemia; a necessidade de abordagem sobre as novas tecnologias de prevenção com atenção às populações em situação de maior vulnerabilidade; a necessidade de mais diálogo entre os diversos atores envolvidos na resposta à epidemia; e, o fortalecimento organizacional das ONG.

CIT. Há previsão para uma nova portaria até o final de novembro, considerando a manutenção da política de incentivo.

Por tudo isso, no âmbito do setor Saúde, especialmente quanto aos recursos descentralizados, a política para DST/HIV/Aids passa por uma fase importante de redefinição.

Além do setor Saúde, há parcerias entre as ONG que trabalham com LGBT e vários Ministérios, mas isto não se traduz necessariamente em recursos financeiros. Politicamente, há uma abertura para o diálogo, mas os editais públicos para a seleção de projetos LGBT estiveram em evidência somente após o lançamento do programa ‘Brasil sem Homofobia’, pelo governo federal. Não há apoios recentes.

O Ministério da Cultura (MinC) possui uma linha de financiamento denominada “Identidade e diversidade”, que realizou dois processos seletivos para LGBT, simultaneamente em 2008 e 2009.

O Ministério da Educação, através da linha “Cidadania e diversidade sexual”, apoiou projetos LGBT em 2005 e 2006.

A Secretaria de Direitos Humanos (SDH) já apoiou projetos LGBT pontualmente, dentro da linha para a criação de Centros de Referência em Direitos Humanos. Não sendo um apoio específico para LGBT.

2. Recursos metodológicos e fontes de pesquisa

As principais fontes de pesquisa utilizadas foram as seguintes:

- ✓ Entrevistas abertas
- ✓ Websites (institucionais, imprensa, buscas, etc.)
- ✓ Referências bibliográficas
- ✓ Documentos selecionados (relatórios, guias, etc.) pela temática e os mais recentes

O trabalho foi iniciado buscando-se identificar grandes doadores internacionais que destacassem não somente os países, mas regiões onde apoiam projetos, por exemplo, América Latina. A pesquisa foi realizada a partir de websites de doadores nacionais e internacionais, assim como de entrevistas com informantes-chave.

As entrevistas foram abertas, seguindo-se o objetivo em pauta como fio condutor, mas possibilitando uma conversa informal que, em geral, ocorreu em torno de 40 minutos, em alguns casos tendo passado de uma hora. Os contatos realizados foram extremamente importantes, não somente por trazerem informações sobre possíveis doadores, mas por possibilitarem um retrato diferenciado do contexto analisado. Também, proporcionaram o conhecimento de informações não disponíveis online, até mesmo devido à dinâmica política e às mudanças em curso.

No que se refere às temáticas, de modo geral, as fontes estão mais referidas às populações HSH-MSM-LGBT e ao tema do HIV/Aids. Não houve tempo suficiente para buscar os caminhos internos às temáticas ‘promoção da saúde’ e ‘direitos humanos’, cujos leques de abrangência são bem mais amplos e envolvem outros públicos e temáticas. Entretanto, quando possível, as duas temáticas foram focalizadas. Do mesmo modo, também foram pontos de atenção, nos websites

relativos ao setor privado, os financiamentos dirigidos a adolescentes e jovens (em geral, voltados à alfabetização, geração de emprego e violência urbana) e à cultura (aparentemente, em sua maioria, voltados a grandes instituições e à chamada ‘cultura erudita’, apesar do Censo GIFE (2010) apontar para uma mudança nesse perfil).

O ritmo do trabalho foi mais lento do que o esperado porque, por um lado, as informações nem sempre estão explícitas online, por outro, o volume e o tamanho dos documentos exigiram um tempo maior do que o previsto inicialmente. Além disso, vários websites consultados foram descartados. Esses dois aspectos são especialmente importantes para os casos de instituições de grande porte. Além da necessidade de composição de agendas com as pessoas contatadas.

De modo geral, também é importante destacar que os recursos online são mais detalhados quando referidos aos doadores internacionais, ainda que já seja visível um maior uso dos websites para divulgações de informações, editais, documentos, etc. no país.

Foi elaborado um quadro com as informações essenciais dos doadores, com base na seguinte classificação²²:

- ✓ Doadores públicos – nacionais
- ✓ Doadores multilaterais e bilaterais (públicos e público-privados – internacionais)
- ✓ Doadores públicos – internacionais (escritórios no país)
- ✓ Agências de Cooperação Internacional, Fundações e ONG
- ✓ Institutos, Fundações Corporativas e Empresas

A análise está baseada na triangulação das fontes mencionadas. Além das referências utilizadas, segue em anexo uma pequena lista de sugestões de links (websites e publicações). Note-se que vários websites disponibilizam publicações em PDF e assinaturas gratuitas de *Newsletters*, que podem ajudar à ONG na busca de doadores, cursos especializados ou eventos de interesse.

3. Levantamento sobre fundos disponíveis para HSH, MSM e LGBT

3.1. Fundos públicos

Entende-se por fundos públicos aqueles provenientes das esferas federal, estaduais e municipais, que podem ter origem nas três instâncias de poder (Legislativo, Executivo e Judiciário). Do mesmo modo, as fontes públicas internacionais, que chegam ao país através de processos de cogestão entre governos, através de acordos multi e/ou bilaterais.

²² No caso dos doadores multilaterais, bilaterais e públicos – internacionais com escritórios no país, apesar de alguns terem sido mantidos dentro do desenho do quadro, seus perfis nem sempre se adequam ao desejado. Isto porque, em alguns casos, não há repasse direto de recursos financeiros para as ONG.

3.1.1. Doadores públicos – nacionais

Como mencionado anteriormente, gradualmente, vem-se tentando institucionalizar e manter as ações desenvolvidas para HIV/Aids no âmbito do SUS. A política de incentivo prevê a distribuição de recursos do nível federal para estados e municípios, que devem desenvolver ações de prevenção e controle de DST, HIV/Aids, baseado em critérios epidemiológicos, capacidade instalada e de gestão das Secretarias de Saúde.

Com base na descentralização do sistema de saúde, o planejamento das ações em HIV/Aids tem sido realizado através de Planos Estratégicos Estaduais plurianuais e dos PAM anuais nos estados e municípios. Devido a essa dinâmica, as atividades das OSC foram dificultadas, por problemas operacionais e/ou políticos. A descentralização ficou associada a recursos limitados, além das interlocuções locais nem sempre serem viáveis. Esse contexto levou o movimento LGBT a se aproximar de outros setores governamentais.

O fato de haver uma mudança no diálogo com o governo, para além do DN-DST/AIDS/HV, é considerada uma boa experiência, mas também apresenta limites. Atualmente, há diálogos estreitos com os Ministérios da Educação, Cultura e Direitos Humanos. No Ministério da Cultura, há uma linha de financiamento voltada à Cultura LGBT. Na Secretaria de Direitos Humanos (SDH) há uma linha de direitos humanos, para apoiar a organização de Centros de Referência.

Pode-se afirmar que houve uma aprendizagem por parte do movimento LGBT através da área de HIV/Aids, mas que ampliaram-se as possibilidades políticas e de financiamento. O que tem sido considerada como uma experiência exitosa. Atualmente, há cinco Planos de Governo que remetem diretamente a temas de interesse LGBT²³.

Uma instância que também merece destaque é o Conselho Nacional LGBT, composto por 15 Ministérios e 15 OSC (sendo 9 LGBT). Este Conselho é importante porque acompanha de perto a dinâmica da política interministerial.

Também é visível o diálogo com o Poder Legislativo, onde se busca apoio financeiro através de emendas parlamentares. No Brasil, cada parlamentar tem direito a dispor de R\$ 8 milhões para apoiar a sociedade civil, desde que se apresente um projeto e que este seja aprovado²⁴. Essa atuação exige o acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), com pessoas dedicadas a estudá-lo e a participar ativamente. A ABGLT está tentando segui-lo no que se refere às quatro pastas: direitos humanos; cultura; educação; e, saúde. Recentemente, vem-se discutindo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sobre emprego e renda para as travestis, que já estiveram no MTE e estão à frente do processo.

Outro tipo de apoio governamental tem sido conseguido através do Ministério do Turismo, que tem financiado várias Paradas Gays no Brasil.

Também menciona-se a possibilidade de apoio a organizações de mulheres lésbicas e Trans com base no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, entretanto isto não está explícito no Plano, nem referidas as fontes de recursos.

²³ Ver: Anexo I - Sugestões de links.

²⁴ O Grupo Dignidade, por exemplo, tem conseguido que alguns parlamentares destinem à organização, anualmente, R\$ 100 mil. Não conseguiram apoio na Assembléia Legislativa, mas com os Vereadores obtiveram R\$ 25 mil, utilizados na reforma de sua sede, em Curitiba.

Atualmente, a ABGLT está buscando um diálogo com a SEPPIR para atender a gays negros. Os recursos da SPM e da SEPPIR são poucos, por isso considera-se a transversalidade importante, exigindo que dois ou três Ministérios trabalhem em conjunto.

A ABGLT possui 237 organizações filiadas. Todas têm pessoa jurídica, entretanto uma minoria consegue de fato desempenhar uma boa administração técnico-financeira. ONG pequenas não têm condições de fazer a administração, devido à burocracia e à fragilidade da estrutura organizacional das mesmas. Por isso, tem-se buscado outras formas de gestão compartilhada. Um exemplo foi o projeto “Escola sem Homofobia”, que contou com a administração técnica da Pathfinder do Brasil. Foram em torno de R\$ 1,9 bilhão do Ministério da Educação. De acordo com o presidente da ABGLT, a experiência foi positiva. A Pathfinder administrou todo o recurso e respondia pelas questões burocráticas, e as ONG implementavam o projeto, faziam *advocacy*, considerando a política propriamente dita.

Esse modelo tem sido debatido com a SDH. Trata-se de um modelo semelhante ao recomendado pelo Fundo Global, ou seja, ter uma organização receptora que repasse os recursos para as demais.

Na II Conferência Nacional LGBT, realizada entre 15 e 18 de dezembro de 2011, foi cobrado ‘o que ainda não saiu do papel’. Entende-se que após expressivas ações de *advocacy*, é o momento de se fazer *accountability*. A Conferência foi organizada pelo Conselho Nacional LGBT.

Outras possibilidades

Há alguns investimentos governamentais que revertem recursos para ONG, mas nem sempre são de fácil entendimento ou acesso. Abaixo seguem dois exemplos a serem mais investigados pelas próprias organizações, por não terem sido aprofundados nesse estudo.

Loterias da Caixa Econômica Federal

De acordo com Fábio Cleto, Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, no Brasil, as Loterias Caixa têm sido fontes constantes de geração de recursos para programas sociais do Governo Federal, pois quase 48% de suas vendas são convertidas em recursos para causas sociais (incluindo o Imposto de Renda sobre os prêmios). Segundo informação: “Essa peculiaridade faz das loterias federais um dos serviços públicos que possuem atuação social mais abrangente, repassando recursos que financiam programas sociais do Governo Federal e projetos mantidos por entidades não-governamentais, nas áreas de: Seguridade Social, Educação, Esporte, Cultura, Segurança e Saúde. Em 2010, a arrecadação das Loterias Caixa foi de R\$ 8,8 bilhões (US\$ 5,4 bilhões), dos quais R\$ 4,1 bilhões (US\$ 2,5 bilhões) foram repassados para os programas sociais beneficiários.” (CIBELAE, 2011).

Apesar da experiência de sucesso, que tem aparecido como modelo para outros países, também há críticas a respeito. A mais recorrente refere-se ao crescimento da arrecadação, no início do ano, que gerou grande repercussão a partir de uma matéria veiculada pelo Correio Braziliense, em 4 fev. 2011: “Tesouro suga R\$ 4 bi das loterias”. O debate foi sobre o fato dos

recursos não terem chegado aos projetos sociais por terem sido retidos para o superávit primário do governo federal²⁵.

Em outubro de 2011, foi realizado, no Rio de Janeiro, o Congresso "Loterias de Estado: Construindo o Futuro", da *Corporación Iberoamericana de Loterías y Apuestas de Estado* (CIBELAE). Tudo indica que a experiência brasileira teve visibilidade. Inclusive, a entrevista com o Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal foi publicada em junho, no mesmo número da revista que trazia a divulgação do evento.

Copa do Mundo e Olimpíadas

Apesar de ter aparecido nos debates do Seminário "SAGAS na prevenção às DST e ao HIV/Aids em população LGBT", no Rio de Janeiro, em setembro do corrente, não foi possível conseguir novas informações a respeito de possíveis recursos destinados a projetos sociais a partir da movimentação em torno de eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Os websites ou blogs dos Comitês Populares que foram localizados trazem mais informações sobre o controle social sobre o uso dos recursos que serão manejados em tornos dos referidos eventos.

Como repercussão mais geral, o website do Prêmio Folha Empreendedor Social 2010 traz uma matéria intitulada "Copa e Olimpíada trazem bons negócios para o terceiro setor", entretanto sem informações referentes à aplicação de recursos mobilizados em torno desses eventos. Na verdade, os entrevistados falam um pouco sobre "interesses e recursos vindo" do exterior para o Brasil, em função da visibilidade da Copa e da Olimpíada. Depois do primeiro parágrafo, o debate é interessante, mas segue a linha de abordagem trabalhada aqui com referências à opção de financiamento e diálogo com a cooperação internacional.

3.1.2. Doadores multilaterais e bilaterais (públicos e público-privado – internacionais)

A cooperação internacional é estabelecida através de acordos entre dois ou mais países, podendo ser governamental ou não-governamental. No caso das cooperações multi e bilaterais, os responsáveis pelas negociações são os Estados, ainda que haja algum tipo de parceria com as OSC. Essas cooperações envolvem, além do apoio financeiro, a transferência de tecnologias (de produção, metodologias de trabalho, capacidade técnica, etc.).

Na cooperação multilateral para HIV/Aids e as populações LGBT, destacam-se o Fundo Global Contra Aids, Tuberculose e Malária e as Agências das Nações Unidas.

Fundo Global Contra Aids, Tuberculose e Malária

O principal doador para América Latina tanto para a temática HIV/Aids, como priorizando as populações HSH-MSM-LGBT é o Fundo Global.

Em geral, a proposta para o Fundo Global é elaborada pelo Mecanismo Coordenador do País (MCP), que deve basear-se nas necessidades locais e lacunas no financiamento existente²⁶,

²⁵ Ver a esse respeito o blog do Editor do Boletim Novidades Lotéricas (BNL). Cabe notar que apesar da repercussão e reprodução da matéria do Correio Braziliense em outros websites, a notícia não está disponível através do mecanismo de busca do próprio jornal.

inclusive considerando planos estratégicos governamentais vigentes. As populações vulneráveis devem estar representadas no MCP, sendo importante sua capacidade de articulação e argumentação para que tais populações sejam incluídas durante o processo do levantamento de necessidades.

O financiamento do Fundo Global ocorre através da aprovação da proposta do projeto de um país, mas também há propostas de vários países em conjunto²⁷.

Em 2010, o Brasil enviou a primeira proposta por iniciativa de OSC, intitulada: *Social networks: Strengthening the community system to reduce vulnerability to HIV infection among men who have sex with men, female sex workers and drug users in Brazil*. A proposta não foi aprovada e algumas pessoas que participaram do processo referem-se ao mesmo como “burocrático”, “com muitas exigências”, “cansativo” e “desgastante”. Mesmo que a proposta não seja elaborada pelo MCP, deve ser levada a seu conhecimento e apreciação antes de ser enviada.

Nas últimas Convocações do Fundo Global, os países de renda média não deveriam entrar.

As propostas são aceitas nos seis idiomas oficiais das Nações Unidas: árabe; chinês; inglês; francês; russo; e, espanhol.

Seguem alguns aspectos considerados importantes pelo Fundo Global:

- ✓ Contribuição para a resposta do país à epidemia de HIV/Aids
- ✓ Atenção à relação entre Tuberculose e HIV/Aids
- ✓ Abordagens estratégicas
- ✓ Consistência técnica
- ✓ Promoção de comportamentos seguros de forma sustentável
- ✓ Capacidade de gerar informações que revertam em produtos e impacto
- ✓ Capacidade de relacionar intervenções com resultados
- ✓ Indicadores de produtos, resultados e impacto mensuráveis
- ✓ Protagonismo dos grupos alvo
- ✓ Experiência significativa com HIV/Aids
- ✓ Parcerias intersetoriais
- ✓ Boa articulação entre o receptor principal e os sub-receptores do projeto

Por fim, é importante notar que devido a dificuldades da população LGBT acessar fundos através do processo do Fundo Global, em 2007 foi criada a Estratégia Orientação Sexual e Identidade de Gênero (SOGI)²⁸. A Estratégia SOGI destaca ações específicas que o Fundo Global pode direcionar para atender às necessidades e vulnerabilidades de HSH, Transgêneros e Profissionais do Sexo.

²⁶ Também são aceitas propostas de um Mecanismo de Coordenação Regional (MCR), uma Organização Regional (OR) e, em determinadas circunstâncias, de Mecanismos de Coordenação Subnacionais (Sub-MCP) e organismos solicitantes que não são MCP. O MCP designa um ou mais Receptores Principais (RP).

²⁷ Ver listas de elegibilidade em: <http://www.theglobalfund.org/es/application/>

²⁸ Na sigla em inglês: *Sexual Orientation and Gender Identity*.

Agências das Nações Unidas

No cenário global, as Agências das Nações Unidas mais significativas para HSH e LGBT são: UNAIDS; PNUD; UNFPA; *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO); *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC); e, OMS. Além do Banco Mundial, que atua no *Joint* do UNAIDS através da *AIDS Strategy and Action Plan* (ASAP).

O UNAIDS reúne várias Agências das Nações Unidas e organismos multilaterais. No final do ano passado, foi divulgado o documento *UNAIDS Division of Labour 2010*, no qual se define o papel de cada um dos parceiros.

Pelas informações obtidas, o *Joint* do UNAIDS Brasil tem sido um bom grupo de trabalho, que se reúne mensalmente. Por sua vez, especialmente sobre HSH, considera-se que o *Joint* não tem realizado ações dirigidas a esta população. Entretanto, cabe notar que foi divulgada uma importante publicação do Banco Mundial, em 8 de junho de 2011, intitulada: *Global HIV epidemics among men who have sex with men (MSM): Epidemiology, prevention, access to care and human rights*. Este estudo associa as melhores respostas de programas de HIV/Aids para HSH com uma possível desaceleração da epidemia global. O estudo foi realizado em parceria com o UNDP e a *Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health*.

No *Joint* do UNAIDS cada Agência tem compromissos com ações dirigidas, seguindo o perfil da epidemia. Na divisão de trabalho, o Banco Mundial ficou como país líder para HSH, no cenário global. No website do Banco Mundial, as informações sobre América Latina em geral, são pontuais. Há menção a um projeto de reforma do sistema de saúde em Honduras (2001-8), mas não aparece outro país da América Latina com apoio em saúde. De acordo com a AIF, apenas 1% de seus recursos é destinado à América Latina e Caribe e 11% dos projetos do Banco Mundial abordam ‘saúde e outros serviços sociais’.

No âmbito dos países, UNDP (PNUD) é o principal responsável por ações com HSH, com apoio do UNFPA²⁹. Em 2012, PNUD passou a coordenar o GT UNAIDS no Brasil e, em agosto, escritório do PNUD, em Brasília, divulgou um processo seletivo de contratação de uma pessoa para trabalhar especificamente com HSH.

UNFPA Brasil trabalha com o Governo Brasileiro, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores, com base em Planos de Trabalho Anuais elaborados de acordo com as interlocuções no governo (DN-DST/AIDS/HV-MS, etc.). Embora os Planos de Trabalho sejam assinados com o governo, os recursos são destinados aos “parceiros implementadores” (ONG), que são selecionados a partir de sua expertise com o tema em questão, além de serem considerados aqueles que já tiveram financiamento de Agências das Nações Unidas, por terem sido aprovados no sistema *Harmonised Approach for Cash Transfer (HACT) Assessment Evaluation*. Também podem ser divulgados editais de seleção. Seu cronograma depende dos Planos de Trabalho Anuais.

Os Planos de Trabalho Anuais começam a ser pensados no mês de novembro de cada ano, quando o relatório anual é implementado e o governo já sinaliza suas intenções de continuidade ou de novos rumos. Em 2011, por exemplo, UNFPA Brasil trabalhou com

²⁹ No caso do UNDP, infelizmente não foi possível entrevistar pessoas do escritório no Brasil, seja pelo limite de tempo na coleta de dados para a pesquisa, seja devido à ausência de resposta.

prostitutas (ABIA; Davida; e um apoio à pesquisa) e pesquisa sobre preservativo feminino (ECOS; Gestos; ABIA/NEPO).

O UNFPA trabalha com os seguintes temas: população e desenvolvimento; dados demográficos; juventude; e, saúde sexual e reprodutiva. Praticamente, nunca houve ação direta para LGBT. Entretanto, há duas possibilidades de entrada: HIV/Aids e Juventude. Saúde sexual e reprodutiva aparece com outra trajetória e tem uma maior presença no diálogo com o movimento de mulheres.

A partir de “Juventude” surgiu o tema da diversidade (direitos sexuais e desigualdades raciais) no programa Saúde e Prevenção nas Escolas, que é o apoio do UNFPA mais próximo aos Ministérios, no caso da Educação e da Saúde. O tema “Direitos da Juventude” também tem sido trabalhado como um eixo, no qual é abordado o direito em geral e seria uma possibilidade para intervenções com LGBT.

Considera-se que os recursos são poucos para dividir entre os projetos. Em torno de U\$ 73 milhões para todas as ações em HIV/Aids. O Brasil não é prioridade e, provavelmente, os recursos para as áreas programáticas dos países vizinhos sejam maiores. Quando aparece um bom projeto, com maior abrangência, é enviado para o escritório regional, no Panamá.

As prioridades são definidas a partir do diálogo com o país, mas nem sempre estão visíveis na agenda governamental. Com a população LGBT, é preciso rever como atuar.

Com a população Trans, também há um trabalho conjunto com a **OPS**.

UNESCO tem atuado especialmente na área da Educação, contando com publicações sobre homofobia nas escolas, entre outras. Em setembro de 2011, a Agência promoveu um seminário, no Rio de Janeiro, para debater sobre o *bullying* homofóbico.

No que se refere às Cooperações Bilaterais, em geral, ocorrem através de agências de países que oferecem ajuda para o desenvolvimento em países estrangeiros. No cenário global, é forte a presença americana (PEPFAR, USAID e CDC), inglesa (DFID) e as Cooperações Bilaterais com a Holanda e a Alemanha. Todas apontadas como doadores importantes para o Fundo Global. Ressalte-se que, em 2011, o escritório do DFID no Brasil foi fechado.

A prioridade dessas Cooperações é fortalecer os sistemas de saúde dos países de baixa renda. Há uma atenção à contribuição dos projetos de HIV/Aids para as respostas aos desafios da saúde pública em geral.

3.1.3. Doadores públicos – internacionais

a. Agências das Nações Unidas, Embaixadas e outros

As Agências das Nações Unidas possuem escritórios locais, que se por um lado trabalham de acordo com a política global de sua sede, por outro, também possuem relativa autonomia para fortalecer e fomentar ações desenvolvidas em parceria com os governos dos países, de acordo com seus mandatos e missões. Nesse sentido, apesar do contexto global,

referido no item anterior, alguns escritórios locais estão inseridos no quadro síntese que reúne os potenciais doadores identificados.

As Embaixadas desempenham um papel importante na seleção e execução de projetos de desenvolvimento apoiados por seus países de origem. Além disso, várias Embaixadas, e alguns Consulados, trabalham com pequenos fundos que atendem aos interesses das mesmas. Durante o levantamento, as Embaixadas não foram mencionadas pelos informantes como fontes de financiamento, apesar de algumas interlocuções. No caso do Brasil, foi identificada a possibilidade de apoio através de pequenos projetos por parte das seguintes Embaixadas: Austrália (DAP Brasil), Canadá (Fundo Canadá)³⁰ e Países Baixos. Além destas, também são conhecidos os pequenos apoios das Embaixadas da Alemanha e Suíça, entre outras.

A dificuldade é que nem sempre as informações estão disponíveis nos websites. É preciso telefonar e procurar saber se há apoios, prioridades e restrições, calendário e se há um *mailing* ou um boletim informativo para que seja possível acompanhar a programação da Embaixada.

3.2. Fundos privados

3.2.1. Agências de Cooperação Internacional, Fundações e ONG

No campo do HIV/Aids e com a população LGBT o diálogo com as Agências de Cooperação Internacional é, simultaneamente, tão igual ao conjunto das ONG e totalmente diferente. Especialmente porque, em grande parte, o debate tem sido levado adiante pela Associação Brasileira de ONG (ABONG) e suas associadas, e poucas são as organizações LGBT ou de Aids associadas ou mesmo que acompanham os debates levados adiante por essa Associação.

De modo geral, pelo menos nos últimos dez anos, a mudança de aporte de recursos internacionais para o Brasil é visível. Além do DFID e da CIDA, Agências oficiais que saíram do país, também há notícias de várias organizações internacionais, importantes na cooperação com as organizações brasileiras, que se retiraram ou mudaram sua forma de atuação. Entre elas: CordAid, Novib e *Terre des Hommes* (Holanda); *Catholic Relief Services* e Fundação Kellogg (Estados Unidos); *Save the Children* (Suécia); Intermon (Espanha); Trócaire (Irlanda); *Scottish Catholic International Aid Fund* (Escócia); e, Volens (Bélgica) (FLD, 2012). Por sua vez, alguns dos entrevistados mencionaram a chegada de novas organizações, bem como o surgimento de iniciativas como a dos Fundos Independentes, sinalizando um momento de grandes mudanças na cooperação internacional e para o campo não-governamental.

De acordo com o último perfil das associadas à ABONG, datado de 2009 e que teve como universo o total de 189 associadas, 20,3% atuam na área da Saúde, 6,8% com DST/Aids e

³⁰ Em 2011, o Fundo Canadá saiu do Brasil, mas ainda é possível negociar apoios diretos com a *Canadian International Development Agency* (CIDA).

3,8% com Discriminação sexual³¹. Apenas 4,1% afirmou trabalhar com gays/lésbicas/transexuais/travestis e 3,4% com portadores(as) de HIV.

Desde o início dos anos 90 vem-se falando sobre mudanças na cooperação internacional com as ONG e na presença das Agências de Cooperação Internacional no Brasil. Paralelamente e não por acaso, ainda que não seja uma correlação localmente direta, desde meados dos anos 90 fala-se sobre a necessidade de diversificar as fontes de recursos. Para a ABONG, este debate está diretamente ligado, não somente à necessidade de recursos financeiros, mas à própria identidade coletiva de suas associadas, já que elas são o “reflexo de suas relações de parceria político-financeira com as agências de cooperação e solidariedade internacional”. (Gouveia, 2010:67).

Apesar da diminuição de recursos por parte da cooperação internacional ter ocorrido em um período considerado curto, observando-se o período entre 2003 e 2007, também é visível que as organizações conseguiram manter seu volume de recursos. Isto parece ser justificado pelo aumento dos fundos públicos. Enquanto a participação das Agências de Cooperação caiu em 66%, a dos recursos públicos federais subiu 71%. O mesmo foi observado, em menor grau, com os recursos públicos estaduais.

Por sua vez, também chama à atenção a tendência de crescimento de apoio de empresas, institutos e fundações empresariais para as associadas da ABONG. Em 2003, eram 8,3% das associadas e em 2007, 21,3%. As demais fontes mantiveram mais ou menos os mesmos patamares de financiamento³².

Em 2008, somente a cooperação internacional não cresceu no apoio às ONG. Quase todas as demais fontes demonstraram aumento. Ainda assim, é importante destacar que houve uma estabilidade da fonte de financiamento através da cooperação internacional. Por sua vez, várias fontes apareceram como instáveis, crescendo ou diminuindo no período analisado. Especialmente, as cooperações multilaterais e bilaterais, os recursos públicos estaduais e as contribuições associativas. Considera-se esta instabilidade um risco para a sustentabilidade. Destaca-se ainda, que os recursos públicos federais também são instáveis e exigem mais atenção por estarem diretamente ligados, de forma crescente, à sustentabilidade das organizações, inclusive devido ao volume de recursos.

Importante: “As fontes que nos últimos sete anos têm apresentado uma tendência crescente no financiamento das organizações associadas à ABONG são as empresas, institutos e fundações empresariais, os recursos públicos municipais e as doações de indivíduos”. (Gouveia, 2010:73).

O aumento da participação dos recursos públicos municipais chama a atenção. As hipóteses levantadas pela pesquisa da ABONG são: a) os recursos municipais são menores e talvez por isto mais estáveis; b) a descentralização das políticas públicas teria gerado mais oportunidades locais; c) as ações locais possibilitariam mais articulação entre os sujeitos envolvidos. Salvo engano, somente a primeira hipótese talvez possa estar em sintonia para o campo de HIV/Aids, mas é interessante observar se as demais são pertinentes para outros setores e se poderiam suscitar estratégias diferenciadas de atuação, se a articulação for efetivada a partir do setor Saúde ou de Educação, por exemplo.

³¹ Para conhecer as principais áreas de “lutas políticas” das associadas da ABONG, ver: Gouveia, 2010, p. 62 (gráfico 1).

³² Agências multilaterais e bilaterais, comercialização de produtos e serviços, contribuições de sócios, recursos públicos municipais e doações individuais.

Sobre o crescimento de doações de indivíduos, que sabidamente não é uma tradição brasileira, a menos que associada a valores religiosos, a informação merece destaque³³. Entre 2000 e 2007, o percentual de doações individuais às associadas da ABONG aumenta de 12,2% para 42,2% e curiosamente as doações individuais são feitas para: educação; justiça e promoção de direitos; e, trabalho e renda. Sendo mais fortes nos dois primeiros temas.

3.2.2. Institutos, Fundações Empresariais e Empresas

Apesar de referências positivas sobre as parcerias entre empresas e OSC, o desenvolvimento institucional e a articulação de estratégias intersetoriais ainda são vistos como desafios (FLD, 2012).

No caso da prevenção do HIV/Aids, de modo geral, a tendência é que as empresas desenvolvam suas próprias ações incorporadas a programas de prevenção de acidentes no local de trabalho e/ou a direitos dos trabalhadores. Atividades e programas que já foram desenvolvidos por ONG/Aids no final dos anos 80 e início dos 90, passaram a ser assumidas pelas empresas. Incentivadas pelo DN-DST/AIDS/HV e fortalecidas com a criação do Conselho Empresarial Nacional para a Prevenção ao HIV/Aids (CEN Aids). Importante notar que esta não é uma peculiaridade referida à problemática da epidemia, mas uma tônica voltada às ações sociais. Por um lado, há a defesa de interesses da empresa e seu controle sobre as populações e temas enfatizados, por outro, a resistência a associar a imagem da empresa com a questão LGBT.

A despeito disso, também houve uma rotinização da prática das empresas com relação à prevenção para HIV/Aids. De acordo com uma pesquisa recente do CEN Aids³⁴: “A grande maioria das empresas brasileiras (86,8%) não realizou nenhuma atividade de prevenção ao HIV/aids com seus funcionários nos últimos 12 meses. (...) Entre as ações de prevenção à aids as empresas citaram palestras sobre o assunto - ação mais comum (90%) -, divulgação de campanhas sobre o tema, projetos sistemáticos e comunicados internos.” (Valor, 2012).

Subjaz o debate sobre a responsabilidade social das empresas e o investimento social privado. Com base no campo sem fins lucrativos no Brasil, duas afirmações já se tornaram senso comum. A primeira é a de que o investimento do setor privado prima por apoios para crianças e adolescentes, e cultura, especialmente devido à possibilidade de isenção de impostos. Além de meio ambiente, que é um ponto crucial para a imagem da empresa associada a sua responsabilidade social. Independente do engajamento e do debate sobre seu papel social, que algumas empresas já fazem há algum tempo, inclusive em sintonia com a gestão de políticas públicas, como é o caso do CEN Aids.

A segunda afirmação restringe-se ao mundo das ONG, evidenciando que de fato com a redução do apoio por parte de Agências de Cooperação Internacional no país, essas organizações

³³ Sobre as doações individuais por motivação religiosa, note-se que as mesmas também ocorrem de maneira diferente e com fins diferentes dependendo da religião. A esse respeito o artigo de Regina Novaes – “Hábitos de doar: motivações pessoais e as múltiplas versões do “espírito da dádiva” – é ilustrativo (Brito & Melo, 2007). Para os interessados em doações com motivação religiosa, ver o interessante artigo de Malhotra (2010).

³⁴ A pesquisa “Estudo sobre as respostas empresariais brasileiras ao HIV/aids 2012” contou com a participação de 2.486 empresas entrevistadas, de todas as regiões do país. Realizada em parceria pelo CEN Aids, Ministério da Saúde e UNAIDS.

estariam buscando novas fontes de recursos. Inicialmente, o setor público e mais recentemente o setor privado.

As duas afirmações não são totalmente incorretas, entretanto é importante situá-las no debate atual. Para isto, contamos com duas publicações recentes que abordam essas questões, entre outras: 1) “Censo GIFE 2009-2010”³⁵ e 2) “Sustentabilidade das ONGs no Brasil: acesso a recursos privados”, ambas divulgadas em 2010 e que direta ou indiretamente dialogam entre si.

O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) reúne 134 instituições do setor privado compromissadas com o que definem como investimento social privado³⁶. Trata-se dos maiores investidores sociais privados no Brasil, que juntos destinam cerca de R\$ 2 bilhões por ano às áreas social, cultural e ambiental.

O Censo GIFE 2009-2010 contou com a participação de 102 instituições, sendo 25 empresas, 63 associações ou fundações empresariais e 14 fundações e associações familiares, independentes e comunitárias (FIC). Predomina o investimento de origem empresarial. A Educação vem se mantendo como a área prioritária de atuação para 82% dos associados do GIFE. Em segundo lugar, aparecem empatadas as áreas de cultura e artes, e formação para o trabalho com 60% dos associados, seguida por meio ambiente (58%), que aponta um crescimento desde o último censo. Assistência social e esportes apontaram crescimento, enquanto defesa de direitos, apoio à gestão do terceiro setor e desenvolvimento comunitário tiveram queda se comparada com o censo anterior (2007).

Para esse perfil de instituições, é evidente a tendência a investir em projetos próprios e apresentarem como principais áreas de atuação: educação, juventude e cultura. Os associados do GIFE primam pelo foco temático e indicadores econômicos e sociais para a definição de estratégias, além de optarem por projetos de curto prazo.

O GIFE apresenta novidades no que diz respeito a suas metas e visão de futuro para os próximos dez anos. A partir de um trabalho prospectivo, o grupo avaliou que as temáticas tradicionais estão saturadas e que “é preciso tratar de temas e estratégias que exigem uma maior atenção dos investidores para além do padrão corporativo, já bastante desenvolvido no País.” (Degenszajn, 2010:9). Os três eixos que orientam as tendências gerais do GIFE, de acordo com a visão 2020, são:

- ✓ Foco e impacto norteando o planejamento
- ✓ Alianças e parcerias intra e intersectoriais
- ✓ Diversificação dos modelos de organização do investimento social privado

O intuito é ampliar sua legitimidade, diversificar as temáticas, regiões e públicos com os quais trabalham, tendo um conjunto sustentável e diversificado de investidores. Para isto, desde abril de 2010, quando foi lançado a Visão 2020, o GIFE tem incentivado a diversificação dos investidores quanto aos temas, regiões e públicos, atentos às demandas sociais no país. O que demonstra uma preocupação com a contribuição social que o GIFE pode oferecer através das

³⁵ O último Censo GIFE 2011-2012 foi divulgado em 28 nov. 2012. Ver o Anexo II – Outras sugestões.

³⁶ Investimento social privado e responsabilidade social não são a mesma coisa e diferenciam a atenção que o setor privado atribui às ações sociais. Os dois estudos referem-se a essa distinção. Ver também: “Sustentabilidade e investimento social: uma entrevista com Célia Cruz” (2001), que apesar de datada, traz reflexões que continuam atuais.

ações sociais privadas. Além de ser explicitamente mencionada a mudança na relação entre a cooperação internacional e as ONG brasileiras e a necessidade de se pensar o papel dos investidores no fortalecimento da sociedade civil. Dos associados GIFE, 19% fazem doações através de projetos de terceiros, em grande parte ONG ou organizações comunitárias.

Considera-se que: “Áreas como defesa de direitos e comunicação ainda recebem pouca atenção da Rede GIFE.” (Degenszajn, 2010:44)³⁷. Além disso, a defesa de direitos é a área de mais doação e menor execução direta, apesar do pequeno número de investidores. Afirma-se no relatório que isso ocorre devido à dificuldade do setor privado se envolver em ações de controle social ou com a “defesa de direitos de certos grupos sobre os quais não existe um consenso na sociedade”.

“Sexualidade (DST/Aids/gravidez)” aparece como uma linha de ação da temática Juventude, trabalhada por 18% dos associados do GIFE.³⁸ “Saúde (excluindo sexualidade)” é outra linha de ação, que conta com 15% dos associados.

Em Formação de Jovens, há linhas de ação como: “Articulação de redes juvenis” e “Atuação em prol de políticas públicas (*advocacy*)”, entre outras.

Em Cultura e Arte, há linhas de ação como: “Oficinas culturais”, “Produções cinematográficas e/ou de vídeos”, entre outras.

O Censo GIFE 2009-2010 também traz um dossiê sobre cultura, considerada uma área que vem ganhando mais atenção por parte do investimento social privado. Interessante notar que, apesar da cultura aparecer em segundo lugar, com base nas respostas dos associados, apenas quatro dos 102 que responderam ao censo investem prioritariamente em cultura. Entretanto, cabe notar que dos 19 associados que mencionaram investir em cultura, 68% financiam ONG ou organizações comunitárias. Outro dado curioso é que mesmo com a Lei Rouanet, principal lei de incentivo utilizada, esta não é a principal via nem condicionante para o investimento em cultura, levando à conclusão da pesquisa de que o investimento não depende de incentivos fiscais. Do total das respostas, 54% dos associados afirmou não recorrer a incentivos fiscais.

Outra informação importante é quem decide sobre a alocação de recursos. Para a grande maioria dos associados, quem decide são os órgãos máximos, 45% afirmou ser a presidência, 25% Assembleia/Conselho de Administração ou outros conselhos correlatos, 18% Vice-presidência/Alta gerência/Diretoria corporativa, 15% Diretoria/Comitê de responsabilidade social, de envolvimento com a comunidade ou equivalente e outros com menores percentuais.

Chama atenção a contratação de consultorias externas para avaliação e elaboração de projetos sociais, sugerindo a consolidação de uma prática – a “cultura de avaliação” – que tem sido debatida no Brasil há, mais ou menos, dez anos, de forma crescente. Por sua vez, também é destacado que o entendimento sobre o que é uma avaliação de impacto varia muito entre os associados do GIFE.

Através da outra face da moeda, as ONG associadas à ABONG, percebe-se a questão sob outro ângulo. “Sustentabilidade das ONGs no Brasil: acesso a recursos privados” é o resultado

³⁷ A “Figura 24. Áreas de atuação 2005-2009 (em %)” , na p.44, demonstra as mudanças de investimentos sociais privados com base nos Censos GIFE anteriores.

³⁸ As linhas de ação em Juventude estão disponíveis na Figura 31, p.48. Através do Censo GIFE não é possível saber quais são os associados que investem em tais linhas de ação. Uma possibilidade para tentar identificá-los é fazer a ‘Busca por Associados’: http://www.gife.org.br/associados_buscarassociados.asp

de uma pesquisa exploratória realizada com 19 associadas da ABONG com experiência de parcerias com o setor privado.

Inicialmente, é importante dizer que a diversificação de fontes e a captação de recursos são entendidas como dimensões diretamente vinculadas às dinâmicas políticas das organizações. Por isto mesmo, prefere-se trabalhar com a ideia de mobilização de recursos³⁹.

No panorama inicial apresentado, observa-se o pouco investimento privado no campo social. Ainda assim, em 2007, 41,5% das associadas já tinham financiamento desse setor. Ao mesmo tempo, 60,4% possuíam recursos públicos federais, 30,2% tinham recursos municipais e 28,3% estaduais. Os recursos públicos federais são os mais importantes, depois daqueles provenientes através da cooperação internacional, presentes em 78,3% dos orçamentos de 2007. (Gouveia, 2010).

Uma preocupação com relação ao aumento das empresas, institutos e fundações empresariais como apoio financeiro para as associadas da ABONG, é o fato de ser um apoio direcionado. Ou seja, só acessam a essa fonte as ONG que dirigem suas ações para crianças, adolescentes e jovens e para professores(as), logo, para as temáticas: educação; arte e cultura; comunicação; e, trabalho e renda.

3.3. Parcerias com Universidades

Em um primeiro momento, as parcerias com as universidades não visam primordialmente à captação de recursos financeiros, mas podem contribuir com a sustentabilidade técnica e política da organização. O capital envolvido nessa relação é primordialmente o capital social, construído através da aquisição e da produção de conhecimento.

A aproximação com as universidades, possivelmente é mais viável através de centros ou núcleos de estudos e pesquisas. O tipo de parceria desenvolvido poderá até envolver financiamento, mas isso dependerá das fontes existentes nas universidades, ou do interesse de um professor ou pesquisador em elaborar um projeto conjunto com a ONG e buscarem recursos para o mesmo. Nesse caso, a universidade talvez possa atuar como um intermediário agregador em uma relação triangulada – universidade, ONG e doador. O doador, em geral, não tem um perfil estritamente acadêmico.

No âmbito internacional, as informações disponíveis no momento remetem a universidades americanas. Com o atual cenário global, especialmente no que se refere ao HIV/Aids, conseguir apoio para a América Latina a partir dessas universidades tem sido difícil. Por sua vez, devido ao perfil da epidemia e à população específica, HIV/Aids e LGBT não estão sendo vistos como prioridades. Desse modo, justificar o porquê trabalhar com essas especificidades, e na América Latina, não tem sido uma tarefa fácil.

Especificamente com a população LGBT, em 1991, foi fundado o primeiro centro de pesquisa LGBT nos Estados Unidos - *The Center for Lesbian and Gay Studies (CLAGS)*, na *The University of New York (CUNY)*. Este Centro de pesquisas criou uma rede sólida que colabora,

³⁹ Esse debate ganhou visibilidade devido à atuação de várias ONG que promoveram debates e seminários entre o final dos anos 90 e o início dos 2000, além de um projeto da Oxfam Brasil que teve grande repercussão. Nessa publicação da ABONG, faz-se alusão ao livro de Domingos Armani, citado nas 'Referências' deste relatório, no qual o autor avalia o projeto da Oxfam Brasil a partir da atuação de suas contrapartes.

inclusive, com ONG de todo o mundo. O objetivo é abordar aspectos históricos, culturais e políticos, construindo redes entre pesquisadores, artistas, ativistas, políticos e comunidades.

O CLAGS criou um website no formato de uma rede de relacionamento, como o *Facebook*, denominada *International Resource Network (IRN)*. Esta rede é apresentada como uma comunidade global para pesquisadores, ativistas, artistas e professores compartilharem conhecimento sobre sexualidades.⁴⁰ O projeto conta com o financiamento da *Ford Foundation*, com término previsto para 2011.

Com as temáticas HIV/Aids e/ou saúde pública, uma possibilidade de captar recursos seria na área de pesquisa, mas também há dificuldades. Há resistência do *National Institutes for Health (NIH)*, por exemplo, de financiar projetos com o Brasil por ser um país reconhecido por sua experiência de sucesso no campo do HIV/Aids.⁴¹ É preciso que haja mais esforços para conseguir apoio nessa área. Ter algo a oferecer que seja atrativo, inovador, ou com resultados promissores. Provavelmente, as duas experiências mais antigas estão na *Columbia University* e na *Johns Hopkins University*.

Columbia não tem um trabalho estruturado com LGBT. Por sua vez, o trabalho com HIV/Aids em Nova Iorque existe desde os anos 80. Especialmente, no formato de uma relação triangulada, há uma parceria entre a *Columbia University*, a ABIA e a *Ford Foundation*, coordenada pelo antropólogo Richard Parker, desde 2004.

O Centro de Saúde Pública e Direitos Humanos da *Johns Hopkins* tem uma longa tradição em pesquisas na interface saúde pública e direitos humanos, e com HIV/Aids.⁴² As informações disponíveis precisam ser analisadas, mas há algumas linhas e centros de pesquisa que podem ser interessantes, como: política de saúde; HIV/Aids; direito e saúde pública; entre outras. Sem um ponto de contato nos Estados Unidos, a outra possibilidade seria identificar um ponto de contato no Brasil, ou seja, um pesquisador que se interessasse por uma parceria com a ONG e com uma proposta que envolvesse um dos centros de pesquisa americanos.

Outro Centro de Estudos que tem interesse no Brasil é o *Bildner Center for Western Hemisphere Studies*. Trata-se de um Centro de pesquisas políticas que busca reunir visões diferentes para entender e fomentar pesquisas sobre governança, segurança e bem-estar econômico. Apresenta-se como um fórum interdisciplinar que reúne acadêmicos, políticos e representantes da sociedade civil, entre outros.

As principais áreas programáticas desse Centro de Estudos são:

- ✓ Transições e processo de reforma no contexto global
- ✓ Desenvolvimento humano e capital social
- ✓ Governança democrática e segurança humana
- ✓ Comunidades transnacionais
- ✓ Cooperação global e integração regional

⁴⁰ Ver: Anexo I - Sugestões de links

⁴¹ NIH é uma agência do Departamento Americano de Saúde e Serviços Humanos, que conta com 27 Centros e Institutos de pesquisa.

⁴² O epidemiologista Chris Beyrer é o atual diretor de *The Center for Public Health and Human Rights* e parece ter interesse tanto no tema HIV/Aids, quanto no Brasil.

Há um projeto específico sobre o Brasil, voltado para processos de reforma e desenvolvimento social sustentável.

No âmbito nacional, também há experiências de parcerias entre ONG e universidades. No leque ‘direitos sexuais e saúde sexual e reprodutiva’, o financiador de maior destaque tem sido a *Ford Foundation*. O que parece se repetir no cenário americano.

Em Fortaleza, o GRAB possui parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), que envolve a Faculdade de Educação, o Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira e as Edições UFC (Coleção Diálogos Intempestivos). Essa parceria consiste na realização de seminários, publicação de livros com as temáticas da diversidade sexual, escola e saúde, entre outros. Já foram publicados três livros em parceria com as edições UFC, com essas temáticas. Apesar de não envolver recursos financeiros, a aliança com a universidade tem proporcionado uma troca de saberes, produção de conhecimento, distribuição dos livros e divulgação da produção do GRAB.

No Rio de Janeiro, o GAI já estabeleceu parcerias com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e com a Coordenadoria da Cooperação Social da Fiocruz, na participação em projetos e na produção de filmes, entre outros.

Uma possibilidade seria conhecer os centros ou núcleos de estudos e pesquisas das universidades e estudar os limites e as possibilidades de uma possível relação de parceria. Isso pode ser feito através da Plataforma Lattes do CNPq. Há alguns já bastante conhecidos, como o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM)/UERJ e o Núcleo de Estudos de População (NEPO)/Unicamp, entre outros.

As Fundações de Amparo à Pesquisa também têm informações sobre os pesquisadores, mas em geral não as divulgam. Uma possibilidade seria, de novo, através da Plataforma Lattes.

Em 2008, no campo de HIV/Aids, o DN-DST/Aids publicou um conjunto de pesquisas, em áreas diferentes, que possibilitam identificar as universidades, os pesquisadores e como foram financiados em suas pesquisas.

Em outros campos disciplinares, há universidades renomadas, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com centros de pesquisa que estudam violência urbana, políticas públicas, poder legislativo, etc. e dialogam fortemente com governos e OSC.

Em síntese, o caminho é identificar os departamentos e os núcleos ou centros de pesquisa, suas linhas de trabalho e os pesquisadores interessados. As parcerias com as universidades podem ocorrer através de pesquisas ou programas de extensão.

3.4. Um novo olhar sobre o ‘mercado de doações’

Uma prática conhecida nos Estados Unidos e que ganhou evidência depois da crise global de 2008, tem sido denominada de *Crowdfunding* (do inglês *crowd*: multidão e *funding*: financiamento). Caracterizada primordialmente pelo uso da Internet e da ampla divulgação através das redes sociais, o *crowdfunding* visa buscar apoio financeiro para projetos individuais ou coletivos (culturais, empresariais, sociais ou esportivos) que sejam reconhecidos como pertinentes pelos potenciais doadores. A prática do *crowdfunding* põe em evidência a doação de indivíduos, sabidamente menos presente nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos.

O interessado apresenta seu projeto ao responsável pelo website, incluindo uma previsão orçamentária para todo o projeto ou para uma etapa do mesmo. O administrador do website desempenha um papel fundamental na difusão da informação e na busca de doadores, por isto, geralmente recebe 5% do que for captado, caso a negociação seja bem sucedida. São estabelecidos valores mínimos e máximos para a doação, por exemplo, entre U\$ 5 e U\$ 50 mil, visando atingir ao montante previsto, em um prazo determinado. Por exemplo: U\$ 65 mil em 40 dias. Caso as doações não atinjam o valor, as que foram realizadas são devolvidas (ou não debitadas) aos doadores e a transação não é efetivada.

Entretanto, no caso da transação ser bem sucedida, por exemplo, na Espanha, a *Catalunya Caixa* debita os cartões de crédito que os doadores haviam autenticado online. Apesar de uma dinâmica comum, as formas, processos, prioridades, valores das doações e prazos para as mesmas, pode variar de acordo com o projeto de *crowdfunding*.

É importante notar que o indivíduo, ou organização, deverá prestar contas aos doadores, como em qualquer outra modalidade de financiamento. Na apresentação de seu projeto, aquele que busca as doações deverá comprometer-se a apresentar resultados do projeto, seja através de sua aplicabilidade, metas atingidas, bônus para os doadores, créditos da doação através do *crowdfunding*, etc. O fato é que o doador não somente disponibiliza recursos financeiros, seja qual for o valor, mas espera estar contribuindo com o surgimento de um talento na música, ou para o enfrentamento de um problema social, entre outros.

O pioneiro, e ainda a principal referência em *crowdfunding* no mundo, é o *Kickstarter*, lançado em 2009 nos Estados Unidos.

No Brasil, de acordo com a recente matéria “Novos mecenas”, publicada na Revista da Cultura,⁴³ o Catarse foi criado em 2011, seguindo o mesmo caminho. Entretanto, já há outros websites atuando em *crowdfunding* no Brasil. O website “*Crowdfunding Brasil*” traz informações históricas e refere vários links brasileiros.

No idioma hispânico, não foram identificados websites específicos para a América Latina. Entretanto, há algumas experiências na Espanha abertas à participação do público que fala espanhol. O *crowdfunding* tem sido denominado em espanhol de “*micromecenazgo*” ou “*la financiación de la multitud*”.

De acordo com o jornal *El País*, o *crowdfunding* chegou à Espanha, ao menos publicamente, no início de 2011. *Verkami* é o primeiro projeto de *crowdfunding* na Catalunya e o primeiro aberto ao público internacional, com versão trilingüe. Há ainda o *Lanzanos* e o *Ivni*, criados no final de 2010.

Cabe ainda destacar a *Taracea*, uma experiência na *Universidad de Salamanca*, ancorada na *Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología* (FECYT).

Detalhe: Grande maioria das pessoas que estão à frente dos *Crowdfunding* são jovens.

⁴³ Revista mensal publicada pela Livraria Cultura. Disponível online.

Quadro 1 – Doadores: Algumas possibilidades

Doadores públicos – nacionais					
Nome	Websites, endereços e contatos	País	Temas	Região	Calendário
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<p>www.bndes.gov.br</p> <p>BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/Área de Planejamento – AP Departamento de Prioridades – DEPRI Av. República do Chile, 100 – Protocolo – Térreo 20031-917 – Rio de Janeiro – RJ</p> <p>Contato: Bernadete Teixeira</p>	Brasil	<p>Geração de emprego e renda</p> <p>Saúde</p> <p>Educação e desportos</p> <p>Justiça</p> <p>Meio ambiente</p>	<p>Brasil</p> <p>Projetos de âmbito nacional e/ou estaduais vinculados a iniciativas do Poder Público</p>	<p>O apoio a projetos do BNDES Fundo Social é realizado através de: Seleção pública (edital); Premiação de práticas exemplares (edital); e, Apoio continuado (instrumentos de cooperação), no qual são mencionados os <u>projetos de caráter social</u></p> <p>Os projetos de apoio continuado são iniciados a partir de uma consulta prévia, realizada através de formulário disponível no “Roteiro de informações para consulta prévia”</p> <p>O BNDES financia 50% do orçamento, considerando que o apoio é complementar a investimentos vinculados ao Poder Público</p> <p>Os recursos podem ser dirigidos para: aquisição de equipamentos; capacitação; capital de giro; despesas pré-operacionais e outros considerados pertinentes</p> <p>*Ver links: Apoio financeiro/Programas e Fundos/Fundos [3] Apoio Continuado]</p>
CFDD – Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos/Secretaria	<p>www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/04/09/fundo-de-defesa-de-direitos-difusos-investira-r-8-milhoes-em-projetos</p>	Brasil	<p>Direitos difusos (promoção da recuperação e preservação do meio ambiente, a proteção</p>	Brasil	<p>O fundo é formado por recursos arrecadados de multas aplicadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) decorrentes de infrações à ordem econômica, além de condenações judiciais em ações civis públicas.</p>

de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça	Ministério da Justiça, Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD) Esplanada dos Ministérios Bloco T – Ed. Sede, Sala 532 CEP 70.064-900 – Brasília – DF		e defesa do consumidor, a promoção e defesa da concorrência e a conservação do patrimônio cultural brasileiro, entre outros).		Cartas-consulta, em geral, são divulgadas no endereço eletrônico www.mj.gov.br/cfdd . As cartas-consulta devem ser encaminhadas pelos Correios em quatro vias ou entregues diretamente no Setor de Protocolo e Controle Processual da Secretaria de Direito Econômico.
Emendas parlamentares	Câmara de Deputados http://www2.camara.gov.br Senado Federal www.senado.gov.br Darcísio Perondi http://darcisoperondi.com.br	Brasil	Emendas populares	Brasil	É possível obter informações – especialmente no período de debates sobre os Planos Orçamentários – através dos sites da Câmara de Deputados e do Senado Federal, assim como os das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores O site do Deputado Federal Darcísio Perondi, Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, também pode ser uma fonte de consulta.
MinC - Ministério da Cultura/Fundo Nacional de Cultura	cultura.gov.br/site/2012/08/10/proc-esso-seletivo-de-apoio-a-projetos-do-fnc/ Esplanada dos Ministérios Bloco B, Térreo 70068-900 – Brasília – DF Tel.: 61- 2024 2082	Brasil	Linhas de apoio: Identidade e diversidade; audiovisual; artes integradas; entre outras.	Brasil	Através da linha de apoio “Identidade e diversidade”, já houve apoio para Paradas, Prêmios Culturais LGBT (2008, 2009), mas no momento não há edital aberto. É importante visitar o website periodicamente para verificar as oportunidades Podem enviar propostas órgãos da administração pública e OSC com pelo menos três anos de atividade comprovada. Projetos de até dois anos, que deverão atender as categorias do edital. Contrapartida de pelo menos 20% do orçamento do projeto. O último edital foi de setembro/2012.

<p>MEC – Ministério da Educação</p>	<p>http://portal.mec.gov.br</p> <p>Esplanada dos Ministérios Bloco L – Ed.Sede e Anexos 70047-900 – Brasília – DF</p> <p>Tel.: 61 – 0800 616161</p>	<p>Brasil</p>	<p>Cidadania e diversidade sexual</p>	<p>Brasil</p>	<p>No momento, não há apoio do MEC para ONG. Em geral, os editais são divulgados nos links: Serviços/Concursos e Seleções</p> <p>Houve apoio a projetos em 2005-2006, integrando o programa Brasil sem Homofobia. Posteriormente, o tema aparece em debates, eventos ou através do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas</p>
<p>Ministério da Saúde - Departamento Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais</p>	<p>www.aids.gov.br</p> <p>SAF Sul Trecho 02, Bloco F Torre I, Ed. Premium Térreo – sala 12 70070-600 – Brasília – DF</p>	<p>Brasil</p>	<p>Direitos humanos</p> <p>Parada do Orgulho LGBT</p> <p>Eventos</p>	<p>Brasil</p>	<p>No momento, não há editais abertos</p> <p>O último edital público para apoio a projetos de OSC, priorizando populações mais vulneráveis, data de ago. 2012</p>
<p>SDH – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República</p>	<p>www.sedh.gov.br/</p> <p>lgbt@sedh.gov.br</p> <p>Setor Comercial Sul – B, Quadra 9, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 9º and. 70308-200 – Brasília – DF</p> <p>Tel.: 61 – 2025 3081 61 – 2025 3986</p>	<p>Brasil</p>		<p>Brasil</p>	<p>No momento, não há editais abertos</p> <p>Apesar da menção à apoio a projetos a partir do Programa Brasil sem Homofobia (2004), não há referências a projetos financiados. Por sua vez, há várias ações políticas conjuntas – governamentais – não-governamentais - sobre o tema LGBT</p>

Doadores multilaterais e bilaterais (públicos e público-privado – internacionais)

Nome	Sites, endereços e contatos	País	Temas	Região	Calendário
Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária	<p>www.theglobalfund.org/es *Alguns itens e relatórios estão disponíveis somente em inglês</p> <p>E-mail para envio da proposta: proposals@theglobalfund.org</p> <p>Endereço para envio da proposta: Jefe de equipo Equipo de propuestas de país El Fondo Mundial de lucha contra el SIDA, la tuberculosis y la malaria 8 Chemin de Blandonnet CH-1214 Vernier-Ginebra Suiza</p> <p>Contatos gerais disponíveis em: http://www.theglobalfund.org/es/about/secretariat/contact/ - Ver item <i>Latin America & Caribbean Team</i> e clicar no país de interesse</p>	Genebra	Em geral, a proposta é elaborada pelo MCP, que deve basear-se nas necessidades locais e lacunas no financiamento existente ⁴⁴ As populações vulneráveis devem estar representadas no MCP	Global, por país e multi-países *Brasil e Costa Rica são elegíveis para financiamento <u>específico</u> em HIV	11ª Convocatória ⁴⁵ - Iniciada em: 15 ago 2011 Data da submissão da proposta: 15 dez 2011 Em 2012, houve mudanças na orientação quanto à implementação e estratégias dos projetos aprovados, visando maior impacto. *São aceitas propostas nos seis idiomas oficiais das Nações Unidas: árabe; chinês; inglês; francês; russo; e, espanhol
Comissão Europeia	http://ec.europa.eu	UE	Audiovisual e meios de comunicação Cultura Desenvolvimento e cooperação	Global Honduras e Brasil *Estão abertas seleções de projetos na área de Direitos Humanos	Para verificar as convocatórias abertas através da Cooperação Externa, consultar o link https://webgate.ec.europa.eu/europeaid/online-services/index.cfm?ADSSChck=1317612406886&do=publi.welcome&userlanguage=es *Na versão em espanhol, na alternativa 'Búsqueda

⁴⁴ Também são aceitas propostas de um Mecanismo de Coordenação Regional (RCM), uma Organização Regional (OR) e, em determinadas circunstâncias, de Mecanismos de Coordenação Subnacionais (Sub-MCP) e organismos solicitantes que não são MCP. O MCP designa um ou mais Receptores Principais (RP).

⁴⁵ Ver listas de elegibilidade em: <http://www.theglobalfund.org/es/application/>

			<p>Direitos do Homem</p> <p>Educação, formação, juventude</p> <p>Justiça, liberdade e segurança</p> <p>Saúde pública</p> <p>Etc.</p>		<p><i>avanzada</i>, é possível selecionar:</p> <p>- Em Programa: <i>Programas regionales 'América Latina'</i>; <i>tipo 'subvenciones'</i>; y <i>situación 'abierto'</i>.</p> <p>- Em Programa: <i>Programas temáticos 'Derechos Humanos'</i>. Estão abertas seleções de projetos para Honduras e Brasil</p> <p>Também é possível assinar o RSS para receber os <i>feeds</i> atualizados http://ec.europa.eu/europeaid/multimedia/rss/grants-contracts_en.rss</p> <p>Há várias linhas de apoio. É preciso conferir quais estão abertas à recepção de propostas e a elegibilidade (institucional, por país, etc.). Pode-se consultar através dos domínios de intervenção da UE http://europa.eu/pol/index_pt.htm</p> <p>*Há versões do site em português e espanhol, mas nem todos os arquivos estão disponíveis nestes idiomas</p>
<p>Fundo de Democracia das Nações Unidas</p>	<p>www.un.org/democracyfund/Applicants/applicants_index.html</p> <p>E-mail: democracyfund@un.org</p> <p>The United Nations Democracy Fund (UNDEF) 1 United Nations Plaza, Room DC1-1300 New York, NY 10017, USA</p> <p>Tel.: +1 212 963 3399 Tel.: +1 917 367 8062 Fax: +1 212 963 1486</p>	US	<p>Desenvolvimento comunitário</p> <p>Lei e direitos humanos</p> <p>Ferramentas para a democratização</p> <p>Mulheres</p> <p>Jovens</p> <p>Mídia</p>	<p>Global</p> <p>América Latina e Caribe</p>	<p>Em geral, aberto para recepção de propostas entre meados de novembro e final de dezembro</p> <p>O orçamento pode ser de até 500 mil dólares para dois anos</p> <p>Informações sobre submissão de projetos estão disponíveis no site, no link: <i>project proposal guidelines</i>; além de informações nos links: <i>lessons learned for applicants</i> e <i>frequently asked questions</i></p> <p>Idiomas: inglês e francês</p>

<p>IAF – Inter-American Foundation</p>	<p>http://www.iaf.gov/ E-mail: proposals@iaf.gov</p> <p>901 N. Stuart Street, 10th Floor Arlington, VA 22203</p> <p>Tel: 703.306.4301 Fax: 703.306.4365</p> <p>*No caso de dúvidas, pode-se contatar os representantes da IAF no Brasil:</p> <p>Amy Kirschenbaum akirsche@iaf.gov e</p> <p>David Fleischer dfleischer@iaf.gov</p>	<p>US</p>	<p>Promoção do desenvolvimento econômico</p> <p>Melhoria das condições de vida</p> <p>Participação comunitária</p>	<p>América Latina e Caribe</p>	<p>Há um link com orientações para a apresentação de propostas: http://www.iaf.gov/index.aspx?page=419, que devem ser enviadas por e-mail, com o nome do país no ‘Assunto’</p> <p>Se por um lado não há um período para envio de propostas, por outro, a avaliação inicial leva cinco meses e pode chegar a 12 meses para os projetos selecionados (incluindo visitas à organização)</p> <p>A IAF trabalha com os seguintes critérios:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. soluções inovadoras para problemas de desenvolvimento; 2. uso criativo dos recursos comunitários; 3. uma gama diversa de vozes da comunidade no desenvolvimento e execução do projeto; 4. participação substancial dos beneficiários no seguinte: identificação do problema abordado; o método escolhido para resolvê-lo; a formulação do projeto; e a gestão e avaliação de atividades. 5. parcerias com o governo local, comunidade empresarial e outras organizações da sociedade civil; 6. potencial para fortalecer todas as organizações participantes e suas parcerias; 7. viabilidade; 8. indicação de sustentabilidade; 9. contribuições de contrapartida do proponente, dos beneficiários e de outras fontes; 10. potencial para gerar aprendizagem; 11. resultados mensuráveis; 12. comprovação da capacidade melhorada de autogovernança. <p>Observar os fatores de exclusão.</p> <p>Há um formulário disponível em word para o envio do projeto</p>
----------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

					<p>O orçamento não deve ser inferior à US\$ 25.000,00 nem superior à US\$ 400.000,00</p> <p>Contrapartida de 50%</p> <p>O website tem versão em português</p> <p>Idioma: inglês, português, espanhol e outros</p>
<p>União Europeia – Delegação da UE no Brasil</p>	<p>http://ec.europa.eu/europeaid/work/funding/index_en.htm</p> <p>E-mail: delegation-brazil-ieddh@eeas.europa.eu</p> <p>Delegação da União Europeia no Brasil Secção de Contratos e Finanças Edital: Instrumento Europeu para a Promoção da Democracia e dos Direitos Humanos (IEDDH) Ref.: EuropeAid/131-946/L/ACT/BR</p> <p>SHIS QI 07 Bl.A – Lago Sul 71615-205 – Brasília – DF</p> <p>Tel.: 61 – 2104 3122 Fax: 61 – 2104 3141</p>	<p>EU</p>	<p>Direitos Humanos</p> <p>Violência contra mulheres</p> <p>Violência contra crianças, adolescentes e jovens</p> <p>Violência contra grupos vulneráveis</p> <p>Violência contra defensores de direitos humanos</p>	<p>Brasil</p>	<p>O último edital na área de Direitos Humanos, a partir do Instrumento Europeu para a Promoção da Democracia e dos Direitos Humanos (IEDDH), encerrou em nov./2011</p> <p>O processo foi desenvolvido em duas fases: 1 – Envio de ‘documentos síntese’ 2 – As ONG pré-selecionadas foram convidadas a enviar o formulário de pedido de subvenção completo, no prazo indicado na correspondência enviada às mesmas</p> <p>No momento, não há ‘convites’ para o envio de propostas, mas a dinâmica do processo pode ser acompanhada através do website, que traz versão parcial em português. Algumas informações estão disponíveis somente em inglês</p> <p>Atenção a formulários e orientações para o preenchimento dos mesmos e demais requisitos do processo seletivo, além dos critérios de avaliação</p> <p>*Não são aceitos documentos incompletos ou fora do prazo</p> <p>Idioma: inglês, português, espanhol e francês</p>

Doadores públicos – internacionais (escritórios no país)

Nome	Sites, endereços e contatos	País	Temas	Região	Calendário
Consulado Geral da Holanda – Rio de Janeiro	Nederlands Consulaat-Generaal Dhr P.R.J. Comenencia Praia de Botafogo 242 / 10 amdar Botafogo 22250-145 – Rio de Janeiro – RJ rio@minbuza.nl Tel.: 21 21575400 – Secr: Patricia Broers-Lehmann rio-pcz@minbuza.nl	Brasil	-	Rio de Janeiro	Sem informação
Embaixada Britânica no Brasil	http://ukinbrazil.fco.gov.uk/pt/workin-g-with-brazil/ Embaixada Britânica Setor de Embaixadas Sul Quadra 801, Lote 8 CEP 70408-900 Brasília - DF, Brasil Tel.: 61 – 3329 2300	Brasil	Ciência e inovação Direitos humanos Crescimento sustentável	Brasil	O site traz informações sobre as relações de cooperação com o Brasil. Além do diálogo governamental, é mencionado o trabalho com ONG, especialmente aquelas com interesse em ‘política externa e processos internacionais’ Na área de ‘Crescimento sustentável’ foi aberto um processo seletivo 2012-2013, iniciado em 7 dez. Através das informações disponíveis é possível conhecer os critérios e os requisitos exigidos pela Embaixada, consultar o formulário online (em inglês), etc. *O site tem versão em português
Embaixada da Alemanha	www.brasilia.diplo.de E-mail: https://brasil.diplo.de/Vertretung/brasiliens/pt/02_Brasilia/Kontaktformular/Kontakt.html	Brasil	Áreas: social, saúde, educação e agropecuária	Brasil	A partir de 2012, a Embaixada da Alemanha em Brasília não oferece mais apoio a projetos de pequeno porte. Entretanto, o apoio financeiro para esses projetos são realizados através dos Consulados-Gerais: Porto Alegre; Recife; Rio de Janeiro; e, São Paulo

	<p>SES - Avenida das Nações, Qd. 807, lote 25 – 70.415-900 – Brasília – DF</p> <p>Caixa Postal 030 - 70359 - 970 – Brasília – DF</p> <p>Tel: (61) 3442-7000 (61) 3442-7079 (assuntos consulares)</p> <p>Fax: (61) 3443-7508</p> <p>* Apoio a projetos de pequeno porte: www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/06_Sao_Paulo/Kleinstprojekte/Kleinstprojekte.html</p>				<p>Orçamentos pequenos</p> <p>Projetos para, no máximo, seis meses, sem continuidade. A ideia é impulsionar projetos comunitários</p> <p>É solicitada contrapartida</p>
Embaixada da Austrália	<p>www.embaixada-australia.org.br/main_port.html</p> <p>www.brazil.embassy.gov.br</p> <p>DAP Brasil Embaixada da Austrália SES Av. das Nações, Quadra 801 Conj. K Lote 07 70200-010 – Brasília – DF</p> <p>*Informações sobre o envio de projetos www.dfat.gov.au/direct_aid_program/index.html</p> <p>** Dúvidas sobre o DAP E-mail: embaustr@dfat.gov.au</p>	Austrália	<p>Promoção do desenvolvimento comunitário</p> <p>Educação</p> <p>Saúde</p> <p>Igualdade de gênero</p> <p>Grupos desfavorecidos</p> <p>Sustentabilidade ambiental</p>	Brasil	<p>Anualmente, a Embaixada da Austrália apoia pequenos projetos, a partir do <i>Direct Aid Program</i>, um fundo do governo australiano gerido pelo <i>Department of Foreign Affairs and Trade</i></p> <p>Em geral, a divulgação para a recepção de propostas é no meio do ano</p> <p>Não há um valor orçamentário, embora o financiamento para a maioria dos projetos esteja entre AUD\$ 5,000 e AUD\$ 25,000</p> <p>O formulário para submissão de proposta está online: http://www.dfat.gov.au/direct_aid_program/Project_Assessment_Form_Aug09.pdf</p> <p>Idioma: inglês</p> <p>*Além da Embaixada em Brasília, há Consulados no Rio de Janeiro e em São Paulo</p>

<p>Embaixada dos Países Baixos, no Brasil</p>	<p>http://brasil.nlembaixada.org/ E-mail: bra@minbuza.nl</p> <p>Endereço: Avenida das Nações SES - Quadra 801 Lote 5 70405-900 Brasília – DF</p> <p>Caixa Postal 07/0098 CEP: 70359-970 - Brasília – DF</p> <p>Tel.: 61-3961 3200 Fax: 61-3961 3234</p> <p>Embaixador: Mr. Drs K.P Rade</p> <p>Ministra Conselheira: Marijke A. Van Drunen Littel</p> <p>Secretária: Ana Selma Tel.: 61-3961 3204</p>	<p>Holanda</p>	<p>Cooperação para o desenvolvimento</p>	<p>Brasil</p>	<p>Sem informação</p>
<p>Fundo Canadá de Apoio a Iniciativas Locais (FCIL)</p>	<p>www.canadainternational.gc.ca/brazil-bresil/developpement-development/index.aspx?lang=por&view=d E-mail: brsla@international.gc.ca</p> <p>E-mail Fundo Canadá: fundocanada@gmail.com</p> <p>SES – Av. das Nações, quadra 803, lote 16 - 70410-900 – Brasília – DF</p> <p>Tel: 61 – 3424 5400 Fax.: 61 – 3424 5490</p>	<p>Canadá</p>	<p>Crescimento econômico sustentável</p> <p>Segurança alimentar</p> <p>Crianças e jovens</p> <p>Democracia</p> <p>Segurança</p> <p>Grupos prioritários: mulheres, crianças e jovens</p>	<p>Brasil, podendo ser priorizado: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife</p>	<p>Seleção anual para apoio a pequenos projetos de curta duração. São financiados em média 10 projetos por ano</p> <p>Edição 2012/2013 selecionará propostas enviadas até 14 nov. 2012</p> <p>As orientações para o envio de propostas e documentação não estão disponíveis. Sugere-se buscar informações por e-mail</p> <p>Valor médio do orçamento: R\$ 55.000,00</p> <p>*Não são financiáveis: despesas com pessoal; material de consumo; compra de automóveis; e, participação em eventos</p>

<p>ONU Mulheres Brasil e Cone Sul</p>	<p>www.unifem.org.br onumulheres.conesul@unwomen.org</p> <p>EQSW 103/104 Lote 01 Bloco C Sudoeste – 70670-350 Brasília, DF - Brasil</p> <p>Tel.: 61 – 3038 9280 Fax.: 61 – 3038 9289</p>	<p>Brasil</p>	<p>Mulheres em situação de vulnerabilidade social</p> <p>LGBT em situação de vulnerabilidade social</p>	<p>Brasil</p>	<p>Edital anual de financiamento de projetos da sociedade civil</p> <p>Último edital encerrado em 8 de maio de 2011</p>
<p>UNFPA Brasil</p>	<p>www.unfpa.org.br/</p> <p>E-mail: unfpa@unfpa.org.br</p> <p>Endereço EQSW 103/104 Bloco C Lote 1 - 2º andar - Setor Sudoeste - CEP: 70670-350 - Brasília-DF</p> <p>Tel.: 61-3038 9252 Fax: 61-3038 9269</p>	<p>Brasil</p>	<p>População e desenvolvimento Saúde sexual e reprodutiva Juventude</p> <p>*Praticamente, nunca houve ação direta para LGBT. Duas possibilidades são: HIV/AIDS e Juventude⁴⁶</p>	<p>Brasil</p>	<p>Depende dos Planos de Trabalho Anuais⁴⁷</p>

⁴⁶ A partir de “Juventude” surge o tema da diversidade (direitos sexuais e desigualdades raciais) no programa Saúde e Prevenção nas Escolas, que é o apoio mais próximo aos Ministérios, no caso da Educação e da Saúde. Também tem sido trabalhado como um eixo: “Direitos da Juventude”, no qual é abordado o direito em geral.

⁴⁷ UNFPA Brasil trabalha com o Governo Brasileiro, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores, com base em Planos de Trabalho Anuais elaborados de acordo com as interlocuções no Governo (DN-DST/AIDS-MS, etc.). Embora os Planos de Trabalho sejam assinados com o Governo, os recursos são destinados aos “parceiros implementadores” (ONG), que são selecionados a partir de sua expertise com o tema em questão, além de serem considerados aqueles que já tiveram financiamento de Agências das Nações Unidas, por terem sido aprovados no sistema *Harmonised Approach for Cash Transfer (HACT) Assessment Evaluation*. Também podem ser divulgados editais de seleção.

Agências de Cooperação Internacional, Fundações e ONG

Nome	Sites, endereços e contatos	País	Temas	Região	Calendário
AIDS Fonds	<p>www.aidsfonds.nl/about/organisatoin</p> <p>Keizersgracht 392 1016 GB Amsterdam The Netherlands Tel.: +31 20 528 7828 Fax.: +31 20 627 5221</p> <p>Para submissão de propostas: grants@aidsfonds.nl</p>	NL	<p>Pesquisas científicas, prevenção e tratamento para grupos vulneráveis e na defesa de direitos de PVHA</p> <p>Organizações comunitárias</p> <p>Organizações de PVHA</p> <p>Grupos vulneráveis</p>	Em vários países, mas não especifica quais. Talvez, seja divulgado de acordo com cada seleção.	<p>No momento, não estão recebendo propostas. Entretanto, a seleção de pequenas propostas com temas específicos é divulgada regularmente.</p> <p>Não há um formato específico para o envio de propostas.</p> <p>Orçamento de até 10.000 Euros.</p> <p>Há um regulamento para a submissão de propostas, disponível no link: http://www.aidsfonds.nl/uploads/grant_regulations.pdf</p> <p>Idioma: holandês e inglês</p>
AJWS – American Jewish World Service	<p>http://ajws.org/</p> <p>E-mail: ajws@ajws.org</p> <p>45 West 36th Street New York, NY – 10018</p> <p>Tel.: 212 792 2900 800 889 7146 Fax: 212 792 2930</p> <p>*Oficial de Programas: Luis Diaz Albertini E-mail: ldiaz-albertini@ajws.org</p>	US	<p>Alternativas e direitos econômicos</p> <p>Saúde comunitária (incluindo prevenção, tratamento e educação em HIV/Aids)</p> <p>Educação para todas as pessoas</p> <p>Participação comunitária em conflitos e emergências</p> <p>Construção de cidadania – cívica e</p>	<p>América Latina</p> <p>*Aberta a parcerias com outros doadores</p>	<p>Sugere-se a consulta ao site no final do ano, para o envio de ‘cartas de intenção’ para financiamento em 2012</p> <p>*Ver link: <i>Our commitment to grantmaking</i> (link: <i>Grantmaking/Apply for a Grant</i>)</p> <p>**Há algumas informações em francês e espanhol</p> <p>***Já apoiou a <i>Asociación LGBT Arcoiris de Honduras</i>, nas áreas de direitos humanos e fortalecimento institucional, com jovens LGBT</p>

			política (incluindo mulheres, jovens, minorias sexuais e PVHA)		
AmfAR – The Foundation for AIDS Research	<p>www.amfar.org</p> <p>msm.awards@amfar.org</p> <p>120 Wall Street, 13th Floor New York – NY 10005-3908 - USA</p> <p>Tel.: 1-212-806-1631</p>	US	<p>Transgêneros</p> <p>Gays e outros HSH</p> <p>Homens casados que têm sexo com homens</p> <p>Homens que têm sexo com homens de forma oculta</p> <p>Jovens gays, HSH e transgêneros</p>	<p>Global</p> <p>América Latina</p>	<p>O calendário para América Latina é sempre o início de julho</p> <p>Desde 2008, através da “Iniciativa HSH” a amfAR pretende: Apoiar as organizações de base de HSH; produzir conhecimento sobre as epidemias de HIV entre HSH; e, fazer incidência por melhores políticas e financiamentos desde o âmbito local ao internacional.</p> <p>Grupos não registrados podem ter uma ONG <i>sponsor</i>, para receber e gerir os fundos. Essa ONG também deverá monitorar o projeto</p> <p>Os documentos que orientaram a submissão de projetos estão disponíveis em inglês, espanhol e português - http://www.amfar.org/world/article.aspx?id=9789#Available_Funding</p> <p>Entretanto, os formulários para envio do projeto e do orçamento estão em inglês</p> <p>Os projetos podiam ser enviados em inglês, ou no idioma original, mas com uma versão traduzida. Podia-se utilizar uma ferramenta de tradução online, como o <i>Google translate</i></p>
Arcus Foundation	<p>www.arcusfoundation.org</p> <p>Arcus Foundation Grant Application 402 East Michigan Avenue Kalamazoo, MI 49007</p>	US	<p>LGBT</p> <p>Direitos humanos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero (mudanças políticas e proteção constitucional)</p>	<p>Global (Sul e Leste)</p> <p>Não estão discriminados os países para financiamento internacional, mas na lista de organizações</p>	<p>Ver em especial o link: www.arcusfoundation.org/socialjustice/grants</p> <p>Quatro passos para a submissão de propostas: 1 – Observar se a ONG é elegível: a) equivalente a U.S. 501(c)(3); b) Se a Diretoria reflete uma política de oportunidades iguais de trabalho (orientação sexual, identidade de gênero ou outras); c) Estar alinhada à</p>

			<p>*Apoio financeiro na área de Justiça Social desde 2007</p>	<p>apoiadas em 2011 aparecem: Amsterdam; Jerusalém; Nairobi e África do Sul. Em 2010: Londres, França, Bélgica e Líbano, entre outros.</p>	<p>missão, visão e programas da Fundação <i>*International Sexual Orientation & Gender Identity Rights Program</i>; and <i>Religion & Values Program</i> são os dois programas com apoios internacionais. **Para a ONG que solicita fundos pela primeira vez é preciso enviar uma carta que comprove os itens a e b, mencionados acima 2 – Conversar com uma pessoa da equipe. Há e-mails e telefones de contato do escritório em Nova Iorque 3 – Enviar uma carta de intenções, no formulário específico (LOI) disponível para tal. A Fundação responderá dizendo se a ONG será convidada a enviar a proposta e qual o prazo. *A Diretoria da Fundação se reúne quatro vezes ao ano para avaliar as propostas recebidas 4 – Envio da proposta completa, sob convite, preferencialmente por e-mail (até 10 MB) ou upload. Há vários formulários disponíveis, para cada etapa, além da descrição dos itens que devem constar na proposta completa. *Não há informação sobre limite orçamentário, mas há financiamentos para ONG que vão desde US\$ 25,000 a US\$ 250,000.</p> <p>Idioma: inglês</p>
<p>Astraea Lesbian Foundation for Justice</p>	<p>www.astraeafoundation.org E-mail: info@astraeafoundation.org 116 East 16th Street, 7th Floor, New York, NY 10003 Tel.: 212 –529 8021 Fax: 212 – 982 3321</p>	<p>US</p>	<p>LGBT Mulheres Transgêneros</p>	<p>Global Americas</p>	<p>Apesar de várias linhas de financiamento para organizações, atualmente as que estão abertas são somente para os Estados Unidos</p> <p>Ver os links: <i>*About Astraea’s Funds/International Grants Program</i> **Grant applications and deadlines</p> <p>Idioma: inglês, mas há algumas informações em espanhol</p>

BrazilFoundation	<p>www.brazilfoundation.org</p> <p>BrazilFoundation XI Seleção Anual de Projetos Avenida Calógeras, 15 - Cobertura Centro - Rio de Janeiro/RJ CEP: 20030-070</p> <p>Processo seletivo 2012 http://www.brazilfoundation.org/portugues/o-que-fazemos/projeto2012.php</p>	Brasil	<p>Educação</p> <p>Saúde</p> <p>Desenvolvimento socioeconômico</p> <p>Direitos humanos</p> <p>Cultura</p>	Brasil	<p>Processos seletivos anuais.</p> <p>Seleção 2012. Recepção de propostas entre 18 de outubro e 30 de novembro.</p> <p>Para cada temática, há linhas de apoio prioritizadas.</p> <p>Atenção aos itens que não têm apoio, assim como aos documentos solicitados.</p> <p>Ver formulários para a apresentação da proposta e a planilha para o orçamento a ser solicitado</p> <p>Idioma: português e inglês</p>
CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução	<p>www.ccr.org.br/prosare.asp</p> <p>E-mail: ccr@ccr.org.br</p> <p>Facebook http://www.facebook.com/pages/CCR/282202595140891</p> <p>Rua Morgado de Mateus, 615 04015-902 – São Paulo – SP</p> <p>Tel.: 11-5574 0399 Fax: 11-5575 7372</p>	Brasil	<p>Sexualidade</p> <p>Saúde reprodutiva</p> <p>Direitos sexuais e reprodutivos</p>	Brasil	<p>Concursos temáticos anuais para até 18 projetos, no valor de até 70 mil Reais. Divulgados por convocatória pública, inclusive através da mídia Não é informado o período do ano</p> <p>Através do Programa de Apoio a Projetos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva (PROSARE), a CCR apóia projetos de ONG e instituições de ensino e pesquisa</p> <p>Focos: Pesquisa; intervenção social; e, capacitação de atores sociais</p> <p>*Apesar da menção à seleção anual, a lista dos projetos apoiados data de 2003 a 2007</p>

<p>CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço</p>	<p>www.cese.org.br E-mail: cese@cese.org.br Rua da Graça, n.164 Salvador – Bahia CEP: 40.150-055 Tel.: 71 – 2104-5457 Fax: 71 – 2104-5456</p>	<p>Brasil</p>	<p>Fortalecimento institucional Direitos humanos Desenvolvimento econômico Comunicação e cultura Meio ambiente Articulação ecumênica Saúde popular Educação</p>	<p>Brasil</p>	<p>Programa de Pequenos Projetos - recebidos durante todo o ano Apoios pontuais específicos (local, regional ou nacional) A CESE apoia projetos que visem a participação democrática, educativos, que fortaleçam a organização comunitária, a participação da comunidade, que tenham efeito multiplicador e incentivem a articulação entre grupos similares Não é possível ter mais de uma proposta apoiada no mesmo ano. Observar os itens não apoiados Orientações para a elaboração de projetos em: http://www.cese.org.br/site/apoio-a-projetos/como-elaborar/ Em média, os projetos apoiados têm orçamento de R\$ 7.000,00 (sete mil Reais)</p>
<p>EJAF - Elton John AIDS Foundation</p>	<p>www.ejaf.org Contato: Matt Blinstrubas matt.blinstrubas@ejaf.org 584 Broadway, Suite 906 New York, NY 10012</p>	<p>US</p>	<p>Direitos e saúde de homens gays Mobilização de jovens para direitos e saúde sexual Redução de danos Reinserção de pessoas privadas de liberdade Aumento de programa de qualidade de HIV</p>	<p>Sul dos Estados Unidos Puerto Rico América Latina e Caribe</p>	<p>A próxima seleção será divulgada entre abril e junho de 2013. O primeiro passo do processo seletivo é o envio de uma carta de intenção (formulário LOI – <i>Letter of Intent</i>, que não está online) Se a ONG for selecionada, será solicitada a submissão online da proposta. O resultado final será comunicado em dezembro Cada ONG deve enviar somente uma proposta Idioma: inglês</p>

Elas – Fundo de Investimento Social	www.fundosocialelas.org/	Brasil	Meninas e mulheres	Brasil	<p>Não há informação sobre a data da seleção anual. No link ‘Concursos’ aparecem as listas dos projetos apoiados.</p> <p>A última seleção foi em 2012 e teve cinco projetos aprovados, cada um no valor de R\$ 24.500,00</p>
Ford Foundation	<p>www.fordfoundation.org</p> <p>Escritório no Rio de Janeiro Representante: Nilcéa Freire</p> <p>Praia do Flamengo 154, 8º andar 22210-030 - Rio de Janeiro – RJ Brasil Tel.: (+55) 21-3235-2100 Fax: (+55) 21-3235-2104 E-mail: ford-rio@fordfoundation.org</p>	US	<p>Brasil</p> <p>Direitos humanos (Justiça racial e direitos das minorias)</p> <p>Direito e acesso à mídia</p> <p>Desenvolvimento sustentável</p>	<p>Meta: Ajudar a mudar estruturas e políticas que aprofundam as desigualdades enfrentadas por grupos marginalizados (foco: afro-brasileiros e populações indígenas)</p>	<p>Não há período estipulado para o envio de propostas. Antes de enviá-la, é importante ler o ‘guia para solicitar doações’.</p> <p>Além das temáticas, também são priorizadas as pesquisas aplicadas nessas áreas</p> <p>Site em inglês, mas o link do escritório do Brasil traz versão em português.</p>
Frida – The Young Feminist Fund	<p>http://youngfeministfund.org</p> <p>E-mail: info@youngfeministfund.org</p> <p>Para mais informações: http://youngfeministfund.org/es/grants-program/apply-for-a-grant/ [Há versão em espanhol de todo o site]</p>	US (?)	Jovens feministas e transgêneros com menos de 30 anos	Global	<p>A última convocatória foi 2011-2012</p> <p>Apoio a pequenos projetos. Além das atividades, contemplam fortalecimento organizacional.</p> <p>Apoio: 5 mil dólares – O orçamento deverá ser enviado em dólares americanos</p> <p>Período: 12 meses</p> <p>*Prioridades:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ grupos locais, novos ou pequenos ✓ grupos, redes ou coletivos que trabalhem com ‘temas transgressores’ ✓ grupos, redes ou coletivos situados em áreas marginalizadas ✓ grupos, redes ou coletivos que sejam compostos

					<p>e procurem integrar jovens: mulheres, transgêneros, afrodescendentes, PVHA, profissionais do sexo, lésbicas, bissexuais, mulheres transexuais, etc.</p> <p>Idiomas: as propostas podem ser enviadas em inglês, francês, espanhol, russo e árabe</p>
Fundo Brasil de Direitos Humanos	<p>www.fundodireitoshumanos.org.br</p> <p>Dúvidas <u>somente</u> por e-mail: informações@fundodireitoshumanos.org.br</p> <p>*Recomenda-se ler antes as 'dúvidas mais frequentes' para os dois editais</p> <p>Rua Santa Isabel, 137 – 4º. And. 1221-010 - República – SP</p> <p>Tel.: 3256-7852</p>	Brasil	Combate à violência institucional e à discriminação	Brasil	<p>Há duas modalidades de editais: Anual e Edital Específico</p> <p>A última seleção anual foi em fevereiro de 2012 e o edital específico foi encerrado em julho do mesmo ano</p> <p>Orçamento anual entre R\$ 10.000,00 e R\$ 25.000,00</p> <p>Formulário disponível para <i>download</i> no site, quando houver seleção</p> <p>Apenas um projeto por organização, que não pode ter sido apoiada duas vezes nos últimos cinco anos</p> <p>O último edital específico contou com a doação de R\$ 300.000,00 da Fundação Ford. Os critérios do Fundo foram os mesmos descritos acima</p> <p>Idioma: português</p>
Gates Foundation (The Bill & Melinda Gates Foundation)	<p>www.gatesfoundation.org</p> <p>info@gatesfoundation.org</p> <p>PO Box 23350 Seattle, WA 98102</p> <p>Tel.: 206-709-3100</p>	US	<p>Prevenção e tratamento de HIV/Aids</p> <p>Apoio ao modelo do Programa de Aids do país</p> <p>Pesquisa de desenvolvimento de</p>	Saúde global	<p>Processo seletivo aberto – <i>Global Health Program</i></p> <p><i>Funding for HIV/AIDS Grants</i></p> <p>http://www.gatesfoundation.org/grantseeker/Pages/funding-hiv-aids.aspx</p> <p>O processo é iniciado com o envio de uma 'Carta de perguntas informativas' (LOI – Letters of Inquiry), ou seja, um formulário onde será descrita a proposta resumida do projeto, com suas metas e informações</p>

			<p>vacina para HIV</p> <p>Pesquisa de novas estratégias de prevenção e facilitar o acesso às que são efetivas</p> <p>Co-infecção TB-HIV</p> <p>Advocacy para aumentar a conscientização global e mais recursos para HIV/Aids</p>		<p>sobre o orçamento. De acordo com o formulário, deve haver uma estimativa orçamentária por objetivo, cuja projeção pode ser para até cinco anos</p> <p>Observe as prioridades e as áreas de atuação da Fundação através do <i>Global Health Program</i>, assim como os Princípios da Gates Foundation http://www.gatesfoundation.org/about/Pages/guiding-principles.aspx</p> <p>Se a ONG estiver em sintonia com os propósitos mencionados, deverá enviar a LOI. Se aceita, posteriormente será convidada a enviar o projeto propriamente dito (RFP).</p> <p><i>A Guide to actionable measurement</i> http://www.gatesfoundation.org/learning/Pages/a-guide-to-actionable-measurement.aspx</p> <p>É um Guia interessante para entender a lógica de avaliação da Fundação e justifica porque solicitam que o progresso do projeto seja medido e resultados mensuráveis apresentados que, de modo geral, possam contribuir com a medição global e o impacto do trabalho da <i>Gates Foundation</i></p> <p>Idioma: inglês</p>
Global Fund for Women	<p>www.globalfundforwomen.org</p> <p>E-mail: eca@globalfundforwomen.org</p> <p>222 Sutter Street, Suite 500 San Francisco, CA 94108 USA</p> <p>Tel: (415) 248-4800</p> <p>Fax: (415) 248-4801</p>	US	<p>Grupo de mulheres com os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> . construção da paz e erradicação da violência de gênero . promoção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos . expansão da participação social e 	Fora dos Estados Unidos	<p>É um requisito que o grupo seja presidido por uma mulher</p> <p>Seleção anual. Período para envio de propostas: de 15 out. a 31 de dez.</p> <p>Podem ser solicitados apoios para:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio geral (iniciativas inovadoras; fortalecimento, sustentabilidade (somente por convite) 2. Apoio para viagens e participação em eventos 3. Apoio para a organização de reuniões e eventos

			política . justiça econômica ambiental . acesso à educação . fomento à filantropia para a mudança social		Orçamento: até US\$ 30.000,00 Entretanto, organizações financiadas pela primeira vez, geralmente, têm orçamento entre US\$ 5.000,00 e US\$ 13.000,00 É importante ler todas as orientações e critérios, como as prioridades na seleção das propostas Idioma: inglês, espanhol, francês, entre outros
Instituto Rio	www.instituto.org.br/ E-mail: instituto@instituto.org.br Não há endereço disponível no website. No último edital, os documentos foram solicitados em PDF, por e-mail. Tel.: 21 – 2259-1018	RJ	Ênfase no trabalho com a comunidade da zona oeste do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Trata-se de apoio a pequenos projetos Última seleção realizada em setembro de 2012 Orçamento anual de até R\$ 12.000,00
Mamacash	www.mamacash.org E-mail: lac@mamacash.nl Mama Cash/Equipo de Programas P.O. Box 15686 1001 ND Amsterdam Países Bajos Fax: +31 20 5158 799	Holanda	Mulheres Jovens Lésbicas, bissexuais e Trans Mulheres vivendo com HIV Trabalhadoras sexuais Indígenas Refugiadas	América Latina e Caribe, além de outras regiões do Globo	Observar os critérios para financiamento (ou não) como, por exemplo: trabalhar com uma perspectiva feminista; missão organizacional voltada à defesa dos direitos das mulheres e/ou jovens; visar mudanças estruturais; entre outros http://www.mamacash.org/page.php?id=2168 Ver as áreas de atuação priorizadas: corpo; dinheiro; e, voz http://www.mamacash.org/page.php?id=2175 Cronograma: de 1 a 3 anos Limite orçamentário: até 200.000,00 Euros. Em geral, os orçamentos variam entre 5.000,00 e 50.000,00 Euros anuais

			Entre outras		<p>A organização não pode ter mais de um apoio por ano</p> <p>Há um formulário para pré-solicitação disponível em word, que pode ser enviado por e-mail, correios ou fax</p> <p>Se a pré-solicitação for aceita, entrarão em contato e, dependendo da conversa, será solicitado o projeto completo</p> <p>Idioma: inglês, espanhol, francês e outros</p>
<p>MSM GF – The Global Forum on MSM & HIV</p>	<p>www.msngf.org</p> <p>contact@msngf.org</p> <p>436 14th Street, Suite 1500 Oakland, CA 94612 United States</p> <p>Tel.: 1-510-271-1950</p>	US	<p>Saúde e direitos humanos de HSH</p> <p>Transgêneros</p>	<p>Global</p> <p>América Latina</p>	<p>Oportunidades de apoio são divulgadas no website. No momento, não há “oportunidades de patrocínio” para a América Latina</p> <p>A primeira meta do Plano Estratégico Trienal 2009-2011 da Fundação foi ampliar os investimentos em HIV/Aids e para HSH, através de <i>advocacy</i> e parcerias, especialmente com UNAIDS, PNUD, Banco Mundial, Fundo Global e PEPFAR</p> <p>A partir de 2012, MSM GF é responsável pelo programa <i>Bridging the Gaps! 2012-2015</i>, na América Latina, com apoio do governo holandês para a prevenção com grupos em maior vulnerabilidade para HIV</p> <p>Website em inglês com versões em espanhol e português, entre outras</p> <p>*Ver publicação da MSM GF sobre os maiores doadores para HSH e transgêneros (AYALA et al., 2011)</p>
<p>SAF – Staying Alive Foundation (MTV)</p>	<p>http://foundation.staying-alive.org</p> <p>E-mail: FOUNDATION@STAYINGALIVFOUNDATION.ORG</p>	UK - US	<p>Prevenção de HIV/Aids</p> <p>Jovens</p>	<p>Global</p> <p>*Na América Latina, já obtiveram apoio Bolívia e Peru,</p>	<p>Anualmente, no mês de junho. A próxima chamada será em meados de 2013. Divulgam-se as organizações selecionadas em dezembro do ano da seleção</p> <p>Deve ser enviado somente um projeto em cada processo</p>

	<p>*Para receber informações sobre a próxima seleção, enviar e-mail com Assunto: <i>Sign up for SAF mailing list</i></p> <p>Third Floor, UK House 180 Oxford Street London W1D 1DS</p> <p>Floor 35 1540 Broadway New York – NY 10036</p>			atualmente Chile e Colômbia	<p>seletivo, mas a ONG pode participar mais de uma vez</p> <p>Cronograma de um ano, mas com possibilidade de renovação (é preciso participar de uma nova seleção). A Fundação apóia uma organização por, no máximo, quatro anos</p> <p>Atenção: É importante ler as FAQs, pois são bastante informativas sobre os financiamentos</p> <p>Idioma: inglês</p>
<p>SIDA – <i>Swedish International Development Cooperation Agency</i></p>	<p>www.sida.se/English/</p> <p>E-mail: sida@sida.se</p> <p>Stockholm - headquarters Valhallavägen 199 105 25 Stockholm SWEDEN</p> <p>Tel.: 46 8 698 50 00 Fax: 46 8 20 88 64</p>	Suécia	<p>Desenvolvimento econômico</p> <p>Democracia e direitos humanos</p> <p>Gestão de conflitos, paz e segurança</p>	Global	<p>As duas últimas chamadas de propostas foram finalizadas em outubro de 2012</p> <p>O website traz muitas informações. Seja qual for a temática em questão, a proposta sempre deverá atender às perspectivas dos direitos e da pobreza. Isso porque o governo sueco visa contribuir para erradicar a pobreza até 2015, de acordo com as metas do milênio</p> <p>Podem ser financiadas organizações ‘guarda-chuva’ ou que apresentem atividades próprias</p> <p>Para conhecer os critérios na seleção de ONG http://www.sida.se/Global/Partners/Procurements/SIDA4561en_Criteria_web%5b1%5d.pdf</p> <p>Também há apoio para pesquisas, sendo 25% do orçamento destinado à saúde</p> <p>Idioma: inglês</p>

<i>Sigrid Rausing Trust</i>	www.sigrid-rausing-trust.org E-mail para informações gerais: info@srtrust.org Para possibilidades de financiamento, é preciso acompanhar a divulgação no site, em <i>Application Process</i> http://www.sigrid-rausing-trust.org/Types-of-Grant-and-Application-Process	UK	Foco nos direitos humanos com forte componente legal Há projetos com LGBT e também com HIV/Aids, entre outros	Várias regiões, inclusive América Latina	Orçamento para 2012: £20 milhões (seleção realizada em 2011). No momento, não estão recebendo propostas. Possui cinco programas: Direitos civis e políticos; Direitos das mulheres; Direitos das minorias; Justiça social; e, <i>Miscellaneous Fund</i> . Cada um conta com vários subprogramas. Desde 1997, há um subprograma de Direitos LGBT, que está no programa de Direitos das minorias. Atualmente, sete organizações recebem financiamento, mas nenhuma na América Latina. No Programa ‘Miscelânea’ aparecem apoios para arte e cultura, mas os atuais estão todos no Reino Unido. Idioma: inglês
-----------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Institutos, Fundações Corporativas e Empresas⁴⁸

Nome	Sites, endereços e contatos	País	Temas	Região	Calendário
Bovespa social	www.bvsa.org.br Contato: www.bvsa.org.br/fale-conosco	Brasil	Adolescentes e jovens de baixa renda Saúde Meio ambiente	Brasil	Em 2005, a Bolsa de Valores de São Paulo criou a Bolsa de Valores Sociais. As ONGs que atendem aos pré-requisitos estabelecidos no processo seletivo são apresentadas no site da Bovespa como em um portfólio do mercado investidor. Os investidores têm a possibilidade de conhecer o perfil institucional e o projeto ou programa apresentado pela ONG para ser apoiado. Os investidores “compram as ações sociais” e a Bovespa administra o desembolso e acompanha as atividades das ONGs listadas.

⁴⁸ Apesar da *Levi Strauss Foundation* ser conhecida como um dos mais antigos financiadores para HIV/Aids, de acordo com as informações online, atualmente, o financiamento para HIV/Aids está direcionado para os empregados da empresa, através do *Employee HIV/AIDS Program*, ou na área de direitos dos empregados, visando melhorar suas condições de saúde (higiene, saúde reprodutiva e HIV/Aids). Apoios para ONG aparecem até 2009.

<p>Instituto Carlyle Brasil</p>	<p>www.institutocarlylebrasil.com.br</p> <p>E-mail: INSTITUTO-CARLYLE-BRASIL@CARLYLE.COM</p> <p>Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900 – conj. 1201 – São Paulo CEP: 04538-132</p> <p>Tel.: 11 – 3568-7700 Fax: 11 – 3568-7750</p> <p>----- x -----</p> <p>Brazil Foundation - Edital de Seleção Instituto Carlyle Brasil</p> <p>Avenida Calógeras, 15, Cobertura - Centro - Rio de Janeiro/RJ CEP: 20030-070</p>	<p>Brasil</p>	<p>Educação</p>	<p>Brasil</p>	<p>O Instituto Carlyle Brasil foi criado este ano (2012), em São Paulo. A BrazilFoundation foi contratada para selecionar as primeiras ONG a serem apoiadas</p> <p>O Instituto prioriza a área da educação, podendo apoiar projetos de ONG trabalhando com educação básica, treinamento de professores e profissionalização, entre outros</p> <p>Há interesse nas ONG de médio porte com possibilidade de crescimento</p> <p>As ONG apoiadas receberão ajuda na área de governança e administração</p> <p>Para acessar o edital e mais detalhes sobre o envio do projeto, deve-se preencher um pequeno formulário online (nome, ONG, telefone e e-mail) para acessar os documentos. No website não há prazo mencionado, é preciso acessar o edital http://www.institutocarlylebrasil.com.br/pt/#projeto</p>
<p>Instituto HSBC Solidariedade</p>	<p>www.porummundomaisfeliz.org.br/</p> <p>E-mail: hsbc.solidariedade@hsbc.com.br</p> <p>Rua Vicente Machado, 2100 80440-020 – Batel – Curitiba – PR</p> <p>Tel.: 41 – 3270 8400</p>	<p>Brasil</p>	<p>Educação (associada ao sucesso escolar)</p> <p>Meio ambiente</p> <p>Geração de renda para a comunidade</p>	<p>Brasil</p>	<p>Em geral, as seleções de projetos são realizadas no meio do ano. O último processo seletivo foi realizado em jul. 2012</p> <p>Importante ler o regulamento</p> <p>A proposta deve ser enviada no formulário disponível online</p> <p>Ver os links: “Investimento social” e “Seleção de projetos”</p>

<p>John Lloyd Foundation</p>	<p>www.johnmlloyd.org</p> <p>E-mail: info@johnmlloyd.org</p> <p>Contato: Melanie Havelin – Diretora Executiva E-mail: Mhavelin@johnmlloyd.org</p> <p>11777 San Vicente Boulevard, Suite 745 Los Angeles, California 90049</p> <p>Tel.: 310 – 622 1050 Fax: 424 – 625 0740</p> <p>*Comunicação preferencialmente por e-mail</p>	<p>US</p>	<p>HIV/Aids</p>		<p>Último processo seletivo realizado em 2012</p> <p>Orçamento: de US\$ 5,000 a US\$ 25,000</p> <p>Apesar de haver quatro modalidades de apoio, a mais indicada para ONG estrangeiras é a <i>Spring Funding Cycle</i></p> <p>Preferência por organizações pequenas</p> <p>*prioriza organizações que trabalham com políticas baseadas em evidência, conscientização e apoio para programas de Aids e aquelas inovadoras no enfrentamento da epidemia, além de projetos com impacto significativo</p> <p>Idioma: inglês</p>
<p>MAC AIDS Fund</p>	<p>www.macaidsfund.org/</p> <p>E-mail para informações sobre financiamentos INTERNATIONAL@MACCOSMETICS.COM</p> <p>E-mail para informações sobre o envio da proposta RFP@MACCOSMETICS.COM</p> <p>130 Prince Street, 2nd Floor New York, NY 10012</p> <p>Tel.: 212-965 6300 Fax: 212-372 6171</p>	<p>US</p>	<p>Pobreza e HIV/Aids e Prevenção de HIV/Aids</p> <p>*Não especifica populações</p>	<p>Global</p> <p>América Latina: Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e Venezuela</p> <p>*Ver o link: <i>Programs - Affiliate Community Grants</i></p>	<p>Em geral, a submissão de propostas está aberta nas seguintes datas: 15 mar; 15 jun; 15 set; e, 15 dez</p> <p>No momento, apenas estão sendo recebidas propostas de organizações nos Estados Unidos e em resposta à tempestade Sandy</p> <p>No processo regular, apesar das quatro datas-limite, uma ONG só pode enviar uma solicitação por calendário anual. Somente online e em inglês, com orçamento em dólares americanos</p> <p>*Atenção: Ao clicar em <i>Apply for a Grant</i>, inicia-se o preenchimento de um questionário online, que avalia se a ONG é elegível ou não. Se sim, na sequência deverá preencher uma solicitação completa online.</p>

<p>Petrobrás – Seleções públicas</p>	<p>www.petrobras.com.br/pt/meio-ambiente-e-sociedade/selecoes-publicas</p> <p>Seleção Pública de Projetos 2012 Programa Petrobrás Desenvolvimento & Cidadania Caixa postal: 3263 CEP: 20.010-974</p> <p>Dúvidas pelo SAC 0800 78 9001 ou online: http://www.formspring.me/pdec2012</p>	<p>Brasil</p>	<p>Crianças e adolescentes</p> <p>*Esporte associado à inclusão, educação integral, cidadania e diversidade</p>	<p>Brasil</p>	<p>As seleções públicas são realizadas para quatro programas: Desenvolvimento & Cidadania; Petrobrás Cultural; Petrobrás Ambiental; e, Petrobrás Esporte & Cidadania</p> <p>O envio de propostas para os programas ‘Desenvolvimento & Cidadania’ e ‘Petrobrás Ambiental’ foi prorrogado até às 21h. do dia 13 dez. 2012, mas os links para a inscrição não completam o acesso. É necessário entrar em contato para mais informações</p> <p>Serão válidos os projetos postados até 14 dez. 2012</p> <p>Orçamentos: Desenvolvimento & Cidadania: Até R\$ 1.650.000,00 (Hum milhão, seiscentos e cinquenta mil Reais)</p> <p>Petrobrás Ambiental: Até R\$ 3,6 milhões</p> <p>Período: 24 meses, podendo ser renovado por igual período</p> <p>Para o programa Petrobrás Esporte & Cidadania, de acordo com as informações no website: “Até 2014, serão investidos cerca de R\$ 265 milhões em quatro segmentos - Esporte de Rendimento, Esporte Educacional, Esporte de Participação, Memória do Esporte - que contemplarão crianças, adolescentes, atletas e diversos outros profissionais relacionados ao mundo do esporte”.</p> <p>No momento, a única seleção aberta é para vídeos documentários na linha ‘Memória do Esporte’ - http://memoriadoesporte.org.br/</p> <p>O programa Petrobrás Cultural já encerrou a rodada 2012</p> <p>Há formulários específicos para o envio das propostas, além do Plano Pedagógico e do Plano de Comunicação, que deverão ser entregues junto com a documentação do</p>
------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

					<p>projeto</p> <p>Está disponível em PDF, um roteiro para ajudar na elaboração do projeto. Também é possível tirar dúvidas a respeito através do atendimento online</p> <p>*Em geral, são promovidas 'Caravanas Esportivas', i.e., oficinas para a capacitação em elaboração de projetos</p> <p>** É importante ler o Regulamento e o Regimento referentes às seleções de projetos</p>
--	--	--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Conclusões

De modo geral, as primeiras impressões sobre a identificação de possíveis financiadores para HSH-MSM-LGBT não são animadoras. De todos os lados há informações de que nem essas populações, nem a região América Latina são prioritárias. Até que se redefinam as ações e relações pode-se ter efeitos negativos, imediatos e no longo prazo, seja na vida das pessoas, seja na definição de um papel que o Brasil quer ter no cenário global, mas que pressupõe a atenção e alternativas no âmbito do país. Entretanto, também é possível observar que há uma proliferação de discursos, publicações e ações de *advocacy* ocorrendo. Além de algumas constatações no cenário mais amplo:

- ✓ HSH é uma prioridade no cenário internacional
- ✓ O debate sobre as parcerias entre ONG e setor privado está na ordem do dia
- ✓ De modo geral, em todos os perfis de doadores, observa-se a exigência por impactos dos projetos financiados
- ✓ Planos de M&A, ou pelo menos a apresentação de resultados esperados e como se pretende alcançá-los é uma exigência constante

MSM é a população mais invisível, seja pela quase total inexistência de organizações de lésbicas, seja pela não prioridade dos doadores. Alguns deles, em geral ONG e Fundações, financiam projetos com lésbicas dentro do escopo de direitos humanos e da igualdade de gênero.

As organizações de HSH, especialmente através do tema da prevenção ao HIV/Aids são as mais presentes. Na esteira do debate internacional voltado à priorização dessa população, grupos como MSM GF tem marcado a diferença – e as necessidades da população Trans –, especialmente quanto aos registros, dados e indicadores oficiais. Sem contar no debate que já vem acontecendo na região através dos processos para elaboração de propostas para o Fundo Global. Não por acaso, o reconhecimento da população Trans em sua especificidade é visível no discurso dos profissionais ligados a diferentes instituições que atuam com HIV/Aids. Apesar disso, as situações de discriminação continuam presentes, a homofobia gerando violência física e simbólica.

Entretanto, cabe notar que com o recente anúncio de uma crise do Fundo Global, também fica visível a vulnerabilidade das populações LGBT. Provavelmente, as mais afetadas pelas restrições financeiras desse Fundo.

No caso do Brasil, especialmente com HIV/Aids, parece evidente que “ninguém vai priorizar o Brasil”, como alguns dos informantes afirmaram. Ou “qualquer dinheiro será pontual e pouco”.

As informações sobre os organismos das Nações Unidas foram recorrentes: apoios fluidos e pontuais. Em geral, devido ao caráter de cooperação multilateral, os recursos passam pelos governos ou dependem de uma negociação com os mesmos para serem direcionados às ONG.

Não há uma agenda clara para as populações HSH-MSM-LGBT. Mesmo depois de reafirmado o papel do PNUD como líder nos países para trabalhar HIV/Aids com HSH, a expressão da resposta ainda é bastante confusa. Nos diálogos tanto com outras Agências quanto com membros de ONG, consultores e pesquisadores, o PNUD foi referido por sua ‘falta de consciência sobre o tema’, ‘falta de clareza sobre seu mandato’, além da ausência de um oficial de programa para HIV/Aids e ‘falta de capacidade técnica para lidar com HSH’. Por sua vez, no Brasil, em 2012, o PNUD passou a ser o coordenador do GT UNAIDS.

Quanto a recursos diretos dos governos, o cenário não é animador. Não há atenção diferenciada para as populações referidas e o processo de descentralização, especialmente na política de DST/Aids, não tem respondido a contento, sem falar na atual situação política em torno dos recursos parados nos estados e municípios e a possibilidade de redefinição da política de incentivo.

Ainda sobre os governos, é importante destacar que as críticas sobre a priorização da área de tratamento em detrimento da prevenção tem ocorrido em vários países latinoamericanos, podendo denotar exigências formais frente à epidemia, mas também deixando de lado debates polêmicos e que envolvem questões sociais e morais, como o tema da sexualidade. Criando não só uma polaridade visível entre tratamento e prevenção, mas deixando subjacente (de novo) uma separação entre campos disciplinares – médico e social – hierarquizados.

Do ponto de vista das políticas intersetoriais, há avanços importantes que podem levar à institucionalização de práticas e construções de políticas públicas de forma mais duradoura. Entretanto, os recursos alocados não são contínuos, nem suficientes.

Para as OSC, a cooperação internacional mudou, mas também requer uma atenção a novos caminhos. Algumas Agências de Cooperação Internacional que saíram do país, seja porque deixaram de financiar projetos, seja porque fecharam seus escritórios, continuam mantendo a América Latina como área geográfica de atuação nos escritórios sede (*Save the Children*, Pact, etc.)⁴⁹. Evidentemente, é uma mudança que implica em novas regras e novas concorrências.

Também fica claro que há movimentos em direção a novos rumos, tanto para o Brasil quanto para a América Latina, em geral. Isso implica em uma mudança de mentalidade, e de lugar social referencial (individual e organizacional) com relação à importância histórica da cooperação internacional, especialmente não-governamental. Assumir essa mudança e buscar alternativas não parece ser um caminho muito fácil, mas é preciso mudar as lentes e observar que a conjuntura é outra. Que se, por um lado, os países latino-americanos, especialmente o Brasil, considerados de renda média ainda têm enormes desigualdades sócio-econômicas internas, por outro, também se atualizaram como pontos referenciais na geopolítica global, passando a gerar expectativas de cooperações internacionais a partir de novos lugares. Lugares que estão em construção.

Uma preocupação que surgiu ao longo da pesquisa foi com relação a instituições que tradicionalmente apoiam HIV/Aids e LGBT, que não trazem mais informações a

⁴⁹ Isso vai ao encontro da pesquisa da ABONG (Gouveia, 2010), que demonstra que a partir de 2000 a diminuição de recursos das Agências de Cooperação Internacional para as ONG brasileiras é simultânea ao aumento de editais de projetos diretos dos países europeus.

respeito em seus websites, por exemplo: *Ford Foundation* e *Levi Strauss Foundation*. Pode ser que também sinalizem mudanças. No caso da Levi Strauss, isto é claro quando observada a linha do tempo de apoio a projetos, cujos apoios para HIV/Aids terminam em 2009. Por sua vez, aparecem informações sobre o tema nos links referentes à saúde e direitos dos empregados da empresa.

No diálogo com as universidades, foram oferecidas algumas sugestões no item referente às possíveis parcerias com centros e núcleos de estudos e pesquisas. A pesquisa parece ser o caminho mais promissor para a captação de algum recurso financeiro. Além do fato de que qualquer pesquisa de prevenção de HIV/Aids, para ser testada no Brasil, precisa envolver a população HSH. As ONG poderiam ser envolvidas em ações de prevenção voltadas a minimizar possíveis danos da pesquisa. Essa possibilidade poderia interessar a instituições que apoiam pesquisas, por exemplo a AmfAR.

Por fim, três aspectos exigem a atenção das ONG. Apesar de se dizer que há poucos recursos e muitas restrições para a América Latina, especialmente para o Brasil, também foi um dado recorrente na pesquisa a ausência de participação LGBT nos processos seletivos, quando não a recusa da proposta. Nesse sentido, o primeiro aspecto diz respeito à necessidade de identificação sobre as reais condições técnicas da organização para participar de uma seleção de projetos. O que envolve vários aspectos, além da elaboração da proposta em si.

O segundo aspecto tem um caráter político. Refere-se à própria atuação das ONG. Como mencionado anteriormente, em alguns casos, especialmente para HIV/Aids, os financiamentos têm sido realizados através dos governos e estes têm oferecido suas respostas. Ou seja, os governos precisam responder a seus compromissos e por estarem no centro da cena, cada vez mais se apropriam de informações e contextos, para não falar dos discursos da sociedade civil. Isso gera novos desafios para as ONG. Como atuar? Será necessário repensar suas agendas? Suas formas de atuação política? A própria interlocução com os governos?

O último aspecto diz respeito à necessidade de publicizar as conquistas e resultados dos projetos. Falta visibilidade do trabalho que está sendo realizado. Isso é fundamental para mostrar conhecimento de causa, do terreno trabalhado e das lacunas encontradas. É fundamental para embasar as ações de *advocacy* e para o autoreconhecimento do sucesso da própria organização.

Por último, mas não menos importante, é preciso reconhecer que as organizações que atuam no campo do HIV/Aids têm dependido, às vezes exclusivamente, de financiamento público. Para voltar-se a outras possibilidades de apoio, essas organizações necessitarão retomar sua missão, revisar seus objetivos e se reapropriar de seu capital e reconhecimento sociais. Talvez, seja preciso retomar, ou iniciar, um trabalho de convencimento de doadores individuais sobre sua relevância social, no contexto da epidemia de HIV/Aids e, mais especificamente, na atuação com jovens LGBT. Refletir sobre a necessidade de atualizar seus valores e, talvez, (re)escrever uma Carta de Princípios tornando pública suas relações com organizações públicas e privadas, assim como a autonomia financeira e política da organização.

Por fim, é preciso reafirmar, no cenário global, a importância de se trabalhar com a América Latina, dando visibilidade a alguns pontos, por exemplo:

- ✓ A evidência do estigma e da discriminação de LGBT nos países latino-americanos.⁵⁰ Nas relações interpessoais, mas também nas institucionais
- ✓ A descontinuidade de ações de promoção, prevenção e defesa de direitos humanos – que em alguns casos não chegaram a ser estruturadas – decorrente da redução de recursos financeiros provenientes das cooperações internacionais
- ✓ De modo geral, a fragilidade técnica das organizações que trabalham com a população LGBT, mesmo no Brasil
- ✓ A redução do alcance dessa população, se as ações realizadas ficarem somente à cargo das respostas governamentais, especialmente na área da prevenção e considerando que alguns governos não as considera prioritárias.

Por mais difícil que seja o momento, pondo em cheque vínculos profissionais e até mesmo a continuidade das organizações, é também o momento de repensar-se, reinventar-se e até mesmo de “replantar-se”, como já o disse Peter Drucker. Individual e coletivamente. Para isso, antes de mais nada, deve-se identificar os êxitos obtidos: “O caminho mais eficaz para a autorenovação é buscar um sucesso inesperado e correr com ele. A maioria das pessoas deixa de lado a evidência do sucesso porque se concentra nos problemas.” É preciso identificar em quê “a organização *superou* o plano ou o orçamento, porque é aí que começam a aparecer os primeiros sinais de sucesso inesperado.” (Drucker, 2001:144).

⁵⁰ Ver publicação GTZ-CICT (2008) e UNAIDS (2010).

Recomendações

Apesar dos desafios, as possibilidades são promissoras. O cenário internacional é favorável às negociações para bons projetos com a população LGBT, especialmente com HSH.

Antes de mais nada, é importante ressaltar a necessidade de maior visibilidade das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados através do Projeto SAGAS, a exemplo da revista “Projeto SAGAS Brasil - Promoção da saúde e prevenção de IST/HIV/AIDS com LGBT”, divulgada em agosto de 2012. O que pode trazer elementos que fundamentem as ações de *advocacy* para o maior investimento de recursos dirigidos às populações envolvidas.

- Para Schorer Foundation/MSM Global Forum (programa *Bridging the Gaps!*)
 - Fazer pressão política nos fóruns e instâncias internacionais de HIV/Aids evidenciando a situação atual da resposta brasileira à epidemia, em conjunto com as ONG do Projeto SAGAS e outras organizações aliadas.
 - Ampliação do Projeto SAGAS – estabelecer alguns critérios em conjunto com as ONG atuais parceiras que tenham interesse em continuar atuando e em ampliar o Projeto SAGAS com novos parceiros. Traçar um plano de ação comum.
 - Parceria com DN-DST/Aids/HV a partir de negociação conjunta do Projeto SAGAS, vislumbrando sua possibilidade de ampliação. Observar se há alguns aspectos ou parâmetros que devem ser garantidos, para minimizar o risco de descaracterização do Projeto SAGAS
 - Incentivar que o DN-DST/Aids/HV estabeleça parcerias interministeriais, e fomente o mesmo nas demais esferas de governo, para facilitar a atuação intersetorial local
 - Incentivar o fortalecimento da atuação no âmbito da atenção básica (postos de saúde e agentes comunitários de saúde), inclusive tentando influir na formação de profissionais da saúde
 - Estimular as ONG parceiras a acompanharem e tentarem incidir sobre as políticas das Agências da ONU, especialmente do PNUD-Brasil (presidência do GT UNAIDS para os próximos dois anos; prioridade internacional HSH)
 - Incentivar que as ONG parceiras mantenham Planos de Mobilização de Recursos como parte de sua gestão institucional

➤ Projetos SAGAS

- Agências das Nações Unidas - Sugere-se enviar uma solicitação de audiência com o *Joint* do UNAIDS (Brasil), para pautar o tema apoio financeiro para HSH-MSM-LGBT. Entre agosto e novembro é um bom momento para fazer *advocacy*, porque estão sendo debatidos os planos de trabalho para o(s) ano(s) seguinte(s)
- Fundo Global – Debater sobre a possibilidade de envio de projeto conjunto para o Fundo Global, inclusive considerando parcerias com outras organizações e países da região. Parcerias políticas ou estratégicas para o envio da proposta
- Legislativo – A exemplo da atuação da ABGLT junto ao Poder Legislativo, as ONG do Projeto SAGAS podem acompanhar as discussões orçamentárias durante a elaboração do PPA, nos três níveis de governo, defendendo/apoiando rubricas que possam lhes ser favoráveis, além da atenção a emendas parlamentares
- Setor privado – Acompanhar os debates da ABONG e do GIFE, entre outros, sobre o apoio financeiro do setor privado para ONG brasileiras
- DN-DST/AIDS/HV
 - Utilizar as conclusões desse relatório para *advocacy* interno ao país. Mostrar que não há financiamento viável para a população LGBT e, especialmente, HSH no enfrentamento da epidemia de HIV/Aids. O processo de descentralização da política de DST/Aids não está respondendo ao cenário atual da epidemia
 - Solicitar elaboração e divulgação de ações estratégicas, com participação da sociedade civil, na cooperação com o PNUD Brasil
 - Solicitar que o tema seja posto em evidência nas reuniões entre gestores de HIV/Aids e do SUS, em geral
 - No âmbito municipal, propor ações conjuntas na atenção básica – esfera de relevância para a prevenção e a promoção da saúde, e porta de entrada no SUS
- Conselho Nacional LGBT – Com o propósito de que as respostas nacionais sejam monitoradas, informar ao Conselho Nacional LGBT sobre a eleição de prioridade da população HSH no cenário internacional da pandemia de HIV/Aids e o fato do PNUD ter sido a Agência das Nações Unidas encarregada de facilitar as respostas para HIV/Aids nos países
- Com os governos – Voltar a insistir no tripé para o enfrentamento à epidemia de HIV/Aids: prevenção; assistência e tratamento; e direitos humanos

- Traçar estratégias coordenadas para se situar no cenário nacional e internacional, dado o quadro de mudanças
- Criar um mecanismo de comunicação entre as contrapartes visando o fortalecimento da Abordagem Schorer na América Latina e a visibilidade do trabalho desenvolvido nos países, destacando similaridades e diferenças
- Para doadores maiores (*Arcus Foundation, AmfAR, Gates Foundation, etc.*), pensar em uma proposta conjunta do Projeto SAGAS
- Elaborar um plano de captação/mobilização de recursos da organização
- Buscar novas formas de atuar com relação à mobilização de recursos buscando, criando ou revendo ferramentas para tal
- Analisar as possibilidades de captação de recursos de doadores individuais ou de instituições, em parceria (ONG, universidade, etc.) ou não, através de alternativas como o *crowdfunding*
- Setor privado – Iniciar um trabalho de sensibilização de empresários vinculados ao mercado LGBT⁵¹
- Núcleos de Estudos nas Universidades – Identificar Núcleos de Estudos sobre sexualidades, direitos sexuais e identidade de gênero, ou afins nas universidades para propor parcerias em projetos conjuntos. Isso poderá contribuir para a ampliação da produção de conhecimento sobre os temas em questão, produção de pesquisas sobre temas ou aspectos descobertos, registro e divulgação do trabalho realizado através de diferentes recursos e maior legitimidade da organização, entre outros.

⁵¹ Há um mercado LGBT disperso, talvez seja interessante desenvolver alguma aproximação que os faça perceber-se como parte de um setor de atuação comum. A título de informação, ver a matéria sobre a recente *Asociación de Comercio Gay Lésbica Mexicana*. Anexo I: Sugestões de links: SENTIDOG, 2011.

Referências

ABONG – Associação em defesa dos direitos e bens comuns. Abong lança estudo sobre o “Acesso das organizações de defesa de direitos e bens comuns aos Fundos Públicos Federais” e Guia Eletrônico temático. **Informes Abong**, out. 2012. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/informes.php?id=5780&it=5781>>. Acesso em: 20 out. 2012.

___. **Estudo – Acesso das organizações em defesa de direitos e bens comuns aos Fundos Públicos Federais**. São Paulo: ABONG, 2012. [Consultoria de pesquisa: Alexandre Ciconello e Marcela Moraes]. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/final/download/fprelatoriofinal.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.

___. **Estudo analítico sobre transparência e legitimidade das organizações da sociedade civil brasileira**. ABONG, 2012. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/transparencia/wp-content/uploads/2012/01/Estudo-analitico.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.

___. **Nota pública**: Por uma política de cooperação internacional brasileira efetiva e participativa. ABONG – Lutas e ações – Internacional, 19 set. 2011. Disponível em: <http://www.abong.org.br/lutas_e_acoes.php?id=412&it=4357>. Acesso em: 10 jul. 2012.

___. **Portal dos Fundos Públicos**. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/fundospublicos/>>. Acesso em: 20 out. 2012.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS. Associação da aids à doença crônica diminui doações e provoca fechamento de ONGs, alertam especialistas, São Paulo, Agência de Notícias da Aids, 12 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.agenciaaids.com.br/noticias/interna.php?id=18810>>. Acesso em 12 abr.2012.

___. Paralisação de recursos específicos para aids nos estados e municípios ganha destaque na mídia. São Paulo, Agência de Notícias da Aids, 12 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.agenciaaids.com.br/noticias/interna.php?id=19905>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

___. Recentralização de verbas será um dos principais temas da reunião da An aids nesta segunda-feira, São Paulo, Agência de Notícias da Aids, 2 out. 2011. Disponível em: <www.agenciaaids.com.br/noticias/interna.php?id=17830>. Acesso em 02 out 2011.

AMFAR AIDS Research - AmfAR’s MSM Initiative. **Integrating rights and health for MSM and other LGBT people**: the role of HIV/AIDS implementers and PEPFAR. Washington D.C., 2010. Disponível em: <www.amfar.org/uploadedFiles/Articles/Articles/Around_The_World/MSM/amfAR_Inte

[grating%20Rights%20%20%20and%20Health%20for%20%20%20MSM%20and%20Ot her%20%20%20LGBT%20People.pdf?n=239](#)>. Acesso em: 20 ago 2011.

___ **Fundraising toolkit.** A resource for HIV-related community-based projects.

___ **La iniciativa HSH.** Disponível em:

[<www.amfar.org/uploadedFiles/About_amfAR/la%20iniciativa%20HSH.pdf>](#). Acesso em: 20 ago 2011.

ARMANI, D. **Mobilizar para transformar:** a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil. São Paulo: Peirópolis; Recife, PE: Oxfam, 2008.

ARTICULAÇÃO D3 e FGV/SP avançam em pesquisa sobre financiamento de ONGs. Instituto C&A, 26 set. 2012. Disponível em:

[<http://www.institutocea.org.br/noticias/Detalhe-noticia.aspx?id=2014>](#). Acesso em: 26 set. 2012.

ARTICULAÇÃO D3 e Instituto Fonte publicam pesquisa sobre redução de investimentos estrangeiros em ONGs. Disponível em:

[<http://www.fonte.org.br/articula%C3%A7%C3%A3o-d3-e-instituto-fonte-publicam-pesquisa-sobre-redu%C3%A7%C3%A3o-de-investimentos-estrangeiros-em-on>](#). Acesso em: 20 jul. 2012.

AYALA, G. et al. **An analysis of major HIV donor investments.** Targeting men who have sex with men and transgender people in low–and middle–income countries. Aug. 2011. Oakland, CA: MSM GF, 2011. Disponível em:

[<www.msmsgf.org/files/msmsgf/Publications/GlobalFinancingAnalysis.pdf>](#). Acesso em: 27 ago 2011.

AYRES, M. Carlyle cria “private equity” para ONGs brasileiras. Exame.com, 29 mar 2012. Disponível em: [<http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/sustentabilidade/noticias/carlyle-cria-private-equity-para-ongs-brasileiras>](#).

Acesso em: 10 abr. 2012.

BALZA, G. Em 10 anos, Estados e municípios deixam de usar R\$ 160 milhões em programas de combate à Aids. **UOL Notícias**, 11 nov. 2012 [Cotidiano]. Disponível em: [<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/11/11/em-10-anos-estados-e-municipios-deixam-de-usar-r-160-milhoes-em-programas-de-combate-a-aids.htm>](#).

Acesso em: 11 nov. 2012.

BARAL, S. et al. Elevated risk for HIV infection among Men Who Have Sex with Men in low - and middle-income countries 2000–2006: a systematic review. **PLOS Medicine**, n.4, v.12, 2007. [0040339]. Disponível em:

<<http://www.plosmedicine.org/article/info:doi/10.1371/journal.pmed.0040339>>. Acesso em: 13 out. 2011.

BELOCQ, J.H. Nuevo criterio de elegibilidad del Fondo Mundial. Disponível em: <www.corresponsalesclave.org/2011/05/elegibilidad.html>. Acesso em: 29 jul. 2011.

BERTHELOT, M. (Coord.). **Educación, juventud y desarrollo**: acciones de la UNESCO en América Latina y el Caribe. Documento preparado para la Conferencia Mundial de la Juventud – León, Guanajuato, México 2010. Santiago: OREALC, 2010.

BRASIL. Itamaraty – Ministério das Relações Exteriores. **Assistência Humanitária Internacional** (website do Itamaraty). Disponível em: <<http://www.assistenciahumanitaria.mre.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago 2012.

__. Conselho Nacional de Assistência Social. Diário Oficial da União. **Resolução CNAS no. 27**, de 19 set. 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2011/cnas-2011-027-19-09-2011.pdf/download>>. Acesso em: 10 mar 2012.

__. Ministério da Saúde. **Cooperação Saúde** – Boletim da Atuação Internacional Brasileira em Saúde, n.4, maio 2011. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2011/Ago/23/boletim4_port_180811.pdf>. Acesso em: 10 ago 2011.

__. Presidenta Dilma sanciona lei que define gastos da saúde. **Portal da Saúde**, 16 jan. 2012. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/4001/162/presidenta-dilma-sanciona-lei-que-define-gastos-da-saude.html>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

__. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto no. 7.788, de 15 ago 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Decreto/D7788.htm>. Acesso em: 10 set. 2012.

__. **Lei complementar No. 141, de 13 jan. 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp141.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

BRITO, M., MELO, M.E. (Orgs.). **Hábitos de doar e captar recursos no Brasil**. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2007.

CÂMARA, C. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

__. Introdução. **Aids e sustentabilidade**: sobre as ações das Organizações da Sociedade Civil. Brasília: Ministério da Saúde/CN-DST/Aids, 2001. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/aids_sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 2 ago 2011.

__. Sustentabilidade das ONGs/Aids: um debate recorrente. Rio de Janeiro, **Boletim ABIA**, n.58, ago 2012, p.8-9. [Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids – 25 Anos]

__. (Org.) **Projeto SAGAS Brasil** - Promoção da saúde e prevenção de IST/HIV/AIDS com LGBT. São Paulo: Gráfica Ágil, 2012. Publicação: *Schorer Foundation*.

CAPRIOLI, G, CRISTINO, V. Dinheiro arrecadado pelo Tesouro com apostas é retido para pagar juros, Brasília, **Correio Braziliense**, 4 mar. 2011. Disponível em: <www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2011/02/04/internas_economia,235954/dinheiro-arrecadado-pelo-tesouro-com-apostas-e-retido-para-o-pagar-juros.shtml>. Acesso em: 8 ago 2011.

CARES, C.J.S. **Las 25 preguntas más frecuentes**: Fondo Global en América Latina. 25 preguntas y respuestas de interés para las comunidades afectadas por el VIH, la Tuberculosis y la Malaria. Iniciativa BackUP – GTZ; Observatorio Latino/Aid for AIDS. Disponível em: <www.observatoriolatino.org/backup/pdf/03_May31_Guia_de_las_25.pdf>. Acesso em: 16 ago 2011.

CARLS, J. Financing development after the financial crisis. University for Peace: Peace & Conflict – Monitor – Special Report. May 04, 2012. Disponível em: <http://www.monitor.upeace.org/innerpg.cfm?id_article=900>. Acesso em: 10 ago 2012.

CESE. Entidades e governo discutem marco regulatório das OSC. **Notícias Abong**, 19 out. 2012. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/noticias.php?id=5750>>. Acesso em: 19 out. 2012.

CORDEIRO, R. M. Mudanças e desafios sobre a arquitetura internacional de apoio à sociedade brasileira. Festival Latino-Americano de Captação de Recursos – FLAC, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/FLAC-2012/mudanas-e-desafios-sobre-a-arquitetura-internacional-de-apoio-sociedade-brasileira-rui-mesquita>>. Acesso em: 20 out. 2012.

CRUZ, Célia. Sustentabilidade e investimento social: uma entrevista com Célia Cruz. In: CÂMARA, C. (Org.). **Aids e sustentabilidade**: sobre as ações das Organizações da Sociedade Civil. Brasília: Ministério da Saúde/CN-DST/Aids, 2001. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/aids_sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 2 ago 2011.

DEGENSZAJN, A. (Coord.). **Censo GIFE 2009-2010**. São Paulo: Gife, 2010.

Disponível em:

<[www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/22/Censo%20GIFE%20\(baixa\).pdf](http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/22/Censo%20GIFE%20(baixa).pdf)>. Acesso em: 3 ago 2011.

DICYT. TARACEA, la primera plataforma pública de micromecenazgo para proyectos de divulgación científica. España, **DICYT**, 15 jul. 2011. Disponível em:

<<http://www.dicyt.com/noticias/taracea-la-primera-plataforma-publica-de-micromecenazgo-para-proyectos-de-divulgacion-cientifica>>. Acesso em: 14 out. 2011.

DRUCKER, P.F. **Administração de organizações sem fins lucrativos**: princípios e práticas. 5ª reimpr. da 1ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

DUARTE, C. 14ª Conferência Nacional de Saúde. **Revista Eletrônica Portas**, São Paulo, n.4, v.4, p.69-85, jun. 2011. Entrevista. Disponível em:

<<http://www.acicate.com.br/portas/portas4.html>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

ESTUDO MAPEARÁ ESTRUTURA DE APOIO À ONGs DE DEFESA DE DIREITOS NO BRASIL. **Instituto C&A – Notícias**, 31 jul. 2012. Disponível em:

<<http://www.institutocea.org.br/noticias/Detalhe-noticia.aspx?id=1960>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

FABIO CLETO, “*El foco principal de nuestra actuación es el aumento de la premiación/O foco principal de nossa atuação é o aumento da premiação*”. **Revista semestral de la Corporación Iberoamericana de Loterías y Apuestas de Estado**, CIBELAE, n.28, p. 6-12, junio 2011. [Perfiles]. Disponível em:

<<http://www.cibelae.com/archivos/revistacibelae28.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2011.

FERNANDES, Rubem César, CARNEIRO, Leandro Piquet. **ONGs anos 90**: A opinião dos dirigentes brasileiros. Rio de Janeiro: Núcleo de pesquisa/Iser, 1991. 23p. (Série Textos de Pesquisa 1).

FLD – Fundação Luterana de Diaconia. **Plano de sustentabilidade e mobilização de recursos da Fundação Luterana de Diaconia**. Disponível em:

<http://fld.com.br/themes/fld/documentos/PlanodeSustentabilidadeeMobilizacaoRecursos_-versaofinalsemasestrategias.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2012.

FONSECA, A. Oito em cada dez empresas não têm ações de prevenção à aids, São Paulo, **Valor Econômico**, 2 out. 2012. Disponível em:

<<http://www.valor.com.br/carreira/2852652/oito-em-cada-dez-empresas-nao-tem-acoes-de-prevencao-aids>>. Acesso em: 2 out. 2012.

GIFE lança primeiro banco de dados sobre investimento social no Brasil. **RedeGife Online**, 4 ago 2011. Disponível em: <www.gife.org.br/artigo-amanha-lancamento-do-censo-gife-online-havera-trasmissoa-simultanea-14289.asp>. Acesso em: 6 ago 2011.

GIFE realiza debate sobre como qualificar investimento em Cultura. **RedeGife Online**, 1 ago 2011. Disponível em: <www.gife.org.br/artigo-amanha-lancamento-do-censo-gife-online-havera-trasmissoa-simultanea-14289.asp>. Acesso em: 3 ago 2011.

GLOBAL FUND TO FIGHT AIDS, TUBERCULOSIS AND MALARIA. **Equiparar los recursos con las necesidades oportunidades para promover la equidad**: nota informativa. Disponível em: <www.theglobalfund.org/es/application/infonotes>. Acesso em: 3 ago 2011.

__. **Guidelines for proposals – round 11**: single country applicant. Disponível em: <www.theglobalfund.org/es/application/materials>. Acesso em: 3 ago 2011.

__. **Lista de elegibilidad del Fondo Mundial para canales de financiamiento en 2011**. Genebra, 2011. [ver especialmente: Elegibilidad, financiamiento de contrapartida y priorización]. Disponível em: <www.theglobalfund.org/es/application>. Acesso em 3 ago 2011.

__. Processo de solicitud. Disponível em: <www.theglobalfund.org/es/activities/application>. Acesso em: 26 jul. 2011.

__. **Results with integrity**: The Global Fund's response to fraud. April, 2011. Disponível em: <www.theglobalfund.org/es/about>. Acesso em: 5 ago 2011.

GOUVEIA, T. (Coord.). **Sustentabilidade das ONGs no Brasil**: Acesso a recursos privados. Rio de Janeiro: ABONG, 2010. Disponível em: <www.abong.org.br/publicacoes.php>. Acesso em: 20 ago 2011.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Brasília: IPEA: ABC, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperacao_Brasileira.pdf>. Acesso em: 10 ago 2012.

__. Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi): O Brasil e os fundos multilaterais de desenvolvimento – 24 fev. 2012. **Comunicados do Ipea, 136** Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120224_comunicadoipea136.pdf>. Acesso em: 10 ago 2012.

__. Cooperação internacional - Ajuda ao próximo e ao distante, Brasília, **Desafios do desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2491:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 14 ago 2012.

__. Brasília, **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, n.20, 2012. [Cap.3: Saúde]. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15011&Itemid=9>. Acesso em: 14 ago 2012.

__. Brasil dá prioridade às cooperações multilaterais, Brasília, **IPEA Notícias**, 24 fev. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=13296&catid=6&Itemid=4>. Acesso em: 14 ago 2012.

JOSÉ, M. Tesouro suga R\$ 4 bi das loterias. Blog do Editor, **BNL – Boletim Novidades Lotéricas**, 4 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.magocom.com.br/bnl/blogPost.aspx?cod=14521>>. Acesso em: 13 out. 2011.

JUNGMANN, M. Aprovado pelo Senado projeto que regulamenta sistema de cotas raciais e sociais nas universidades federais, Brasília, **Agência Brasil**, 7 ago 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-08-07/aprovado-pelo-senado-projeto-que-regulamenta-sistema-de-cotas-raciais-e-sociais-nas-universidades-fed>>. Acesso em: 30 ago 2012.

JUSTUS, P. Brasil é a sexta maior economia do mundo, Rio de Janeiro, **O Globo**, 6 mar. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/brasil-a-sexta-maior-economia-do-mundo-4233033>>. Acesso em: 14 ago 2012.

LANDIM, L., SCALON, M.C. **Doações e trabalho voluntário no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

LOTÉRIAS bancam ganância do governo. **Igepri News**, 4 fev. 2011. Disponível em: <<http://igepri.org/news/2011/02/loterias-bancam-gastanca-do-governo/>>. Acesso em: 13 out. 2011.

MAcRAE, E. AIDS – prevenção ou novo tipo de segregacionismo? **Temas IMESC**, Soc. Dir. Saúde, São Paulo, v.4, n.1, p.73-81, 1987.

__. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MALHOTRA, D. (When) are religious people nicer? Religious salience and the “Sunday Effect” on pro-social behavior. **Judgment and decision making**, v.5, n.2, Apr. 2010, p. 138-143. Disponível em: <<http://journal.sjdm.org/10/10216/jdm10216.html>>. Acesso em: 17 set. 2012.

MANCHENO, M., CÂMARA, C., GUIMARÃES, M. **VIH-SIDA en América Latina desde la perspectiva social**. Brasília: GTZ-CICT, 2008. Disponível em: <www.portalsida.org/repos/Sida%20AmLatina%20web21.pdf>. Acesso em: 3 ago 2011.

MOURA, S. de. Copa e Olimpíada trazem bons negócios para o terceiro setor: visibilidade do país no exterior desperta interesse de investidores em projetos sociais. Empreendedor Social 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/empreendedorsocial/ult10130u826234.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2011.

ONUSIDA. **Protocole pour l’identification de la discrimination à l’égard des personnes vivant avec le VIH**. Genève, Suisse: ONUSIDA, 2001.

ONUSIDA LATINA. Talleres de apoyo técnico y financiero en Honduras. Martes, 27 sept. 2011. Disponível em: <www.onusida-latina.org/index.php?content=article&id=262>. Acesso em: 29 set. 2011.

OPS – Organización Panamericana de la Salud. **Retos planteados por la epidemia del VIH en América Latina y el Caribe 2009**. Lima: OPS, 2009.

O QUE NOS TIRA O SONO. Disponível em: <<http://oquenostiraosono.tumblr.com/manifesto>>. Acesso em: 20 out. 2012.

PAIM, J. et al. Health in Brazil 1 – The Brazilian health system: history, advances, and challenges. **The Lancet**, May 2011. DOI:10.1016/S0140-6736(11)60054-8. Disponível em: <www.thelancet.com>. Acesso em: 14 out. 2011.

PARKER, R. AGGLETON, P. **Estigma, discriminação e AIDS**. Rio de Janeiro: ABIA, 2002. (Coleção ABIA – Cidadania e Direitos, no. 1).

PARKER, R. et al. Introdução – Políticas sociais, desenvolvimento econômico e saúde coletiva: o caso da AIDS. In: **Saúde, desenvolvimento e política**: respostas frente à AIDS no Brasil. Rio de Janeiro; São Paulo: ABIA; Ed.34, 1999. 399p. p.7-25.

PAUNÉ, M.M. El micromecenazgo emerge en Catalunya. Barcelona, **La Vanguardia.Com/Cultura**, 13 ene 2011. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/cultura/20110113/54099834625/el-micromecenazgo-emerge-en-catalunya.html>>. Acesso em: 14 out 2011.

PORTAL DE MÍDIA – UFMS. Agência de conteúdo produz mini-documentário sobre Crowdfunding. Mato Grosso do Sul, **Jornalismo.UFMS**, 26 set 2011. Disponível em: <<http://www.portaldemidia.ufms.br/?p=1327>>. Acesso em: 14 out. 2011.

RGUEZ, B.L. El ‘crowdfunding’ llega a España. Madrid, **El País.Com/Cultura**, 21 ene 2011. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/cultura/crowdfunding/llega/Espana/elpepucul/20110121/elpepucul_4/Tes>. Acesso em: 14 out. 2011.

SANTOS, M. Brasil eleva ajuda humanitária de olho em maior projeção internacional, Brasília, **DW**, 03 set. 2012. Disponível em: <<http://www.dw.de/brasil-eleva-ajuda-humanit%C3%A1ria-de-olho-em-maior-proje%C3%A7%C3%A3o-internacional/a-16215433>>. Acesso em: 5 ago 2011.

SCHORER. **The Schorer Approach**. International collaboration on HIV/STI prevention for MSM, WSW and Transgender through Health Promotion, Mainstreaming and Capacity Strengthening. Amsterdam: Schorer, 2010.

SILVA, R., VARGAS, A.C. **Efeitos da crise econômica 2008-2009 sobre as agências de cooperação internacional que atuam no Brasil** (Relatório de pesquisa – versão para debates e aprofundamento). São Paulo, Instituto Fonte, 2009. Disponível em: <http://institutofonte.org.br/sites/default/files/Pesquisa%20Crise%20e%20Coopera%C3%A7%C3%A3o_Relat%C3%B3rio%20Final_2009%2007%2014_0.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.

SOUZA, K. de. Novos mecenas. **Revista da Cultura**, edição 51, São Paulo, out. 2011. Disponível em: <<http://www.revistadacultura.com.br:8090/revista/rc51/index2.asp?page=capa>>. Acesso em: 14 out. 2011.

TERABE, S.H. **Avaliação do grau de sustentabilidade das ações em HIV/aids desenvolvidas pelas ONGs que executaram projetos financiados pelo PN-DST/Aids: a perspectiva dos stakeholders**. (Dissertação). Mestrado – Modalidade Profissional em Saúde Pública, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, 2009. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=526669&indexSearch=ID>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

UGÁ, M.A. et al. Descentralização e alocação de recursos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Ciência & Saúde Coletiva**, v.8. n.2, p.417-437, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n2/a08v08n2.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

UGÁ, M.A. et al. (Orgs.). **A gestão do SUS no âmbito estadual: o caso do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2010.

UNAIDS – Joint United Nations Programme on HIV/AIDS. **UNAIDS division of labour – 2010. Consolidated guidance note**. Geneva: UNAIDS, 2011. Disponível em: <www.unaids.org/en/media/unaids/contentassets/documents/unaidspublication/2011/20110304_division_of_labour_revision2010.pdf>. Acesso em: 9 ago 2011.

UNAIDS Brasil. Estudo mostra situação das ações de prevenção à aids nas empresas brasileiras. Disponível em: <http://www.unaids.org.br/primeira_pagina/estudo.asp>. Acesso em: 10 out. 2012.

__. Posicionamento do Grupo Temático Expandido em HIV/Aids no Brasil sobre o enfrentamento à violência e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Brasília, 10 out. 2012. Disponível em: <http://www.unaids.org.br/primeira_pagina/POSICIONAMENTO%20GT%20UNAIDS%20SOBRE%20CRIMES%20HOMOFOBICOS.pdf>. Acesso em: 10 out. 2012.

__. **The global report:** UNAIDS report on the global AIDS epidemic – 2010. Geneva: UNAIDS, 2010. Disponível em: <http://www.unaids.org/globalreport/Global_report.htm>. Acesso em: 14 out. 2010.

USAID Brasil. Disponível em: <<http://brazil.usaid.gov/pt>>. Acesso em: 26 ago 2011.

__. Press release – Estados Unidos e Brasil expandem a cooperação na América Latina e Caribe e na África. Washington, EUA, 21 mar. 2011. Disponível em: <http://brazil.usaid.gov/files/Press%20release%20Brazil%20expanded%20trilat%20MOU_EnglishandPort.pdf>. Acesso em: 2 set. 2011.

VARGAS, A.C., FERREIRA, L.F. Investigações sobre a conjuntura dos investimentos das organizações internacionais no campo social brasileiro no período de 2008-2010. D3 – Diálogos, Direitos e Democracia e Instituto Fonte, 2010. Disponível em: <http://www.fonte.org.br/sites/default/files/pesquisa_D3.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.

VERGUEIRO, J.P. Captação de recursos nos EUA e no Brasil: os números. **Folha de S. Paulo**, 11 jul. 2012. [Empreendedor social]. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedor-social/colunas/1118108-captacao-de-recursos-nos-eua-e-no-brasil-os-numeros.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

Anexo I – Sugestões de links

ABCR – Associação Brasileira de Captadores de Recursos
www.captacao.org/recursos/editais-abertos

AEFundraising – Asociación Española de Fundraising
www.aefundraising.org

AVINA – IDB (Índice de doadores para América Latina)
www.indicedoadores.org

Benfeitoria
<http://www.benfeitoria.com/>

Bildner Center for Western Hemisphere Studies
<http://web.gc.cuny.edu/dept/bildn/flashindex.html>

BISC – Benchmarking do Investimento Social Corporativo (Comunitas)
<http://www.bisc.org.br/comunitas.asp>

Catarse
<http://catarse.me/pt>

CLAGS – Center for Lesbian and Gay Studies
<http://web.gc.cuny.edu/clags>

CLAM – Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
www.clam.org.br

Com:atitude – o portal da atitude de marca
<http://comatitude.com.br>

Comitê da Copa 2014's [Blog do]
<http://comitedacopa2014.wordpress.com>

Comitê Popular da Copa
<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com>

Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio
<http://comitepopulario.wordpress.com>

Corresponsales clave
www.corresponsalesclave.org/category/fondo-mundial

Crowdfunding Brasil

<http://crowdfundingbr.com.br/>

Crowdfunding – Platforms & Initiatives

<http://www.smartermoney.nl/#platforms>

Escritório da UNESCO no Brasil

www.unesco.org/new/pt/brasil

FLAC – Festival Latino-Americano de Captação de Recursos 2012.

<http://www.slideshare.net/FLAC-2012>

Fiocruz – Cooperação Social

<http://portal.fiocruz.br/pt-br/node/252>

Foundation Center – Philanthropy insight

<http://philanthropyinsight.org/login.aspx?req=%2fDefault.aspx>

*Mapa que permite identificar doadores e *grants*

Fundação Gerações – Fundo no RS

<http://www.fundacaogeracoes.org.br>

Funds for NGOs

www.fundsforngos.org

Fundsnet Services.com

www.fundsnet.com

Grupo del Banco Mundial – América Latina e Caribe

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/BANCOMUNDIAL/EXTSPPAISES/LACINSPANISHEXT/0,,menuPK:508626~pagePK:158889~piPK:64215262~theSitePK:489669,00.html>

IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

www.idis.org.br

International HIV/AIDS Alliance

www.aidsalliance.org

International Resource Network (IRN)

[Comunidade global de pesquisadores, ativistas, artistas e professores compartilhando conhecimentos sobre sexualidades. Uma iniciativa do CLAGS]

www.irnweb.org/en

IVNI
www.ivnus.com

Johns Hopkins University – The Center for Public Health and Human Rights
www.jhsph.edu/humanrights

Lanzanos
www.lanzanos.com

Movere
<http://www.movere.me/>

Movimento Crownfunding
<http://www.pop4.com.br/tag/movimento-crownfunding>

NGO Café
www.gdrc.org/ngo/funding/fund-raising.html

NGO Management Center of Switzerland
<http://ngomanager.org>

NGO Monitor
www.ngo-monitor.org

NIH – National Institutes for Health
www.nih.gov

Planos governamentais específicos ou que incluem a população LGBT
www.abglt.org.br/port/planos_gov.php

PNUD Brasil
www.pnud.org.br

Portal Mobilizar – Interage
<http://portalmobilizar.cesar.org.br>

Prêmio Empreendedor Social e Prêmio Folha Empreendedor Social de Futuro 2012
<http://www.incorporativa.com.br/mostranews.php?id=8015>

Rede América [Brasil, Equador e Peru estão nessa Rede]
www.redeamerica.org/MIEMBROS.aspx

Taracea
<http://www.taracea.fecyt.es/>

Terra Viva Grants Directory
www.terravivagrants.org

The Foundation Center
www.foundationcenter.org

The Resource Alliance
www.resource-alliance.org

UNAIDS Brasil
www.unaids.org.br

UNFPA Brasil
www.unfpa.org.br

WINGS – Worldwide Initiatives for Grantmaker Support
<http://www.wingsweb.org/>

Anexo II – Outras sugestões

ARAÚJO, R. Causas "órfãs": linhas de atuação pouco privilegiadas em atitude de marca.

Com:atitude – o portal da atitude de marca, 04 abr. 2011. Disponível em:

<<http://comatitude.com.br/2011/04/04/causas-“orfas”-linhas-de-atuacao-pouco-privilegiadas-em-atitude-de-marca/>>. Acesso em: 8 nov. 2011.

BEYRER, C. et al. **The Global HIV Epidemics among Men Who Have Sex with Men.**

Washington, D.C.: The World Bank, 2011. Disponível em:

<<http://siteresources.worldbank.org/INTHIVAIDS/Resources/375798-1103037153392/MSMReport.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2011.

COMISSÃO EUROPEIA. **Novos fundos, melhores regras:** síntese das novas regras e oportunidades de financiamento 2007-2013 – Guia para principiantes. Edição de 2008.

Disponível em:

<http://ec.europa.eu/budget/library/biblio/publications/funds_rules/pack_rules_funds_pt.pdf>. Acesso em: 12 set. 2011.

*Apesar de ser uma edição de 2008, traz informações sobre o período 2007-2013 com várias sugestões de contatos, links e informações.

DUARTE, C.A.E. **O paradoxo da descentralização no financiamento para as ações de DST/Aids:**

visão de entidades representativas do movimento social em municípios selecionados do Rio Grande do Sul. Especialização em Saúde Pública, Departamento de Medicina Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15411/000678028.pdf?sequence=1>>.

Acesso em: 24 jul. 2012.

ESTRAVIZ, M. **Um dia de captador.** São Paulo: Zeppelini Editorial, 2011. Disponível

em: <http://issuu.com/zeppelini/docs/livro_captador>. Acesso em: 26 ago. 2011.

EUROPEAN HIV/AIDS FUNDERS GROUP. **European Philanthropic Support to**

Address HIV/AIDS in 2009. Belgium: EFG, 2010. Disponível em:

<www.efc.be/Networking/InterestGroupsAndFora/HivAids/Documents/EFG%20Report%20Final%202009.pdf>. Acesso em: 14 set. 2011.

Funders for LGBT Issues. Disponível em: <www.lgbtfunders.org>. Acesso em: 3 jul. 2011.

*Esta organização publicou um levantamento de possíveis financiadores para LGBTI em 2007: *A global gaze* http://www.lgbtfunders.org/files/FLGI%20LGBTI_GFRprWeb.pdf

GIFE. **Censo GIFE 2011-2012.** Disponível em: <<http://censo.gife.org.br/>>. Acesso em:

28 nov. 2012.

__. Código de conduta para gestão de investimento de fundos patrimoniais e organizações sem fins lucrativos. São Paulo: GIFE, 2011. Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/24/C%C3%B3digo%20de%20conduta_online.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2011.

__. **Guia Gife sobre investimento social privado em Educação.** São Paulo: GIFE, 2003. Disponível em: <www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/8/LIVRO_FINAL.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2011.

Pesquisa global aponta queda brasileira no ranking dos doadores, 2 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.gife.org.br/artigo-pesquisa-global-aponta-queda-brasileira-no-ranking-dos-doadores-14424.asp>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

HUDSON, S. Crowdfunding isn't a quick fix for charity fundraisers. The Guardian, Guardian Professional, Monday 2 April 2012. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/voluntary-sector-network/2012/apr/02/crowdfunding-quick-fix-fundraisers>>. Acesso em: 9 set. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/fasfil.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2011.

INESC; CHRISTIAN AID. **Presente e futuro: tendências na cooperação internacional brasileira e o papel das Agências Ecumênicas.** Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/livros/2012/presente-e-futuro-tendencias-na-cooperacao-internacional-brasileira-e-o-papel-das-agencias-ecumenicas>>. Acesso em: 29 out. 2012.

MELO, H.S., LEITÃO, L.C. (Orgs.). **Captação de recursos:** coletânea de instituições nacionais e internacionais com linha de financiamento para elaboração de projetos. Fortaleza: Sebrae Ceará, 2007. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/ceara/tecnologia/bonus-certificacao/Livro%20Captacao%20de%20Recursos.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2011.

OPS. **Proyecto para la provisión de cuidado integral para hombres gay y otros hombres que tienen sexo con hombres (HSH) en América Latina y el Caribe.** Washington D.C., OPS, 2010. Disponível em: <http://www.pasca.org/sites/default/files/manual_ops_hsh.pdf>. Acesso em: 13 out. 2011.

PEPFAR – The US President’s Emergency Plan for AIDS Relief. Technical guidance on combination HIV prevention (As part of PEPFAR’s overall prevention strategy, this guidance document addresses prevention programs for Men Who Have Sex with Men). May 2011. Disponível em: <www.pepfar.gov/documents/organization/164010.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2011.

*O Apêndice 1 traz uma lista interessante de referências recentes

SAVOIA, C. Fueron ejecutivos exitosos y ahora apoyan gratis a ONG. **Clarín.com**, 15 out, 2012. [Suplementos – Zona – ONG]. Disponível em: <http://www.clarin.com/zona/ejecutivos-exitosos-apoyan-gratis-ONG_0_791920901.html>. Acesso em: 17 out. 2012.

SENTIDOG. Nace la primera asociación de comercio gay lésbica mexicana. **Centro de Noticias Buenos Aires**, Argentina, 31 ago 2011. Disponível em: <www.sentidog.com/lat/2011/08/nace-la-primera-asociacion-de-comercio-gay-lesbica-mexicana>. Acesso em: 3 set. 2011.

The Cygnus Donor Survey 2012 (American and Canadian Executive Summary of Reports). Disponível em: <<http://www.cygresearch.com/download>>. Acesso em: 14 set. 2012.

UNAIDS Action Framework: Universal access for Men who have Sex with Men and Transgender people. May 2009. Disponível em: <http://data.unaids.org/pub/Report/2009/jc1720_action_framework_msm_en.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2011.

ZEPEDA, V. Incubadora Rio Criativo promete alavancar economia fluminense. Rio de Janeiro, InFaperj, 08 dez. 2011. Disponível em: <http://www.faperj.br/boletim_interna.phtml?obj_id=7754>. Acesso em: 3 fev. 2012.